

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2026

Outubro de 2025



Índice

I.	Introdução	5
I.1	Caraterização da Sociedade	5
I.2	Missão e Visão	8
I.3	Modelo de Negócio	10
I.4	Recursos Humanos	12
II.	A estratégia de médio prazo (2026-2030)	13
II.1	Estratégia da RiaViva	13
II.2	Contributo para o Desenvolvimento Económico e Social	16
II.3	Contributo para a Sustentabilidade das Finanças Públicas e da Economia Nacional	17
II.4	Objetivos estratégicos e Setoriais	18
III.	Plano de Atividades e Indicadores de Desempenho	25
IV.	Plano de Investimentos	32
IV.1	Investimento e Financiamento Plurianual	32
IV.2	Orçamento de Despesa para 2026	33
IV.4	Plano Financeiro da intervenção para 2026	37
V.	Recursos Humanos	39
VI.	Informação Financeira	43
VI.1	Demonstrações Financeiras	43
VI.2	Plano de Investimentos	47
VI.3	Eficiência Operacional	52
VI.4	Pessoal	53
VI.5	Endividamento / PMP / FSE / Frota Automóvel	54

VI.6	IEPAO 2026-2028	56
VII.	Quadro Síntese de autorizações requeridas	58
VIII.	Considerações Finais	59
IX.	Anexos	62

Índice das Tabelas

Tabela 1 – Mapa Orçamento de Despesa Trimestral - Resumo

Tabela 2 – Mapa Orçamento de Despesa Trimestral – por Natureza

Tabela 3 – Mapa Orçamento de Despesa Trimestral – por Centro de Custo

Tabela 4 – Plano Financeiro Plurianual

Tabela 5 – Mapa de Pessoal previsto para 2025 – Contratações/ Substituições

Tabela 6 – Mapa de Recursos Humanos – Entradas e Saídas: triénio 2026-2028

Tabela 7 – Demonstrações Financeiras - Resumo

Tabela 8 – Balanço

Tabela 9 – Demonstração individual dos resultados por naturezas

Tabela 10 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Tabela 11 – Mapa de Despesa submetido no SOE – OE2026

Tabela 12 – Mapa de Receita submetido no SOE – OE2026

Tabela 13 – Demonstração de Fluxos de Caixa vs. Orçamento do Estado

Tabela 14 – Mapa de investimentos da RiaViva previstos para o triénio 2026-2028

Tabela 15 - Mapa de Eficiência Operacional

Tabela 16 – Evolução dos Gastos com Pessoal – triénio 2026-2028

Tabela 17 – Endividamento – triénio 2026-2028

Tabela 18 – Prazo Médio de Pagamentos, Pagamento em Atraso – triénio 2026-2028

Tabela 19 – Fornecimento de Serviços Externos – triénio 2026-2028

Tabela 20 – Frota Automóvel – triénio 2026-2028

Tabela 21 – Mapa Resumo – triénio 2026-2028

Tabela 22 – Quadro Síntese de autorizações requeridas

Índice dos Anexos

Anexo 1 – Planeamento Físico

Anexo 2 – Fichas de Projeto

Anexo 3 – Mapa de Investimento Plurianual

Anexo 4 – Mapa de Investimento e Financiamento

Anexo 5 – Plano Financeiro Plurianual

Anexo 6 – Balanço Previsional

Anexo 7 – Demonstração de Resultados por Natureza Previsional

Anexo 8 – Demonstração de Fluxos de Caixa Previsional

Anexo 9 – Mapa de Recursos Humanos – triénio 2026-2028

Anexo 10 – Parecer do Revisor Oficial de Contas

I. Introdução

I.1 Caraterização da Sociedade

A **RiaViva – Sociedade para a Valorização e Requalificação da Ria de Aveiro, S.A.** (adiante designada de Sociedade ou RiaViva) constitui-se como uma reestruturação da anterior **Sociedade Polis Litoral Ria de Aveiro, S.A.**, assumindo a continuidade da sua missão de valorização e requalificação ambiental, territorial e económica da Ria de Aveiro e da sua envolvente.

Esta reestruturação surge da necessidade de dar um novo enquadramento institucional e operacional à gestão integrada da Ria, permitindo uma abordagem mais abrangente, sustentável e alinhada com os desafios atuais da transição climática, da proteção dos ecossistemas e do desenvolvimento regional equilibrado.

A RiaViva mantém, assim, o compromisso de prosseguir o trabalho desenvolvido no âmbito do programa Polis Litoral, reforçando a articulação entre os municípios da Região de Aveiro e as entidades públicas competentes, com vista à concretização de intervenções estruturantes nas frentes de ria e costeira e rios, à preservação dos valores naturais e à promoção da resiliência ambiental e económica do território.

De seguida, apresenta-se o enquadramento que esteve na génese da Sociedade Polis Litoral Ria de Aveiro e, consequentemente, da atual RiaViva e Litoral da Região de Aveiro, S.A.

Reconhecendo a importância estratégica da zona costeira e considerando que as intervenções no litoral devem prosseguir objetivos concretos de modernidade e inovação, no respeito pelas suas tradições, a Resolução de Conselho de Ministros n.º 90/2008, de 3 de Junho (RCM 90/2008), determinou a realização de um conjunto de operações de requalificação e valorização de zonas de risco e de áreas naturais degradadas situadas no litoral, em espaços de intervenção prioritária, designado por Polis Litoral — Operações de Requalificação e Valorização da Orla Costeira.

A Ria de Aveiro foi considerada uma das principais áreas a suscitar este tipo de intervenção, incidindo sobre a frente costeira e a frente lagunar dos municípios diretamente relacionados com o sistema da Ria — nomeadamente Aveiro, Ílhavo, Murtosa, Estarreja, Ovar, Vagos e Mira —, bem como sobre os restantes concelhos da sua bacia hidrográfica, designadamente Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Oliveira do Bairro e Sever do Vouga.

A realização destas Operações de Requalificação e Valorização da Orla Costeira, as quais foram reconhecidas de interesse público pela referida Resolução de Conselho de Ministros, tinha como objetivos:

- Proteger e requalificar a zona costeira, tendo em vista a defesa da costa, a promoção da conservação da natureza e biodiversidade, a renaturalização e a reestruturação de zonas

lagunares e a preservação do património natural e paisagístico, no âmbito de uma gestão sustentável;

- Prevenir e defender pessoas, bens e sistemas de riscos naturais;
- Promover a fruição pública do litoral, suportada na requalificação dos espaços balneares e do património ambiental e cultural;
- Potenciar os recursos ambientais como fator de competitividade, através da valorização das atividades económicas ligadas aos recursos do litoral e associando-as à preservação dos recursos naturais.

Foi assim criada a Polis Litoral Ria de Aveiro — Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A., através do Decreto-Lei n.º 11/2009, de 12 de janeiro (DL11/2009), sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com a participação maioritária do Estado e minoritária da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

Esta Sociedade teve por objeto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar no âmbito da operação integrada do Polis Litoral Ria de Aveiro, na área e nos termos definidos no seu Plano Estratégico.

Assim, no âmbito da intervenção Polis, foi realizado, entre 2009 e 2024, um conjunto de operações de requalificação e valorização de zonas de risco e de áreas naturais degradadas situadas no litoral, que incidiu em 60 km de frente costeira, em 140 km de frente lagunar e em 24 km de frente ribeirinha do rio Vouga, abrangendo os municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Espinho, Estarreja, Ílhavo, Mira, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos.

A Sociedade Polis Litoral Ria de Aveiro entrou em liquidação a 1 de janeiro de 2017, conforme deliberação dos acionistas tomada em reunião da Assembleia-Geral de 20 de abril de 2017, e continuou a prosseguir a sua atividade até à realização do seu objeto social.

No entanto, por se tratar de uma zona de risco e de áreas naturais em domínio público marítimo que necessitam de ações de manutenção permanentes, considerou-se necessário e fundamental dar continuidade às operações integradas desenvolvidas pela Polis Litoral Ria de Aveiro e que são estratégicas para a região.

Este entendimento obteve acolhimento por parte do acionista Estado, uma vez que veio a determinar o Orçamento do Estado para 2024, aprovado pela Lei n.º 82/2023 de 29 de dezembro, que *“Deve ser assegurado o efetivo encerramento e extinção das sociedades Polis até ao final de 2024, com a exceção da Polis Litoral Ria de Aveiro, nos termos do n.º 11”* – n.º 1 do artigo 68.º. O referido n.º 11 estipula que *“A sociedade Polis Litoral Ria de Aveiro vai ser alvo de alteração estatutária e recapitalização, nos termos de despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do ambiente e da ação climática, visando o cumprimento de um quadro de investimentos de valorização e qualificação da*

Ria de Aveiro, devidamente acordado com a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, definindo-se a sua existência até ao final de 2030”.

Assim, na reunião da Assembleia-Geral realizada no dia 22 de outubro de 2024, foi deliberado pelos acionistas a aprovação da retoma da atividade da sociedade, com efeitos a 31 de dezembro de 2024, bem como a alteração dos artigos 1.º, 3.º, 4.º, 5.º 10.º e 19.º dos Estatutos da Sociedade, dos quais se destacam:

- A sociedade adota a forma de sociedade anónima e a firma RiaViva e Litoral da Região de Aveiro, S.A. (artigo 1)
- A Sociedade dissolve-se em 31 de dezembro de 2030. (artigo 3)
- A Sociedade tem por objeto a gestão, a coordenação e a execução do investimento a realizar na área e nos termos definidos no aditamento ao Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, compreendendo a concretização de ações de proteção, valorização e gestão dos recursos hídricos, de valorização e requalificação ambiental e urbana, de dinamização de atividades turísticas, culturais, de lazer e de outras intervenções que contribuam para o desenvolvimento económico, social e ambiental da sua área de intervenção. (artigo 4)
- O capital social é de € 33 334 000, subscrito pelo Estado Português, com uma participação correspondente a 56 %, no valor de € 18 667 000, e pela Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, abreviadamente designada por CIRA, com uma participação correspondente a 44 % do capital social, no valor de € 14 667 000.” (artigo 5)

Será ainda de referir a entrada do município de Anadia nas intervenções da RiaViva, por via do acionista CIRA, bem como o aumento da área de intervenção, a qual deverá ficar redefinida no aditamento ao Plano Estratégico a desenvolver.

No que respeita ao aumento de capital, este ainda não foi registado, por não ser legalmente possível nos termos atualmente aplicáveis. Foi, por esse motivo, solicitado aos acionistas que procedam à revogação formal da deliberação de aumento de capital, conforme melhor detalhado à frente.

Deste modo, o presente documento pretende apresentar à aprovação dos acionistas a proposta de Plano de Atividades e Orçamento para 2026 da Riaviva e Litoral da Região de Aveiro, S.A., elaborada pelo Conselho de Administração da Sociedade.

E assim sendo, esta proposta de Plano de Atividades e Orçamento tem como linhas orientadoras as definidas no grupo de ações a executar para a Riaviva, que serão integradas em aditamento ao Plano Estratégico da Sociedade (PEIRVRA), conforme deliberado pelos acionistas, bem como o Plano de Atividades e Orçamento para 2025, aprovado pelos acionistas em 24 de fevereiro de 2025.



No entanto, regista-se que, no decurso deste ano, em consequência da avaliação das ações tanto no terreno, como em reuniões com os municípios, algumas ações foram reavaliadas e ajustadas, de forma a responder eficazmente às necessidades reais identificadas na área de intervenção da RiaViva, bem como a garantir a sustentabilidade financeira, através da otimização dos recursos disponíveis.

Não obstante este Plano ser referente a 2026, apresenta os planos plurianuais de investimento e financiamento até à data da sua dissolução, prevista para 31 de dezembro de 2030 e segue em linha com as “Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028” (IEPAO 2026-2028) definidas pela DGTF.

I.2 Missão e Visão

A missão da Sociedade foi atribuída pelo Decreto-lei nº 11/2009, publicado em 12 de janeiro, que a constituiu e que definiu como objeto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar no âmbito do Polis Litoral Ria de Aveiro - Operação Integrada de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro.

A Sociedade Polis Litoral Ria de Aveiro desenvolveu ações estruturantes em matéria de requalificação e valorização ambiental, tendo como objetivos:

- Proteger e requalificar a zona costeira, tendo em vista a defesa da costa, a promoção da conservação da natureza e biodiversidade, a renaturalização e a reestruturação de zonas lagunares e a preservação do património natural e paisagístico, no âmbito de uma gestão sustentável;
- Prevenir e defender pessoas, bens e sistemas de riscos naturais;
- Promover a fruição pública do litoral, suportada na requalificação dos espaços balneares e do património ambiental e cultural;
- Potenciar os recursos ambientais como fator de competitividade, através da valorização das atividades económicas ligadas aos recursos do litoral e associando-as à preservação dos recursos naturais, definidos e enquadrados através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 90/2008.

A Sociedade prosseguiu ainda as suas atividades em torno dos seguintes eixos estratégicos:

- Eixo 1 - proteção e requalificação da zona costeira e lagunar visando a prevenção de riscos - agrega os projetos que visam a consolidação do sistema dunar e o reforço das margens lagunares, garantindo, assim, a preservação do sistema dunar e lagunar e a minimização de situações de risco de pessoas e bens;

- Eixo 2 - proteção e valorização do património natural e paisagístico - agrega as intervenções de requalificação e valorização de áreas naturais em Rede Natura pela melhoria das condições de base que permitam aliar a preservação do património natural à vivência da ria de Aveiro;
- Eixo 3 - valorização dos recursos como fator de competitividade económica e social - agrega um conjunto de projetos que permitam valorizar e potenciar os recursos da ria de Aveiro, garantindo-lhe uma posição de destaque no contexto da região em que se insere;
- Eixo 4 - promoção e dinamização da vivência da ria de Aveiro - agrega os projetos e ações de ordenamento dos canais de navegação de forma a promover a mobilidade e navegabilidade da ria de Aveiro, a requalificação das frentes lagunares e as ações de informação e promoção territorial de acordo com uma estratégia una que permita, simultaneamente, organizar e assegurar a existência de respostas eficazes e qualificadas para as diferentes necessidades dos que trabalham, dos que vivem e dos que visitam a ria de Aveiro.

A definição da estratégia de intervenção para a RiaViva e Litoral da Região de Aveiro, SA, Sociedade que lhe sucedeu, tem como suporte o trabalho já desenvolvido pela Sociedade Polis Litoral Ria de Aveiro, bem como a análise da evolução mais recente da situação da Ria de Aveiro, no que respeita sobretudo à necessidade de reforço das estruturas de proteção ao avanço da água salgada tanto na zona costeira, como nos territórios mais interiores da ria, à qual esta região tem mostrado particular fragilidade, tendo alargado o seu objeto para o interior prevendo ações de requalificação ambiental da rede hidrográfica da Ria de Aveiro.

Foram então identificadas várias ações a desenvolver, que visam dar cumprimento a um conjunto de objetivos identificados pelas atuais necessidades na Ria de Aveiro, a saber:

- Reposição do equilíbrio hidrodinâmico da Ria de Aveiro para contenção de processos erosivos e melhoria da qualidade ambiental dos ecossistemas;
- Consolidação de margens e reforço de estruturas de proteção para redução da vulnerabilidade aos efeitos das alterações climáticas;
- Proteção, regularização e valorização ambiental da rede hidrográfica da Ria de Aveiro;
- Remediação de passivos ambientais e recuperação de áreas degradadas;
- Requalificação de cais e infraestruturas de apoio à pesca;
- Valorização e promoção do ecossistema ria.

Estes objetivos encontram-se sistematizados no grupo de ações aprovado pelos acionistas na reunião da Assembleia-Geral de 18 de novembro de 2024, com as alterações previstas no presente PAO e que serão alvo de aditamento ao Plano Estratégico, e estão em consonância com os grandes objetivos do Portugal

2030 - através dos Programas Operacionais Ação Climática e Sustentabilidade (PACS), MAR2030 e Programa Regional do Centro 2021-2027, em complemento com os do Fundo Ambiental.

A Sociedade passou a ter por objeto a gestão, a coordenação e a execução do investimento a realizar na área e nos termos definidos no aditamento ao Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, compreendendo a concretização de ações de proteção, valorização e gestão dos recursos hídricos, de valorização e requalificação ambiental e urbana, de dinamização de atividades turísticas, culturais, de lazer e de outras intervenções que contribuam para o desenvolvimento económico, social e ambiental da sua área de intervenção.

Assim, a estratégia de intervenção da RiaViva assume uma continuidade com a intervenção Polis Litoral Ria de Aveiro e assenta numa leitura integrada do desenvolvimento sustentável de toda a Ria de Aveiro, conjugando qualidade ambiental, com competitividade económica e coesão sócio territorial.

I.3 Modelo de Negócio

A RiaViva e Litoral da Região de Aveiro, S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, regendo-se pelo regime jurídico do setor empresarial do Estado, pelo decreto-lei de constituição e pelos seus estatutos.

O capital social da anterior Polis Litoral - Ria de Aveiro, S.A. era de 30.700.000€, subscrito pelos seus Acionistas, o Estado Português e a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro respetivamente com, 56% (17.192.000 €) e 44% (13.508.000 €).

Com a retoma da atividade e a alteração da designação da Sociedade para RiaViva e Litoral da Região de Aveiro, S.A., foi aprovado em Assembleia Geral o aumento do capital social para 33.334.000€, subscrito pelo Estado Português, no valor de 18.667.000€, e pela Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, com uma participação, no valor de 14.667.000€, mantendo-se a participação de 56 % e 44%, respetivamente. No entanto, tendo sido identificado pela Conservatória do Registo Comercial uma condicionante que impedia a concretização do registo do aumento do capital social – a obrigatoriedade da integral realização do capital social inicial como requisito prévio para a sua efetivação, nos termos do n.º 3 do artigo 87.º do Código das Sociedades Comerciais – foi solicitado aos acionistas, a revogação da deliberação tomada na Assembleia Geral de 22 de outubro, relativa ao aumento do capital social. Em alternativa, foi entendido que o referido montante de 2.634.000,00 €, correspondente ao aumento de capital, poderia ser realizado através de prestações acessórias dos acionistas, na modalidade de prestações suplementares de capital, mediante deliberação da Assembleia Geral. Aguarda-se resposta dos acionistas relativamente a esta questão, pelo que a Sociedade mantém o capital inicial.

Foi definida a nova duração da Sociedade RiaViva até 31 de dezembro de 2030, de acordo com os estatutos alterados.



O modelo de governo adotado pela RiaViva é idêntico ao da Polis Litoral - Ria de Aveiro, S.A., ou seja, um modelo clássico, composto pelo Conselho de Administração, Assembleia Geral e Fiscal Único, constituindo estes os seus órgãos sociais, de acordo com o previsto nos estatutos da sociedade que estão no anexo do Decreto-Lei n.º 11/2009 que constitui a Sociedade e às consequentes alterações.

Para a concretização do seu objeto social, a Sociedade contará com uma equipa técnica e administrativa responsável pela gestão e execução das suas atividades, assegurando a coordenação operacional dos projetos e a prossecução dos objetivos estratégicos definidos.

A contratação de estudos e projetos, obras ou outras prestações de serviços será contratada externamente, tendo por base o Código dos Contratos Públicos.

O financiamento será proveniente do Capital Social, do Fundo Ambiental e dos Programas Operacionais Ação Climática e Sustentabilidade (PACS), MAR2030 e Programa Regional do Centro 2021-2027, de acordo com os mapas apresentados no Capítulo IV.

Após a realização das empreitadas, serão efetuados protocolos com as entidades com competências na área, sejam Municípios, Agência Portuguesa do Ambiente, Instituto de Conservação da Natureza, ou outras, para garantirem a gestão, operação, limpeza e manutenção dos espaços até à partilha do ativo aquando da dissolução da Sociedade.



I.4 Recursos Humanos

Relativamente ao pessoal, considerando que a maioria dos trabalhadores da Polis Litoral Ria de Aveiro foram integrados na Agência Portuguesa do Ambiente, nos termos no artigo 69.º da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro (LOE2024), e de acordo com o previsto no PAO2025, foi contratada uma equipa, permitindo a operacionalização do objeto da RiaViva, conforme se especifica mais à frente.

II. A estratégia de médio prazo (2026-2030)

II.1 Estratégia da RiaViva

O Programa do XXV Governo Constitucional consagra uma política de proteção do litoral e dos recursos hídricos, onde se prevê medidas no domínio ambiental e da água que implicam intervenções estruturais nos territórios costeiros e nas faixas litorais vulneráveis, procurando dar um novo impulso nesta área onde se vão agravando os problemas de erosão costeira, de ordenamento do território e de degradação dos ecossistemas.

Tendo em vista uma mudança de paradigma ao nível das intervenções que visam a resiliência do litoral, seja ao nível da gestão da dinâmica sedimentar, do recuo planeado e do restauro ecológico, é fundamental agir nestas três dimensões, sendo necessário atualizar não só os instrumentos de política e planeamento, bem como acelerar a operacionalização de medidas que visam a mitigação dos riscos para pessoas e bens.

Assim, na área de Proteção do Litoral está prevista a criação do Programa de Ação para Resiliência do Litoral 2025-2040, a aprovar pelo Governo até ao final de 2025, que visa adaptar-se aos cenários atuais das alterações climáticas e socioeconómicas, focando-se em estratégias inovadoras e sustentáveis para combater a erosão costeira e promover a resiliência. Este Programa apresenta três grandes objetivos: o reforço da gestão sustentável da zona costeira portuguesa; a promoção de intervenções baseadas na natureza e resilientes, reduzindo a vulnerabilidade das zonas costeiras às ameaças; e a avaliação regular da eficácia das medidas implementada, no qual estarão previstas intervenções estruturais e investimentos continuados num contexto em que se intensificam os fenómenos climáticos extremos.

Está ainda prevista a elaboração do Plano Nacional de Restauro da Natureza, a apresentar à Comissão Europeia até agosto de 2026, de modo a responder às obrigações no quadro da União Europeia, mas também numa lógica de interesse nacional onde importa agir de forma mais ativa na recuperação dos ecossistemas, acautelando as preocupações e o envolvimento de toda a sociedade.

O Programa FOZ é também uma iniciativa do Governo Português para a restauração e revitalização de zonas estuarinas, que visa promover intervenções integradas de adaptação às alterações climáticas, regeneração urbana, mobilidade sustentável e valorização territorial.

Ainda nesta temática, está prevista a conclusão dos Programas da Orla Costeira (POC) em falta e a avaliação dos progressos dos Planos de Execução dos POC em vigor para assegurar a sua efetiva implementação; o reforço e a articulação dos instrumentos de monitorização (Programas COSMO / SIARL) para apoiarem efetivamente a gestão das intervenções de proteção costeira; a articulação com outros programas (PRO-RIOS, Contratos de Rios, reabilitação de rede hidrográfica) e o estabelecimento de

contratos-programa entre o Estado e os municípios para iniciativas integradas e investimentos de proteção e valorização do litoral, articulando também preocupações de turismo sustentável.

A Sociedade RiaViva, como sucessora da Polis Litoral Ria de Aveiro, criada pelo Decreto-Lei n.º 11/2009, de 12 de janeiro, tem o objetivo de promover a recuperação e valorização ambiental e urbanística da área da Ria de Aveiro, um dos mais importantes ecossistemas do país. Esta missão está intimamente ligada ao desenvolvimento sustentável da região e à melhoria da qualidade de vida das populações locais, constituindo-se como um elemento essencial no processo de integração de preocupações ambientais nas dinâmicas socioeconómicas da área envolvente.

Conforme atrás referido, a definição da estratégia de intervenção para a RiaViva e Litoral da Região de Aveiro, SA, teve como suporte o trabalho já desenvolvido pela Polis Litoral Ria de Aveiro, bem como a análise da evolução mais recente da situação da Ria de Aveiro, no que respeita sobretudo à necessidade de reforço das estruturas de proteção ao avanço da água salgada nas zonas costeiras e nos territórios mais interiores e de combate à erosão costeira, à qual esta região tem mostrado particular fragilidade, bem como de requalificação ambiental da rede hidrográfica da Ria de Aveiro.

A estratégia de Intervenção assume assim uma continuidade com a intervenção Polis Litoral Ria de Aveiro, encontrando-se definida no DL11/2009, de 12 de janeiro nos seus 4 eixos estratégicos, como atrás referido, e assenta numa leitura integrada do desenvolvimento sustentável de toda a Ria de Aveiro, conjugando qualidade ambiental, com competitividade económica e coesão sócio territorial, prevendo-se o desenvolvimento de ações, que visam dar cumprimento a um conjunto de objetivos, identificados pelas necessidades presentes na gestão da Ria de Aveiro:

- Reposição do equilíbrio hidrodinâmico da Ria de Aveiro para contenção de processos erosivos e melhoria da qualidade ambiental dos ecossistemas;
- Consolidação de margens e reforço de estruturas de proteção para redução da vulnerabilidade aos efeitos das alterações climáticas;
- Proteção, regularização e valorização ambiental da rede hidrográfica da Ria de Aveiro;
- Remediação de passivos ambientais e recuperação de áreas degradadas;
- Requalificação de cais e infraestruturas de apoio à pesca;
- Valorização e promoção do ecossistema ria.

Estes objetivos encontram-se em consonância com os grandes objetivos do Portugal 2030 - através dos Programas Operacionais Ação Climática e Sustentabilidade (PACS), MAR2030 e Programa Regional do Centro 2021-2027, em complemento com os do Fundo Ambiental.

- Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas em ecossistemas – Objetivo específico

RSO2.4. da Prioridade 2A – Sustentabilidade e Transição Climática, com recurso ao Programa Temático para a Ação Climática e Sustentabilidade (Fundo de Coesão) e ao Programa Regional do Centro 2021-2027 (FEDER);

- Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição – Objetivo específico RSO2.7. da Prioridade 2A – Sustentabilidade e Transição Climática, com recurso ao Programa Regional do Centro 2021-2027 (FEDER);
- Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas – Objetivo específico RSO5.1 da Prioridade 5A – Centro + próximo, (FEDER), com recurso ao Programa Regional do Centro 2021-2027 (FEDER);
- Reforçar as atividades de pesca sustentáveis do ponto de vista económico, social e ambiental – Objetivo específico 1.1. da Prioridade 1 – Fomentar a pesca sustentável e a restauração e conservação dos recursos biológicos aquáticos, com recurso ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e Aquicultura - Programa para Portugal - MAR2030.

A despesa encontra-se definida no mapa de investimento plurianual e está dividida, para além dos custos de estrutura e de gestão da intervenção, nas ações propriamente ditas que correspondem aos objetivos acima referidos:

- RV1: Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas em ecossistemas;
- RV2: Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição;
- RV3: Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas;
- RV4: Reforçar as atividades de pesca sustentáveis do ponto de vista económico, social e ambiental.

O valor do investimento total do Polis Litoral Ria de Aveiro e RiaViva é de cerca de 162 milhões de euros, dos quais 88 milhões de euros, para o período de 2025-2030, valor que inclui o IVA à taxa de 23%. Note-se que uma pequena parte desse valor ainda diz respeito a ações/ responsabilidades provenientes da Polis.

Relativamente ao ano de 2026, prevê-se que a despesa ascenda a 8,6 milhões de euros.

II.2 Contributo para o Desenvolvimento Económico e Social

A Sociedade, como sociedade de capitais públicos, tem um papel determinante na criação de valor público, através da implementação de projetos que não só preservam e valorizam os recursos naturais da Ria de Aveiro, mas que também geram um impacto direto na economia local e regional. Durante o período de duração, a RiaViva espera contribuir para a criação de novas oportunidades de emprego e para o fortalecimento da competitividade regional, enquanto assegura um equilíbrio entre o desenvolvimento económico e a preservação ambiental.

Os projetos a serem desenvolvidos terão um impacto direto em vários setores da economia local, nomeadamente no turismo, na agricultura, na pesca e na aquacultura, potenciando novas fontes de receita e atraindo investimento nacional e internacional. Além disso, as ações de recuperação e requalificação ambiental, serão um motor de crescimento para os municípios da região, com especial enfoque nas zonas mais vulneráveis.

A Sociedade aposta no estabelecimento de uma relação de confiança baseada na lealdade, na competência, na valorização do espírito de iniciativa e no sentido de responsabilidade dos seus colaboradores e define as suas políticas de recursos humanos no respeito pela dignidade, diversidade e direitos de cada pessoa, proporcionando um ambiente de trabalho favorável a um desempenho profícuo e as mais adequadas condições de segurança e saúde no trabalho.

A Sociedade, sendo tutelada pelo Ministério do Ambiente e Energia, tem como objeto a realização de projetos e ações que conduzam ao desenvolvimento associado à preservação do património natural e paisagístico, que inclui ações de proteção e requalificação da zona costeira visando a prevenção de risco, a promoção da conservação da natureza e biodiversidade no âmbito de uma gestão sustentável, a valorização de atividades tradicionais ligadas aos recursos da Ria de Aveiro, a requalificação e revitalização das frentes lagunares, a valorização dos núcleos piscatórios marítimos e lagunares e a qualificação e ordenamento da mobilidade na Ria de Aveiro, a valorização dos «espaços ria» para fruição pública e a promoção do património natural e cultural a ela associado.

A Sociedade continuará a adotar e a aperfeiçoar as práticas de sustentabilidade ambiental já implementadas em anos anteriores, reforçando o seu compromisso com uma gestão mais responsável dos recursos. Entre essas medidas destacam-se: a separação e entrega de resíduos para reciclagem; a preferência por produtos e materiais reciclados e/ou recicláveis; a utilização de água não engarrafada; a inclusão de critérios ambientais na avaliação de propostas em diversos procedimentos concursais; e a utilização quase exclusiva de documentos digitais, evitando, sempre que possível, a impressão de cópias em papel e a promoção da sensibilização ambiental junto dos colaboradores, incentivando comportamentos responsáveis no local de trabalho.

Para além dos critérios de avaliação referidos, a Sociedade introduzirá nos processos de concurso um documento que contém orientações ambientais, o qual visa que as equipas de projetistas concebam espaços que permitam a curto, médio e longo prazo, contribuir para a minimização das emissões de carbono, fomentando a utilização de fontes de energia renováveis para iluminação, o eficiente consumo de recursos, nomeadamente, água e materiais e a atenuação do impacto dos efluentes, emissões, resíduos, ruído para o exterior e níveis urbanos de calor para o exterior.

A Sociedade prossegue a sua atividade de acordo com um “Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente”, em cumprimento das melhores práticas ambientais, reconhecendo o interesse, no âmbito das suas atividades, em prosseguir boas práticas de gestão ambiental, consistentes com os princípios inerentes ao respeito pelo meio-ambiente e pelos recursos naturais, nomeadamente através do cumprimento da legislação aplicável e da adoção voluntária de medidas concretas de redução do impacto ambiental da sua atividade, de racionalização do uso e de proteção daqueles recursos.

A Sociedade promove ainda a igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos, e de não discriminação, existindo um princípio de comportamento não-discriminatório, em que são reprovadas todas e quaisquer práticas de discriminação, seja em razão de ascendência, do sexo, da raça, da língua, do território de origem, da religião, das convicções políticas ou ideológicas, da instrução, da situação económica, da condição social ou da orientação sexual.

Na aplicação das normas da Contratação Pública, a Sociedade norteia-se pelos princípios da igualdade, da não discriminação e da transparência enunciados no artigo 2.º da Diretiva n.º 2004/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março, sem perder de vista outros valores igualmente relevantes como sejam a economicidade ou boa gestão financeira dos recursos públicos e a seleção da proposta mais conveniente para o interesse público.

A Sociedade tem procurado criar mecanismos orientados para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional.

A Sociedade tem ainda como prioridade a garantia de igualdade entre homens e mulheres, tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a facilitar a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional, nos termos da resolução do Conselho de Ministros nº 19/2012, de 23 de fevereiro.

II.3 Contributo para a Sustentabilidade das Finanças Públicas e da Economia Nacional

A Sociedade pretende alcançar a sustentabilidade financeira através de uma gestão rigorosa e eficiente dos seus recursos, assegurando a implementação dos projetos previstos no plano de atividades sem



comprometer o equilíbrio orçamental, utilizando o financiamento comunitário disponível para as suas áreas de atuação.

Em termos macroeconómicos, os investimentos da RiaViva terão um efeito multiplicador na economia nacional, contribuindo para o crescimento da economia, através da contratação de empresas para a execução dos seus estudos e projetos, de serviços de fiscalização, e execução das obras, bem como pela atração de turistas e do investimento estrangeiro, além de promover a inovação em setores chave da economia verde. A sua ação no âmbito da sustentabilidade ambiental e da transição energética também se alinha com as metas climáticas do país, apoiando a política nacional de descarbonização e de economia circular, conforme atrás referido.

II.4 Objetivos estratégicos e Setoriais

No termos do DL11/2009, de 12 de janeiro, compete ao Conselho de Administração assegurar a gestão dos negócios da Sociedade, sendo-lhe atribuídos os mais amplos poderes e cabendo-lhe, designadamente:

- a) Gerir os negócios sociais e praticar todos os atos relativos ao objeto social que não caibam na competência de outro órgão da Sociedade;
- b) Representar a Sociedade, em juízo e fora dele, ativa e passivamente, propor e acompanhar ações, confessar, desistir, transigir e aceitar compromissos arbitrais;
- c) Estabelecer a organização técnico-administrativa da Sociedade;
- d) Decidir sobre a administração de pessoal e sua remuneração;
- e) Constituir procuradores e mandatários da Sociedade, nos termos que julgue convenientes;
- f) Exercer as demais competências que lhe caibam por lei.

Os membros do Conselho de Administração, no âmbito das suas funções de gestão, estão ainda sujeitos ao disposto no Estatuto do Gestor Público, tendo ainda como deveres:

- a) Cumprir os objetivos da empresa definidos em assembleia geral ou, quando existam, em contratos de gestão;
- b) Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, designadamente as previstas no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, e no contrato de gestão, e a realização da estratégia da empresa;
- c) Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da empresa em todas as suas componentes;
- d) Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da empresa;
- e) Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à empresa bem como a sua confidencialidade;

- f) Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- g) Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

O Conselho de Administração tem também os seguintes objetivos, enquadrados na estratégia da empresa:

- 1. Executar os projetos de investimento definidos no Grupo de Ações aprovado pelos acionistas em 18 de novembro de 2024, e que constarão do aditamento ao Plano Estratégico;
- 2. Assegurar o estrito cumprimento do orçamento aprovado;
- 3. Cumprir o planeamento previsto, de forma a executar os investimentos dentro dos prazos definidos, e com a qualidade exigida;
- 4. Cumprir os indicadores definidos nos objetivos de cada uma das ações.
- 5. Promover a sustentabilidade económica, financeira e social, através de uma gestão rigorosa e eficaz, assegurando a utilização das melhores práticas ambientais e de responsabilidade social e cumprindo com rigor as tarefas que lhe estão cometidas em termos de qualidade, eficiência produtiva e capaz utilização dos recursos disponíveis;
- 6. Cumprir a legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente no garante dos princípios da legalidade e da prossecução do interesse público, da transparência e da publicidade, da igualdade, da concorrência e da imparcialidade.

1. Executar os projetos de investimento definidos no Grupo de Ações que constarão do aditamento ao Plano Estratégico

Os objetivos da Sociedade mais não são que a implementação das ações previstas no seu PEIRVRA e respetivo aditamento, que poderão ser ajustados anualmente, por vontade dos acionistas, no âmbito dos Planos de Atividades e Orçamento. No caso, enquanto não for aprovado o aditamento ao PEIRVRA, entende-se que a Sociedade poderá avançar com a atividade, através da operacionalização das ações definidas no documento “Grupo de Ações” aprovado pelos acionistas em 18 de novembro de 2024, com os devidos ajustamentos efetuados no presente Plano.

Prevê-se que, com a retoma da atividade, a operacionalização desse conjunto importante de ações irá dinamizar a Região de Aveiro, garantindo a coerência e a qualidade dos projetos envolvidos e a realização das respetivas obras, e com condições para a mobilização dos recursos financeiros necessários, atuando como instrumento da operacionalização das políticas públicas neste domínio e aproveitando os fundos comunitários do Portugal 2030.

Nesse sentido, a RiaViva deverá executar os projetos definidos naqueles documentos, dentro dos prazos e orçamento aprovados.

2. Assegurar o estrito cumprimento do orçamento aprovado

A Sociedade tem como objeto social a concretização de ações estruturantes em matéria de requalificação e valorização e ambiental na Região de Aveiro, de combate à erosão costeira, de requalificação ambiental da rede hidrográfica da Ria de Aveiro e de preservação dos seus ecossistemas, tendo como base um Plano Estratégico e o seu aditamento, que se encontra em elaboração, com um quadro de investimento e financiamento previsto até 2030.

A RiaViva assegurará o estrito cumprimento do orçamento aprovado para o ano de 2026, de acordo com os princípios da boa gestão financeira e da transparência. A empresa compromete-se a seguir as diretrizes estabelecidas no seu plano de atividades e orçamento, executando os projetos e iniciativas previstas de forma rigorosa, de acordo com as limitações orçamentais e com os objetivos previamente definidos. A Sociedade apenas avançará com a realização das empreitadas, quando tiver a garantia do respetivo financiamento.

Neste contexto, a empresa adota práticas de planeamento e controlo financeiro que garantem a execução eficiente dos recursos públicos atribuídos, sem comprometer a qualidade dos serviços prestados ou o cumprimento dos compromissos assumidos. A empresa manterá um sistema de monitorização contínua das suas receitas e despesas, permitindo uma gestão prudente e equilibrada dos fundos disponíveis, e garantindo que os gastos sejam realizados de acordo com os princípios da legalidade, transparência e eficiência, envidando todos os esforços para não ultrapassar os vários orçamentos aprovados e obter o respetivo financiamento. Caso haja desvios relativamente ao aprovado, deverá criar mecanismos tendentes a não ultrapassar o orçamento total, ou a aumentar a comparticipação dos Fundos Comunitários, não se prevendo qualquer endividamento bancário para o efeito.

Para tal, são realizadas auditorias internas e externas regulares, assegurando que todas as despesas sejam devidamente justificadas, aprovadas e documentadas, em conformidade com as normas de contabilidade pública e com as boas práticas de governança. Além disso, o Relatório e Contas anual estará disponível no site, de forma a permitir o acompanhamento da utilização dos recursos por parte de todos os interessados.

A empresa reforça ainda o seu compromisso com a gestão responsável dos recursos financeiros, aplicando mecanismos de contabilidade analítica para monitorizar a evolução do orçamento, assegurar a sua correta alocação às diferentes áreas de atividade e identificar possíveis desvios, de modo a adotar as medidas corretivas necessárias em tempo útil.

3. Cumprir o planeamento previsto, de forma a executar os investimentos dentro dos prazos definidos, e com a qualidade exigida

A Sociedade tem como objetivo executar as ações definidas no seu PEIRVRA e respetivo aditamento, respeitando o planeamento previsto nos vários PAO's, de forma a poder concluir o seu objeto social até ao prazo de duração, ou seja, o final de 2030.

A Sociedade compromete-se a cumprir o planeamento previsto para o ano de 2026, garantindo que todos os projetos e investimentos sejam executados dentro dos prazos definidos e com a qualidade exigida, desde que consiga garantir a abertura e submissão atempada de candidaturas a fundos comunitários. Caso haja algum imprevisto, que impeça a execução das ações no prazo previsto, a Sociedade envidará todos os esforços para recuperar o atraso, assegurando que o objeto social seja realizado até ao final de duração previsto até 2030.

A empresa adota uma abordagem rigorosa no acompanhamento da execução das suas atividades, assegurando que todos os processos estejam alinhados com os objetivos estratégicos estabelecidos no plano de atividades, e que as fases de implementação sejam devidamente monitorizadas.

Para garantir a execução eficaz dos investimentos, a RiaViva adota um modelo de gestão de projetos baseado em boas práticas de planeamento, coordenação e controlo, com o objetivo de assegurar que os recursos sejam utilizados de forma eficiente e que os resultados sejam entregues dentro dos prazos acordados. A empresa realiza uma avaliação contínua do progresso de cada projeto, realizando ajustes operacionais sempre que necessário para evitar atrasos ou desvios no cronograma de execução.

A qualidade das intervenções e investimentos é igualmente uma prioridade para a empresa, que assegura que todos os projetos cumpram os padrões técnicos e ambientais exigidos, além das normas legais e regulamentares aplicáveis, através da utilização de procedimentos de controlo de qualidade e da supervisão contínua das obras e serviços. A RiaViva garante que as empreitadas e contratos de fornecimento e serviços sejam executados conforme as especificações definidas, respeitando os requisitos técnicos e os objetivos de sustentabilidade previamente estabelecidos.

Além disso, a RiaViva implementará mecanismos de monitorização e auditoria durante toda a execução dos projetos, a fim de identificar e corrigir possíveis problemas de forma antecipada, minimizando riscos e garantindo o sucesso das intervenções. A Sociedade também se compromete a envolver os *stakeholders* relevantes, incluindo as comunidades locais e os parceiros institucionais, ao longo do ciclo de vida dos projetos, promovendo a participação ativa e a transparência nas decisões.

4. Cumprir os indicadores definidos nos objetivos de cada uma das ações

Cada uma das ações tem como objetivo o cumprimento de indicadores, que serão definidos de acordo com a tipologia das ações:



- RV1: Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas em ecossistemas;
- RV3: Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição;
- RV3: Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas;
- RV4: Reforçar as atividades de pesca sustentáveis do ponto de vista económico, social e ambiental.

O detalhe dos indicadores será definido aquando da apresentação das candidaturas a fundos comunitários, como seja: extensão da faixa costeira / lagunar / fluvial protegida; recuperação dunar de troços costeiros; requalificação de margens ao longo de linhas de água; melhoria das condições hidrodinâmicas através de ações de desassoreamento; limpeza de invasoras; infraestruturas de apoio à pesca intervencionadas; percursos pedonais criados / intervencionados, entre outros.

É de esperar que os referidos indicadores sejam apenas cumpridos com a conclusão das respetivas empreitadas, o que não se prevê que ocorra durante o ano 2026.

5. Promover a sustentabilidade económica, financeira e social, através de uma gestão rigorosa e eficaz, assegurando a utilização das melhores práticas ambientais e de responsabilidade social e cumprindo com rigor as tarefas que lhe estão cometidas em termos de qualidade, eficiência produtiva e capaz utilização dos recursos disponíveis

A Sociedade define como prioridades a concretização de projetos estratégicos que promovam a sustentabilidade ambiental, a coesão social e o desenvolvimento económico da região da Ria de Aveiro, alinhando-se com as políticas públicas de conservação ambiental, desenvolvimento regional e valorização do património natural e cultural. Esta atuação tem em conta a igualdade de oportunidades, promove mecanismos adequados de tomada de decisão, de divulgação de informação e de fiscalização dessas decisões.

A estratégia da Sociedade assenta em três eixos principais:

- **Sustentabilidade Ambiental e Valorização do Património Natural:** A RiaViva continuará a ser um agente fundamental na implementação de projetos de regeneração ecológica da Ria de Aveiro e nas suas áreas adjacentes, com foco na preservação da biodiversidade e na mitigação das alterações climáticas. A recuperação de zonas degradadas e a reabilitação de espaços naturais serão prioritárias, contribuindo para o aumento da resiliência do ecossistema e promovendo a regeneração de recursos naturais essenciais.

- **Desenvolvimento Económico e Competitividade Regional:** Através de projetos de proteção costeira, requalificação ambiental, promoção de atividades de turismo sustentável e valorização dos recursos naturais, a Sociedade visa impulsionar a competitividade e a inovação na região. A criação de infraestrutura turística e o fomento de atividades económicas ligadas ao mar, à pesca sustentável, à aquacultura e ao turismo de natureza terão um papel central, gerando emprego e atraindo investimento privado, com efeitos positivos na economia local e regional.
- **Inclusão Social e Parcerias Estratégicas:** A empresa reforçará a sua ação no apoio às comunidades locais, promovendo a participação dos cidadãos, a inclusão social e o fortalecimento das parcerias com entidades públicas, privadas e da sociedade civil. A promoção de iniciativas que integrem a educação ambiental e a sensibilização para as questões da sustentabilidade serão fundamentais para envolver as comunidades no processo de desenvolvimento da região.

6. Cumprir a legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente no garante dos princípios da legalidade e da prossecução do interesse público, da transparência e da publicidade, da igualdade, da concorrência e da imparcialidade

A Sociedade RiaViva está plenamente comprometida com o cumprimento de toda a legislação e regulamentação aplicável ao exercício das suas atividades, assegurando a boa gestão dos recursos públicos e a transparência na sua atuação. No desenvolvimento e execução dos projetos previstos para 2026, a Sociedade garantirá a observância dos seguintes princípios fundamentais:

- **Princípio da Legalidade e da Prossecução do Interesse Público:** A Sociedade orientará a sua atuação de acordo com os princípios constitucionais e legais, respeitando a legislação nacional e comunitária, nomeadamente no que diz respeito à gestão pública, ambiente, urbanismo e direitos dos cidadãos. Todos os seus projetos, ações e decisões serão fundamentados na prossecução do interesse público, tendo em vista o desenvolvimento sustentável da região da Ria de Aveiro, a proteção dos seus recursos naturais e o bem-estar das comunidades locais.
- **Princípio da Transparência e da Publicidade:** A RiaViva compromete-se a assegurar a máxima transparência na sua gestão, permitindo o acesso público a todas as informações relevantes sobre as suas atividades e orçamentos. A publicidade das suas ações e dos resultados obtidos, nomeadamente no seu site e meios de comunicação social, terá como objetivo garantir que todos os stakeholders, incluindo os cidadãos, as entidades públicas e os outros parceiros, possam acompanhar e monitorizar a execução das políticas públicas a que a RiaViva está vinculada. Neste contexto, divulga no Portal BASE os procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços e de empreitadas e adota critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia. A Sociedade aderiu a um código de ética, que será atualizado.

Com a retoma da atividade e a alteração do nome para RiaViva, a Sociedade contratou a reformulação do website, que deverá estar operacional em 2026, de modo a comunicar e divulgar toda a sua atividade, demonstrando total transparência.

- Princípio da Igualdade: A Sociedade assegurará que todas as partes envolvidas nos seus processos e projetos sejam tratadas com igualdade, sem discriminação, favorecimento ou prejuízo. A empresa promoverá práticas de contratação pública justas e inclusivas, respeitando os direitos de todos os concorrentes, garantindo igualdade de condições e oportunidades para todas as entidades e cidadãos interessados, sejam eles nacionais ou internacionais.
- Princípio da Concorrência: A RiaViva irá respeitar os princípios da concorrência livre e justa, adotando processos de contratação pública transparentes e baseados em critérios objetivos, que promovam a eficiência na utilização dos recursos públicos, tendo como base o Código dos Contratos Públicos. A empresa assegurará que todos os procedimentos relacionados com a execução de projetos, serviços ou empreitadas, desde a escolha de fornecedores até a adjudicação de contratos, sejam conduzidos de maneira a evitar a discriminação, o favoritismo ou a manipulação do mercado, de forma a garantir a melhor relação qualidade-preço.
- Princípio da Imparcialidade: A RiaViva atuará com imparcialidade, agindo sempre no interesse público e garantindo que as suas decisões sejam tomadas de maneira objetiva, com base em critérios técnicos, científicos e jurídicos, sem qualquer tipo de interferência indevida ou pressão externa. A empresa assegurará que os processos de tomada de decisão sejam livres de conflitos de interesse, e que as suas escolhas sejam fundamentadas em análises detalhadas e criteriosamente ponderadas.

No cumprimento desses princípios, a Sociedade compromete-se também a atuar com uma postura ética e responsável, cumprindo todas as normas e regulamentos ambientais, urbanísticos, financeiros e de governança corporativa aplicáveis.

Assim, o presente Plano de Atividades e Orçamento para 2026 reflete a pretensão da RiaViva em cumprir as suas metas estratégicas. A execução do plano de atividades estará suportada numa combinação de fontes de financiamento, incluindo verbas do capital social, fundo ambiental e fundos europeus. A estrutura orçamental do ano de 2026 prevê um aumento significativo nos investimentos, relativamente ao ano anterior, dado que o ano 2025 correspondeu ao reinício da atividade da Sociedade.

III. Plano de Atividades e Indicadores de Desempenho

Com a decisão da retoma da atividade pelos acionistas, com efeitos a 31 de dezembro de 2024, o ano de 2025 foi o ano de arranque da “nova Sociedade” RiaViva, com a preparação dos procedimentos necessários ao seu pleno funcionamento, prosseguindo com as orientações estratégicas e objetivos atrás identificados.

Assim, em 2025, e conforme previsto, a Sociedade realizou a contratação de vários serviços, como seja:

- a) Marca e normas gráficas – esta prestação de serviços foi contratada em junho de 2025, encontrando-se em fase de finalização do trabalho, que permitirá à Sociedade adotar a nova imagem de modo harmonizado e em conformidade com as referidas normas.
- b) Website - esta prestação de serviços foi contratada em setembro de 2025, encontrando-se em curso a elaboração do website, que deverá estar operacional em 2026.
- c) Programa de contabilidade (para substituir pelo programa anterior SIGFIN que se encontrava obsoleto e que não comporta o novo sistema contabilístico a que a sociedade está obrigada – SNC-AP) – contratado em maio de 2025, encontrando-se a migração de dados em fase de implementação e finalização.
- d) Aquisição de computadores e material informático – já adquiridos em abril de 2025;
- e) Aluguer de viaturas – contratadas duas viaturas, apesar de terem sido aprovadas 3. A terceira viatura será também contratada em 2026, quando se prevê maior afluência de deslocações à área de intervenção.

Conforme previsto, as instalações mantiveram-se no mesmo local, a sua sede.

A par destas contratações, a Sociedade procedeu ao recrutamento de uma equipa técnica, dado que a RiaViva ficou esvaziada de pessoal, por via da integração dos trabalhadores da Polis Litoral Ria de Aveiro na Agência Portuguesa do Ambiente, situação que se encontra detalhada no capítulo V.

Conforme referido no capítulo I, algumas das ações foram alteradas/ reajustadas, em consequência da reavaliação das necessidades para a Região, a acordar com os municípios e demais entidades envolvidas.

No que respeita a ações de investimento propriamente ditas, e de acordo com o **Anexo 1 - Planeamento Físico**, prevê-se os seguintes objetivos para 2026:

- A elaboração do **aditamento ao Plano Estratégico**, com a descrição das ações que farão parte do objeto social da empresa e a eventual necessidade de Avaliação Ambiental Estratégica;
- **RV1.1 - Alimentação Artificial de Praias:** Tendo sido realizada uma reunião preparatória com a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA) para definição do âmbito do projeto, e considerando que esta entidade se encontra atualmente a desenvolver o respetivo projeto e o

Estudo de Impacte Ambiental (EIA) relativos à alimentação artificial de praias na zona de Ovar, o Conselho de Administração deliberou que a RiaViva deverá proceder ao avanço da obra, após a conclusão do projeto e do EIA pela APA, não se perspetivando que tal suceda em 2026.

- **RV1.2 - Construção e/ou reabilitação de estruturas de defesa costeira: Quebra-Mar Destacado do Furadouro e Cortegaça:** retirada ação deste Plano, e transferida parte da verba para a ação alimentação artificial de praias, dado o resultado dos estudos terem indicado não haver vantagens claras na realização desta ação, face à da alimentação artificial de praias.
- **RV1.3 - Reforço de sistemas naturais de proteção costeira:** Recuperação e Estabilização do Cordão Dunar de Ovar até Mira: serão realizadas reuniões prévias com as entidades envolvidas para definição do âmbito do projeto, a preparação do procedimento para elaboração do projeto e a sua contratação;
- **RV1.3.2.a - Reabilitação/ reconstrução do dique de contenção das águas da ria entre a Gafanha de Aquém e a Gafanha da Boavista:** projeto em fase de contratação, prevendo-se em 2026 a execução e a conclusão do projeto de execução e posterior lançamento do concurso público para a execução da empreitada, após submissão e aprovação de candidatura a financiamento comunitário;
- **RV1.3.2.b - Reabilitação / reconstrução da estrada da Riamar na Barra, com reforço das suas características de estrada-dique:** foi realizada reunião com o Município de Ílhavo, tendo sido posteriormente apresentado um estudo para requalificação da área, o qual se encontra em análise pela equipa técnica da RiaViva. Em 2026, prevê-se contratar a execução do projeto de execução, estimando-se que este venha a estar concluído no mesmo ano. Também será apresentada candidatura a financiamento comunitário para concretização da ação.
- **RV1.3.2.c - Defesa e Proteção dos Campos Agrícolas na Frente Lagunar de Ovar da Intrusão Salina:** foram realizadas reuniões com o Município de Ovar para definição do âmbito do projeto, prevendo-se a preparação do procedimento para elaboração do projeto e a sua contratação durante o ano de 2026;
- **RV1.3.2.d - Construção de motas de proteção entre a Ribeira da Aldeia e a Ribeira do Mourão:** Foi realizada uma reunião com o Município de Estarreja, após a qual a autarquia apresentou o projeto de execução relativo à construção de motas entre a Ribeira das Teixugueiras e a Ribeira do Mourão, o qual integra igualmente a ação RV1.3.2.e – Construção de motas de proteção entre a Ribeira das Teixugueiras e a Ribeira da Aldeia. O projeto foi analisado pela equipa técnica da RiaViva, que propôs diversas alterações com vista a garantir o cumprimento dos objetivos definidos para a ação. Prevê-se, para o ano de 2026, o lançamento do concurso público para a execução da empreitada, após a aprovação do projeto pelas entidades competentes e a submissão e aprovação da candidatura a financiamento comunitário.

- **RV1.3.2.e - Construção de motas de proteção entre a Ribeira das Teixugueiras e a Ribeira da Aldeia:** ver ação anterior.
- **RV1.3.2.f - Construção de motas de proteção entre o Esteiro de Estarreja e a Ribeira Nova:** foi realizada reunião com o Município de Estarreja e efetuadas visitas ao local, aguardando-se a definição do programa preliminar do projeto a apresentar pela autarquia. Em 2026, prevê-se contratar a execução do projeto de execução, e submetida a candidatura a financiamento comunitário para concretização da ação.
- **RV1.3.2.g - Construção da Mota de Proteção entre a Ribeira do Martinho e a Ribeira das Teixugueiras:** foram realizadas reuniões com o Município da Murtosa para análise do projeto já elaborado e contratada a revisão do projeto. Em 2026, prevê-se a execução e a conclusão do projeto de execução e posterior lançamento do concurso público para a execução da empreitada, após submissão e aprovação de candidatura a financiamento comunitário.
- **RV1.3.2.h - Reforço de motas de proteção entre a Ponte da Varela e o Cais do Mancão:** foram realizadas reuniões com o Município da Murtosa, ICNF e APA para definição do âmbito do projeto. Em 2026, prevê-se a preparação do procedimento para elaboração do projeto e a sua contratação.
- **RV1.3.2.i - Consolidação de taludes da marginal entre a Ponte da Varela e a Bestida:** projeto em curso, prevendo-se em 2026 a execução e a conclusão do projeto de execução e posterior lançamento do concurso público para a execução da empreitada, após submissão e aprovação de candidatura a financiamento comunitário. Este projeto está a ser elaborado conjuntamente com a ação “RV1.3.2.i - Consolidação de taludes da marginal nos Ameirinhos”.
- **RV1.3.2.j - Consolidação de taludes da marginal nos Ameirinhos:** ver ação anterior.
- **RV1.3.2.k – Proteção das margens da Ria e redução da erosão costeira com sedimentos provenientes das dragagens das bacias dos cais da Ria de Aveiro:** durante o 2026 serão realizadas reuniões com a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, Agência Portuguesa do Ambiente e Associações de Pescadores para definição do âmbito do projeto e os cais a intervir, tendo em vista a preparação do procedimento para elaboração do projeto e a sua contratação.
- **RV1.3.2.l - Construção e Consolidação de motas e diques no Lago do Paraíso:** durante o ano 2025 foram realizadas reuniões com o Município da Aveiro para definição do âmbito do projeto, estando em curso a contratação do projeto. Em 2016, perspetiva-se a elaboração e conclusão do projeto de execução e posterior lançamento do concurso público para a execução da empreitada, após submissão e aprovação de candidatura a financiamento comunitário.
- **RV1.3.2.m - Proteção e Qualificação das Margens do Canal de Mira (Vagueira-Areão):** foram realizadas reuniões e visitas ao local com o Município de Vagos para definição do âmbito

do projeto, e apresentado pela autarquia o projeto de Requalificação da Via de Ligação Praia da Vagueira - Areão, para servir de base de trabalho para a ação de Proteção e Qualificação das margens do Canal de Mira (Vagueira-Areão). Este projeto será analisado e aferido se o âmbito corresponde aos objetivos desta ação, prevendo-se em 2026 a contratação e execução do projeto de execução.

- **RV1.4.1 - Dragagens dos canais da Ria de Aveiro com transposição de sedimentos nos sistemas litorais:** em 2026 serão realizadas reuniões com as entidades envolvidas (APA, IP, pescadores e clubes náuticos) para definição do âmbito do projeto, a preparação do procedimento para elaboração do projeto e a sua contratação.
- **RV1.4.2 - Recuperação do Sistema Aquático, Dique-fusível e Consolidação Dunar na Barrinha de Esmoriz:** será efetuada a revisão final do projeto de execução e o lançamento do concurso público para a execução da empreitada, após aprovação do respetivo financiamento comunitário;
- **RV1.5 - Sensibilização e divulgação dos valores naturais:** foi contratada a marca RiaViva, as normas gráficas e o website da Sociedade, prevendo-se que as primeiras fiquem operacionais até ao final de 2025 e o website em 2026. Em 2026, será contratada a realização de levantamento fotográfico e videográfico da zona de intervenção da RiaViva, e a produção de suportes de comunicação da marca, promovendo a Região de Aveiro.
- **RV1.6.1 - Desassoreamento para reforço de margens na Pateira de Fermentelos e construção de açude no rio Águeda:** em 2025 foi elaborado o projeto revisto que inclui a revisão da estimativa orçamental para a obra, bem como da especificação técnica do açude no rio Águeda. Encontra-se em preparação a candidatura ao aviso do CENTRO2030, para posterior lançamento da empreitada. Relativamente à disponibilização de terrenos para construção do açude e para colocação dos sedimentos a dragar, os municípios envolvidos encontram-se a desenvolver diligências com vista a assegurar a disponibilização desses terrenos. Será ainda lançado o procedimento para execução do programa de monitorização, de acordo com as exigências da DCAPE (fase pré-construção e construção), bem como o lançamento do concurso público para a execução da empreitada.
- **RV1.6.2 - Proteção e qualificação ambiental dos rios Águeda, Cértima e Levira:** foram realizadas reuniões com os Municípios de Águeda, Anadia e Oliveira do Bairro para definição do âmbito do projeto para cada um dos rios. Relativamente aos rios Águeda e Levira, aguarda-se melhor especificação por parte dos municípios. No que respeita ao rio Cértima, encontra-se em contratação a elaboração do projeto de execução, no município de Anadia. Prevê-se que em 2026 o projeto de execução do Rio Cértima fique concluído e que seja lançado o concurso público para execução da empreitada, após obtenção do respetivo financiamento comunitário. No que respeita aos rios Águeda e Levira prevê-se o lançamento do procedimento para

contratação dos projetos e a sua execução, após definição do programa pelos municípios de Águeda e Oliveira do Bairro.

- **RV1.6.3 - Projeto Integrado de Requalificação das margens dos rios Vouga, Antuã e Caima:** foram realizadas reuniões com os Municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha e Sever do Vouga para definição do âmbito dos projetos para cada rio, aguardando-se melhor especificação por parte dos municípios. Prevê-se em 2026 o lançamento do procedimento para contratação dos projetos e a sua execução.
- **RV1.6.4 - Proteção e qualificação ambiental das margens do rio Cáster:** projeto contratado, prevendo-se em 2026 a execução e a conclusão do projeto de execução e posterior lançamento do concurso público para a execução da empreitada, após submissão e aprovação de candidatura a financiamento comunitário.
- **RV1.6.5 - Proteção e qualificação ambiental das margens do Rio Lambo até à Barrinha de Esmoriz:** projeto contratado, prevendo-se em 2026 a execução e a conclusão do projeto de execução e posterior lançamento do concurso público para a execução da empreitada, após submissão e aprovação de candidatura a financiamento comunitário.
- **RV1.6.6 - Qualificação da zona sul do Parque da Quinta do Ega e ligação da Quinta do Ega ao Cais das Folsas Novas:** foram realizadas reuniões e visitas ao local com o Município de Vagos para definição do âmbito do projeto, e apresentado pela autarquia o Masterplan para a Requalificação e Valorização Ambiental e Paisagística das Margens do Rio Boco, para servir de base para a presente intervenção nas margens do Rio Boco. Durante o ano 2026, prevê-se o lançamento, a contratação e a execução do projeto de execução e a submissão da respetiva candidatura para financiamento comunitário da ação.
- **RV2.1.1 - Requalificação Ambiental da Lagoa do Moitão:** foram realizadas reuniões e visitas ao local com o Município de Vagos para análise e eventual revisão/ elaboração do projeto de execução. Durante o ano 2026, prevê-se o lançamento, a contratação e a execução do projeto de execução e a submissão da respetiva candidatura para financiamento comunitário da ação.
- **RV2.1.2 - Limpeza infestantes (jacintos de água, entre outras) na Pateira de Fermentelos, no rio Vouga e afluentes:** foram realizadas reuniões com os Municípios de Águeda, Aveiro, Oliveira do Bairro e Albergaria-a-Velha para definição do âmbito do projeto, sendo informado que a Câmara de Águeda adquiriu uma ceifeira nova para retirada de jacintos de água na Pateira de Fermentelos. Considerando a existência de jacintos de água também no rio Novo do Príncipe, admite-se que a verba possa ser canalizada para a limpeza deste rio. Em 2026 prevê-se a preparação do procedimento para elaboração do projeto e a sua contratação.
- **RV2.1.3 – Restauração e conservação de ecossistemas marinhos/ estuarinos:** serão realizadas reuniões com a Agência Portuguesa do Ambiente, Instituto de Conservação da

Natureza e Florestas e outras entidades para definição do âmbito do projeto. Admite-se que esta ação possa ser realizada conjuntamente com outras ações de reforço de margens.

- **RV2.1.4 – Controlo de espécies invasoras em sistemas costeiros:** serão realizadas reuniões com a Agência Portuguesa do Ambiente e Municípios para definição do âmbito do projeto.
- **RV2.1.5 – Promoção, sensibilização e comunicação do valor do património natural português:** serão realizadas reuniões com Municípios para definição do âmbito da ação.
- **RV3.1.1 - Sistema de mobilidade intermunicipal multimodal sustentável Ovar – S. Jacinto:** foram realizadas reuniões com os Municípios de Aveiro, Murtosa e Ovar para análise do projeto de execução, tendo-se verificado que os projetos apresentam graus de maturidades diferentes em cada município, admitindo-se avançar com a respetivas empreitadas individualmente, consoante o grau de maturidade. Após a aprovação dos projetos, os mesmos serão transferidos para a Sociedade para preparação do concurso público para execução das respetivas empreitadas, após obtenção do respetivo financiamento comunitário.
- **RV4.1.1 - Reabilitação do cais da Boca da Marinha:** esta ação deverá ser substituída pela “Qualificação das condições de acostagem no cais da Bestida”, conforme proposta da Câmara Municipal da Murtosa.
- **RV4.1.2 - Reabilitação do Cais dos Moliceiros das Quintas do Norte:** Em 2026 prevê-se a revisão do projeto de execução e a preparação do concurso para execução da empreitada, após obtenção do respetivo financiamento comunitário;
- **RV4.1.3 - Reabilitação das estruturas flutuantes do Cais da Cova do Chegado:** Em 2026 prevê-se a realização de reuniões com o Município da Murtosa para definição do âmbito do projeto, a preparação do procedimento para elaboração do projeto e a sua contratação.
- **RV4.1.4 - Reabilitação do Cais Poente do Porto de Abrigo do Bico:** esta ação deverá ser substituída pela “Qualificação das condições de acostagem no cais da Bestida”, conforme proposta da Câmara Municipal da Murtosa.
- **RV4.1.5 - Qualificação das condições de acostagem no cais da Ribeira de Pardelhas:** Em 2026 prevê-se a realização de reuniões com o Município da Murtosa e APA para definição do âmbito do projeto, a preparação do procedimento para elaboração do projeto e a sua contratação.
- **RV4.1.6 - Qualificação das condições de acostagem no cais da Bestida:** Em 2026 prevê-se a realização de reuniões com o Município da Murtosa e APA para definição do âmbito do projeto, a preparação do procedimento para elaboração do projeto e a sua contratação.

A descrição das ações que farão parte do aditamento ao Plano Estratégico encontra-se apresentada no **Anexo 2 – Fichas de Projeto.**



Perspetiva-se a abertura de avisos dos Programas Operacionais para submissão de candidaturas a fundos comunitários das ações a realizar, nomeadamente do Programa para a Ação Climática e Sustentabilidade (PACS), MAR2030 e Programa Regional do Centro 2021-2027, sem os quais não poderemos avançar com a realização das respetivas obras.

Prevê-se ainda a formalização, através de Resolução do Conselho de Ministros, da comparticipação plurianual do Fundo Ambiental, no período de 2025 a 2030, garantindo a continuidade e estabilidade do apoio financeiro às ações desenvolvidas pela RiaViva – Litoral da Região de Aveiro, S.A.

No triénio 2026-2028, a Sociedade continuará a desenvolver os estudos e projetos necessários à realização das empreitadas, sendo que nos anos de 2027, 2028 e 2029 ocorrerá o maior volume de empreitadas, prevendo-se o encerramento das atividades durante o ano de 2030, e o posterior encerramento da Sociedade.

IV. Plano de Investimentos

IV.1 Investimento e Financiamento Plurianual

O orçamento de investimento e de financiamento da Sociedade foi elaborado para todo o período de duração da RiaViva, no horizonte de 2025 a 2030, data da sua dissolução, de acordo com os novos Estatutos.

O orçamento de investimento e de financiamento da RiaViva foi então elaborado, no seu enquadramento plurianual, dada a natureza desta Sociedade - Entidade criada para a implementação dum grande projeto de investimento -, e muito particularmente no quadro das orientações da tutela acionista quanto à elaboração dos instrumentos previsionais de gestão para 2026, tendo por base o planeamento elaborado para a execução das ações.

Neste enquadramento, a proposta de orçamento elaborada para 2026, (envolvendo também a estimativa para os anos seguintes até à dissolução da Sociedade), encontra-se detalhada ao nível do investimento e do financiamento nos Mapas **Anexo 3 - Mapa de Investimento Plurianual** desagregado por ação e atividade e trimestralmente em 2026; **Anexo 4 - Mapa de Investimento e Financiamento** e **Anexo 5 – Plano Financeiro Plurianual**.

A referida proposta é retratada nos seguintes grandes números:

- **Realização em 2026 de despesa de 8,6 milhões de euros** (IVA incluído), englobando as despesas de estrutura e de gestão da Sociedade, no montante de 753 mil Euros, e as despesas de investimento no valor de 7,87 milhões de Euros. Considerando que o 2025 corresponde ao arranque da “nova” Sociedade, o ano 2026 será o do efetivo avanço das ações, com especial enfoque para a realização de projetos, que antecedem a realização das empreitadas. Assim, de acordo com o Grupo de Ações apresentado no presente PAO e o planeamento da intervenção, prevê-se o **investimento total**, conforme abaixo indicado, **na ordem dos 88,1 milhões de euros, respeitantes à RiaViva** e de 161,9 milhões de euros, contabilizando o valor total de investimento realizado/ a realizar pela sociedade (Polis e RiaViva). De referir que o valor de investimento da RiaViva passou de 85,7 milhões de euros para 88,1 milhões de euros por via da atualização do valor da ação RV3.1a, que não tinha considerado o IVA.
- **Recebimento em 2026 de uma receita global estimada em aproximadamente 9 milhões de euros**, correspondendo fundamentalmente: i) à realização prevista do capital proveniente do Acionista Estado (ou prestações suplementares), no valor de 745.000 euros, conforme deliberação dos acionistas em 22 de outubro de 2024, e do Acionista CIRA, no montante de 704.986 euros; ii) ao recebimento de 1,2 milhões de euros do Fundo Ambiental; iii) e ainda ao

recebimento do financiamento comunitário dos Programas do PACS, PR Centro e FEAMPA, nos montantes de 2,4 milhões de euros, 3,6 milhões de euros e 357 mil euros respetivamente (no pressuposto que serão abertos avisos para as tipologias de intervenções da RiaViva).

IV.2 Orçamento de Despesa para 2026

A despesa encontra-se definida no mapa de investimento plurianual e está dividida em custos de estrutura e de gestão da intervenção e em ações propriamente ditas, nos seguintes termos:

- RV0: Custos de Estrutura e de Gestão da Intervenção;
- RV1: Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas em ecossistemas;
- RV2: Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição;
- RV3: Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas;
- RV4: Reforçar as atividades de pesca sustentáveis do ponto de vista económico, social e ambiental.

Em 2026, prevê-se a realização de uma despesa de 8.624.910€ (IVA incluído), englobando as despesas de estrutura e de gestão da Sociedade, no montante de 753.269€ e as despesas de investimento no valor remanescente, de 7.871.642€, traduzindo o reinício do funcionamento da Sociedade e a prossecução da sua atividade física e financeira, para implementação das ações, conforme descrito no capítulo III deste documento.

Tabela 1 – Mapa Orçamento de Despesa Trimestral – Resumo

(valores em Euros, com IVA)

Codificação e Designação dos Projetos / Ações / e Naturezas de Despesa	Investimento Total Plano Estratégico (Aditamento)	Investimento Realizado pela Ria de Aveiro até 31.12.2024							
			2025	2026 I Trim	2026 II Trim	2026 III Trim	2026 IV Trim	2026	Total da Intervenção (PAO)
TOTAL Polis Ria de Aveiro	96 516 777	72 843 033	961 357	0	0	0	0	0	73 804 390
Designação									
Despesas de Estrutura e de Gestão da Intervenção	4 329 748	0	638 146	171 833	204 802	171 833	204 802	753 269	4 329 748
Despesas de Investimento	83 815 400	0	95 178	184 070	498 068	1 854 188	5 335 315	7 871 642	83 815 400
TOTAL RiaViva	88 145 148	0	733 324	355 903	702 869	2 026 021	5 540 117	8 624 910	88 145 148
TOTAL Polis Ria Aveiro e RiaViva	184 661 925	72 843 033	1 694 681	355 903	702 869	2 026 021	5 540 117	8 624 910	161 949 538

Orçamento de Despesa por Natureza

O valor global de despesa previsto para 2026, no montante de 8.624.910€ traduz diversas naturezas de despesa que, no quadro seguinte, se contemplam de forma desagregada ao nível de cada um dos trimestres, em simultâneo com os valores dos anos seguintes, para o total da Intervenção.

Tabela 2 – Mapa Orçamento de Despesa Trimestral – por Natureza

		(valores em Euros, com IVA)							
Codificação e Designação dos Projetos / Ações / e Naturezas de Despesa		Investimento Total Plano Estratégico	Polis_Ria Viva						Total da Intervenção (PAO)
			2025	2026 I Trim	2026 II Trim	2026 III Trim	2026 IV Trim	2026	
02	Consumos	411 736	28 745	9 347	9 347	9 347	9 347	37 388	698 120
03	Limpezas / Reparações	81 885	5 000	1 275	1 275	1 275	1 275	5 100	123 729
04	Mobiliário e Equipamentos	296 677	64 521	8 000	8 000	8 000	8 000	32 000	386 645
05	Despesas de Funcionamento	510 895	72 572	18 155	18 155	18 155	18 155	72 620	770 025
10	Remunerações Pessoal	3 037 596	383 755	108 633	140 752	108 633	140 752	498 770	5 832 829
11	Remuneração Órgãos Sociais	280 808	23 150	3 000	3 850	3 000	3 850	13 700	399 333
12	Remuneração Serviços Externos	681 339	58 153	22 173	22 173	22 173	22 173	88 691	1 321 973
13	Despesas Representação	56 870	2 250	1 250	1 250	1 250	1 250	5 000	33 910
18	Outros custos Financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0
19	Gestão da Intervenção / Contrato de gestão	2 888 709	0	0	0	0	0	0	7 774 321
01+04+05+10+12+17	Outros custos de Gestão	6 126 874	0	0	0	0	0	0	2 213
36	Estudos e Planos	5 435 379	47 125	25 000	112 985	119 135	112 985	370 104	5 241 729
41	Expropriações	511 000	0	0	87 500	87 500	0	175 000	175 000
45	Projetos	7 879 300	48 053	159 070	297 583	460 054	542 843	1 459 550	5 273 870
50	Empreitadas	147 074 894	961 357	0	0	1 150 000	4 516 988	5 666 988	129 384 562
51	Fiscalização	5 267 538	0	0	0	37 500	162 500	200 000	2 942 500
99	Imprevistos	4 120 425	0	0	0	0	0	0	1 588 778
Total Polis_RiaViva		184 661 925	1 694 681	355 903	702 869	2 026 021	5 540 117	8 624 910	161 949 538

Do mapa apresentado, verifica-se que no ano de 2026 a despesa a realizar respeitará essencialmente a despesas com Empreitadas e sua Fiscalização – 5.666.988 euros e 200.000 euros, respetivamente, a Projetos, no valor de 1.459.550 euros, a Estudos e Planos, no valor de 370.104€, e a remunerações de pessoal, no total de 498.770 euros.

No **anexo 4 – Mapa de Investimento Plurianual**, contendo orçamento de despesa para 2026, desagregado por ação e trimestre, verifica-se ao nível de cada um dos projetos da intervenção, as diversas ações a implementar, financeiramente, nesse ano e nos seguintes até ao final da intervenção.

Verifica-se ainda que o maior volume de despesa de investimento ocorre nos 3º e 4º trimestre de 2026, quando se iniciam algumas empreitadas.

Orçamento de Despesa por Centros de Custo

O orçamento por centros de custo reflete a distribuição das despesas previstas pelos vários projetos/ ações em termos orçamentais.

O quadro seguinte contém o orçamento por centros de custo, previsto tanto em termos trimestrais para o ano de 2026, quanto em termos globais da Intervenção.

Verifica-se que o maior volume do investimento previsto efetuar em 2026 diz respeito às seguintes ações:

- ✓ Proteger o litoral e contrariar o recuo da linha de costa através da alimentação do sistema costeiro com sedimentos - alimentação artificial de praias (RV1.1) – 400.000€;
- ✓ Construção de motas de proteção entre a Ribeira da Aldeia e a Ribeira do Mourão (RV1.3.2.d) – 840.000€;
- ✓ Construção de motas de proteção entre a Ribeira das Teixugueiras e a Ribeira da Aldeia (RV1.3.2.e) – 440.000€;
- ✓ Construção da Mota de Proteção entre a Ribeira do Martinho e a Ribeira das Teixugueiras (RV1.3.2.g) – 388.417€;
- ✓ Construção e Consolidação de motas e diques no Lago do Paraíso (RV1.3.2.l) – 205.000€;
- ✓ Desassoreamento para reforço de margens na Pateira de Fermentelos e construção de açude no rio Águeda (RV1.6.a) – 4.290.504€;
- ✓ Qualificação das condições de acostagem no cais da Ribeira de Pardelhas (RV4.1.e) – 472.500€.

Tabela 3 – Mapa Orçamento de Despesa Trimestral – por Centro de Custo

(valores em Euros, com IVA)

Codificação e Designação dos Projetos / Ações / e Naturezas de Despesa					Investimento Total Plano Estratégico (Aditamento)	RiaViva					Total da Intervenção (PAO)
						2026 I Trim	2026 II Trim	2026 III Trim	2026 IV Trim	2026	
RV	99	99	99		TOTAL Polis Ria de Aveiro	96 516 777	0	0	0	0	0 73 804 390
RO				Cod. Ação	Designação						
RV	01	00	00		Custos de Estrutura e de Gestão da Intervenção	4 329 748	171 833	204 802	171 833	204 802	753 269 4 329 748
RV	01	01	00		Instalações e Funcionamento	872 284	36 777	36 777	36 777	36 777	147 108 872 284
RV	01	02	00		Custos Administrativos	3 457 464	135 056	168 025	135 056	168 025	606 161 3 457 464
RV	02	00	00	RV1	Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas em ecossistemas (FC)	68 400 000	153 070	431 068	1 786 688	4 943 815	7 314 642 68 400 000
RV	02	01	00	RV1.1	Proteger o litoral e contrariar o recuo da linha de costa através da alimentação do sistema costeiro com sedimentos - alimentação artificial de praias (RV1.1)	20 000 000	0	133 333	133 333	133 333	400 000 20 000 000
RV	02	02	00	RV1.2	Quebra-Mar Destacado do Furadouro e Cortegaça (RV1.2) Não executada	0	0	0	0	0	0 0
RV	02	03	00	RV1.3.1	Recuperação e Estabilização do Cordão Dunar de Ovar até Mira (RV1.3.1)	4 000 000	0	20 000	20 000	40 000	80 000 4 000 000
RV	02	04	00	RV1.3.2.a	Reabilitação/ reconstrução do dique de contenção das águas da ria entre a Gaíanha de Aquém e a Gaíanha da Boavista (RV1.3.2.a)	1 900 000	15 000	0	17 500	5 000	37 500 1 900 000
RV	02	05	00	RV1.3.2.b	Reabilitação / reconstrução da estrada da Riamar na Barra, com reforço das suas características de estrada-dique (RV1.3.2.b)	950 000	15 000	5 000	5 000	17 500	42 500 950 000
RV	02	06	00	RV1.3.2.c	Defesa e Proteção dos Campos Agrícolas na Frente Lagunar de Ovar da Intrusão Salina (RV1.3.2.c)	500 000	3 500	10 500	3 500	12 250	29 750 500 000
RV	02	07	00	RV1.3.2.d	Construção de motas de proteção entre a Ribeira da Aldeia e a Ribeira do Mourão (RV1.3.2.d)	2 100 000	0	0	0	840 000	840 000 2 100 000
RV	02	08	00	RV1.3.2.e	Construção de motas de proteção entre a Ribeira das Teixugueiras e a Ribeira da Aldeia (RV1.3.2.e)	1 100 000	0	0	0	440 000	440 000 1 100 000
RV	02	09	00	RV1.3.2.f	Construção de motas de proteção entre o Esteiro de Estarreja e a Ribeira Nova (RV1.3.2.f)	1 475 000	5 000	10 000	0	17 500	32 500 1 475 000
RV	02	10	00	RV1.3.2.g	Construção da Mota de Proteção entre a Ribeira do Martinho e a Ribeira das Teixugueiras (RV1.3.2.g)	700 000	11 070	0	0	377 347	388 417 700 000
RV	02	11	00	RV1.3.2.h	Reforço de motas de proteção entre a Ponte da Varela e o Cais do Mancelão (RV1.3.2.h)	1 600 000	0	10 000	30 000	10 000	50 000 1 600 000
RV	02	12	00	RV1.3.2.i	Consolidação de taludes da marginal entre a Ponte da Varela e a Bestida (RV1.3.2.i)	1 950 000	22 500	7 500	0	26 250	56 250 1 950 000
RV	02	13	00	RV1.3.2.j	Consolidação de taludes da marginal nos Améninhos (RV1.3.2.j)	490 000	12 000	4 000	0	14 000	30 000 490 000
RV	02	14	00	RV1.3.2.k	Proteção das margens da Ria e redução da erosão costeira com sedimentos provenientes das dragagens das bacias dos cais da Ria de Aveiro (RV1.3.2.k)	1 980 000	0	1 750	5 250	0	7 000 1 980 000
RV	02	15	00	RV1.3.2.l	Construção e Consolidação de motas e diques no Lago do Paraíso (RV1.3.2.l)	8 110 000	0	41 000	123 000	41 000	205 000 8 110 000
RV	02	16	00	RV1.3.2.m	Proteção e Qualificação das Margens do Canal de Mira (Vagueira-Areão) (RV1.3.2.m)	2 150 000	0	7 500	22 500	7 500	37 500 2 150 000
RV	02	17	00	RV1.4.a	Dragagens dos canais da Ria de Aveiro com transposição de sedimentos nos sistemas litorais (RV1.4.a)	3 000 000	0	0	20 000	60 000	80 000 3 000 000
RV	02	18	00	RV1.4.b	Recuperação do Sistema Aquático, Dique-fusível e Consolidação Dunar na Barrinha de Esmoriz (RV1.4.b)	3 650 000	0	0	0	0	0 3 650 000
RV	02	19	00	RV1.5.a	Sensibilização e divulgação dos valores naturais (RV1.5.a)	100 000	20 000	5 000	5 000	5 000	35 000 100 000
RV	02	20	00	RV1.6.a	Desassoreamento para reforço de margens na Pateira de Fermentelos e construção de açude no rio Águeda (RV1.6.a)	5 120 000	0	140 485	1 340 385	2 809 635	4 290 504 5 120 000
RV	02	21	00	RV1.6.b	Proteção e qualificação ambiental dos rios Águeda, Gértima e Leiria (RV1.6.b)	2 400 000	20 000	20 000	20 000	20 000	80 000 2 400 000
RV	02	22	00	RV1.6.c	Projeto Integrado de Requalificação das margens dos rios Vouga, Antuã e Caima (RV1.6.c)	3 000 000	0	0	15 000	45 000	60 000 3 000 000
RV	02	23	00	RV1.6.d	Proteção e qualificação ambiental das margens do rio Caster (RV1.6.d)	720 000	12 000	0	10 177	0	22 177 720 000
RV	02	24	00	RV1.6.e	Proteção e qualificação ambiental das margens do Rio Lambo até à Barrinha de Esmoriz (RV1.6.e)	825 000	12 000	0	16 044	0	28 044 825 000
RV	02	25	00	RV1.6.f	Qualificação da zona sul do Parque da Quinta do Ega e sua ligação ao Cais das Folhas Novas (RV1.6.f)	580 000	5 000	15 000	0	22 500	42 500 580 000
RV	03	00	00	RV2	Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição	1 800 000	11 000	7 000	15 000	14 000	47 000 1 800 000
RV	03	01	00	RV2.1.a	Requalificação Ambiental da Lagoa do Molitão / Covão do Lobo (RV2.1.a)	350 000	6 000	2 000	7 000	0	15 000 350 000
RV	03	02	00	RV2.1.b	Limpeza infestantes (jacintos de água, entre outras) na Pateira de Fermentelos, no rio Vouga e afluentes (RV2.1.b)	800 000	0	0	0	0	0 800 000
RV	03	03	00	RV2.1.c	Restauração e conservação de ecossistemas marinhos/ estuarinos (RV2.1.c)	350 000	0	0	2 000	6 000	8 000 350 000
RV	03	04	00	RV2.1.d	Controlo de espécies invasoras em sistemas costeiros (RV2.1.d)	200 000	0	0	1 000	3 000	4 000 200 000
RV	03	05	00	RV2.1.e	Promção, sensibilização e comunicação do valor do património natural (RV2.1.e)	100 000	5 000	5 000	5 000	5 000	20 000 100 000
RV	04	00	00	RV3	Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas	10 730 400	0	0	0	0	0 10 730 400
RV	04	01	00	RV3.1.a	Sistema de mobilidade intermunicipal multimodal sustentável Ovar – S. Jacinto (RV3.1.a)	10 730 400	0	0	0	0	0 10 730 400
RV	05	00	00	RV4	Reforçar as atividades de pesca sustentáveis do ponto de vista económico, social e ambiental	2 885 000	20 000	60 000	52 500	377 500	510 000 2 885 000
RV	05	01	00	RV4.1.a	Reabilitação do cais da Boca da Marinha (RV4.1.a) Não executada	0	0	0	0	0	0 0
RV	05	02	00	RV4.1.b	Reabilitação do Cais dos Moliceiros das Quintas do Norte (RV4.1.b)	400 000	0	0	0	0	0 400 000
RV	05	03	00	RV4.1.c	Reabilitação das estruturas flutuantes do Cais da Cova do Chegado (RV4.1.c)	250 000	0	0	0	0	0 250 000
RV	05	04	00	RV4.1.d	Reabilitação do Cais Poente do Porto de Abrigo do Bico (RV4.1.d) Não executada	0	0	0	0	0	0 0
RV	05	05	00	RV4.1.e	Qualificação das condições de acostagem no cais da Ribeira de Pardeilhas (RV4.1.e)	1 500 000	15 000	45 000	52 500	360 000	472 500 1 500 000
RV	05	06	00	RV4.1.f	Reabilitação do cais da Bestida (RV4.1.f)	735 000	5 000	15 000	0	17 500	37 500 735 000
TOTAL RiaViva						88 145 148	355 903	702 869	2 026 021	5 540 117	8 624 910 88 145 148
TOTAL Polis Ria Aveiro e RiaViva						184 661 925	355 903	702 869	2 026 021	5 540 117	8 624 910 184 661 925

IV.4 Plano Financeiro da intervenção para 2026

O enquadramento financeiro previsto para esta Intervenção, para 2026, é observado no quadro seguinte, onde é apresentada a decomposição da cobertura financeira do plano de investimento por cada uma das fontes de financiamento previstas, ao nível da Intervenção global e ao nível plurianual e onde é também feita a comparação com o investimento a realizar nos mesmos períodos.

Tabela 4 – Plano Financeiro Plurianual

Plano Financeiro Plurianual		(Valores em Euros, com IVA)								
		Financiamento Total até 31.12.2023 Polis Ria de Aveiro	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total da Intervenção Polis Litoral e RiaViva
1. Despesa Total (valores com IVA)		72 412 849	430 184	1 694 681	8 624 910	36 558 819	25 795 942	13 858 436	2 573 717	161 949 538
1.1 Investimento Direto da Sociedade Polis Ria Aveiro		72 412 849	430 184	961 357	0	0	0	0	0	73 804 390
1.2 Investimento Direto da Sociedade RiaViva		0	0	733 324	8 624 910	36 558 819	25 795 942	13 858 436	2 573 717	88 145 148
2. Financiamento Total		72 662 956	1 123 777	1 203 263	9 030 319	36 429 985	25 536 132	13 592 714	2 370 392	161 949 538
2.1. Capital Social		25 871 576	0	423 262	704 986	2 562 954	1 137 222	0	0	30 700 000
ESTADO		17 192 000	0	0	0	0	0	0	0	17 192 000
CIRA		8 679 576	0	423 262	704 986	2 562 954	1 137 222	0	0	13 508 000
2.2. Prestações Suplementares		0	0	730 000	745 000	0	548 977	557 749	416 833	2 998 560
ESTADO		0	0	730 000	745 000	0	0	0	0	1 475 000
CIRA		0	0	0	0	0	548 977	557 749	416 833	1 523 560
2.2. Outros Financiamentos		0	0	50 000	1 206 472	4 238 947	2 802 705	1 953 824	284 683	10 536 631
Fundo Ambiental		0	0	50 000	1 206 472	4 238 947	2 802 705	1 953 824	284 683	10 536 631
2.3. Financiamento Comunitário		43 315 565	1 123 777	0	6 373 861	29 628 084	21 047 228	11 081 141	1 668 876	114 238 532
POSEUR TOTAL CONTRATADO		25 698 742	1 123 777	0	0	0	0	0	0	26 822 519
FINANCIAMENTO DIVERSO A CONTRATAR RIA VIVA		0	0	0	6 373 861	29 628 084	21 047 228	11 081 141	1 668 876	69 799 190
PACS - RSO 2.4		0	0	0	2 435 150	18 527 019	14 109 084	10 866 381	1 454 116	47 391 750
PR Centro - RSO 2.4		0	0	0	3 545 051	4 286 125	2 031 924	0	0	9 863 100
PR Centro - RSO 2.7		0	0	0	36 660	592 020	345 800	214 760	214 760	1 404 000
PR Centro - RSO 5.1		0	0	0	0	4 560 420	4 560 420	0	0	9 120 840
FEAMPA - OE 1.1		0	0	0	357 000	1 662 500	0	0	0	2 019 500
2.4. Fin Adicional Total público		1 841 346	0	0	0	0	0	0	0	1 841 346
2.5. Fin Privado		0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.6. Outras Receitas		1 634 469	0	0	0	0	0	0	0	1 634 469
3. Saldo da Intervenção (Financiamento - Investimento) - No Período		250 107	693 593	-491 418	405 408	-128 834	-259 810	-265 722	-203 325	0
4. Saldo da Intervenção (Financiamento - Investimento) - Acumulado		250 107	943 700	452 282	857 690	728 857	469 047	203 325	0	0

Conforme sintetizado no quadro anterior, assumiram-se para 2026 os seguintes pressupostos, ao nível de cada uma das fontes de financiamento:

Capital Social

De acordo com a deliberação dos acionistas, na Assembleia Geral de 22 de outubro de 2024, o capital social seria aumentado para 33.334.000 euros, subscrito pelo Estado Português, com uma participação correspondente a 56 %, no valor de 18.667.000 euros, e pela Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA), com uma participação correspondente a 44 % do capital social, no valor de 14.667.000 euros. No entanto, constatou-se que, à data da referida deliberação, assim como, à presente data, ainda

não se encontram integralmente vencidas todas as prestações do capital social inicial, o que impede a realização do aumento do capital, por força do estatuído no n.º 3 do art.º 87.º do CSC, nos termos do qual “não pode ser deliberado aumento de capital na modalidade de novas entradas enquanto não estiver definitivamente registado um aumento anterior nem estiverem vencidas todas as prestações de capital, inicial ou proveniente de anterior aumento”. Assim, atento o referido impedimento, e considerando a necessidade urgente de garantir liquidez e estabilidade financeira da Sociedade para a realização do respetivo escopo e atribuições legais, o Conselho de Administração propôs aos Acionistas, em alternativa, a realização do montante de € 2.634.000,00 através de prestações acessórias, na modalidade de prestações suplementares de capital, aguardando-se à data a respetiva resposta. Assim, nesta proposta de Orçamento, já está considerado o anterior “aumento de capital” como “prestações suplementares”, admitindo-se que o pedido da Administração tenha acolhimento junto dos Acionistas.

Neste pressuposto, prevê-se para 2026 a transferência de 745.000€, respeitante à 2.ª prestação suplementar de capital (considerando que a 1.ª prestação, no valor de 730.000€, será efetuada no último trimestre de 2025). No que se refere à transferência do acionista CIRA, prevê-se a transferência de 704.986€ respeitante ao capital social inicial (admitindo que efetuará ainda a transferência de 423.262€ (no último trimestre de 2025), conforme registado no Plano apresentado na tabela 4.

Financiamento do Fundo Ambiental

Para a realização do investimento da RiaViva, prevê-se que haja uma comparticipação do Fundo Ambiental, no total de 10.536.631 euros, entre os anos 2025 e 2030, que funcionará como financiamento nacional, em complemento das receitas provenientes do financiamento comunitário e do capital do acionista CIRA, prevendo-se para 2026 uma transferência de 1.206.472 euros, assumindo que transferiu 50 mil euros em 2025, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros a formalizar, que propõe a aprovação de encargos plurianuais do Fundo Ambiental até 2030 para comparticipação das ações da RiaViva.

Financiamento comunitário

A realização do investimento da RiaViva deverá ser assegurada através de financiamento comunitário, num total que se estima em 69.799.190€ para o período de 2025-2030. Para o próximo ano, prevê-se o recebimento de 6.373.861€ euros, respeitante aos seguintes Programas Operacionais:

- ✓ Programa Temático para a Ação Climática e Sustentabilidade (Sustentável 2030), no montante de 2.435.150€ euros;
- ✓ Programa Regional do Centro (Centro 2030), no montante de 3.581.711 euros;
- ✓ Programa MAR 2030, no montante de 357.000 euros, admitindo a abertura dos avisos necessários ao investimento previsto realizar em 2026.

V. Recursos Humanos

Durante o ano 2025, conforme o previsto, a Sociedade viu alterar substancialmente o seu mapa de pessoal, face à saída dos trabalhadores da Polis Litoral Ria de Aveiro, os quais passaram a integrar a Agência Portuguesa do Ambiente, IP, à semelhança do que ocorreu nas restantes Sociedades Polis, e de acordo com o Artigo 69.º da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2024). Apenas uma trabalhadora optou por não integrar a APA e manteve-se na Sociedade.

Assim, de acordo com o PAO2025 previa-se uma equipa de 9 trabalhadores, 1 que se mantinha da anterior Polis, 5 por substituição e 3 por contratação, devidamente autorizada pelo Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, aquando da aprovação daquele Plano.

Deste modo, a RiaViva procedeu, até julho, ao recrutamento de 6 trabalhadores, 4 mediante substituição dos trabalhadores que cessaram o vínculo com a sociedade, ao abrigo do artigo 139.º do DLEO2025, e 2 novos recrutamentos, ao abrigo do artigo 138.º do DLEO2025. Destes novos 6 trabalhadores, 2 foram contratados por via da constituição de vínculos de emprego a termo resolutivo incerto, e 4 por celebração de acordos de cedência de interesse público com trabalhadores de entidades abrangidas pelo âmbito de aplicação da LTFP.

Assim, a Sociedade dispõe atualmente de um quadro de 7 trabalhadores, ou seja, inferior ao que se previa no PAO2025. Considerando os reajustes que foram efetuados e as valências dos trabalhadores contratados, considera-se necessária a contratação de apenas mais um trabalhador, tendo-se assumido a sua entrada ainda no 4.º trimestre de 2025 (ao abrigo da autorização concedida). No entanto, caso esta contratação seja efetuada apenas em 2026, solicita-se novamente autorização para a mesma, de acordo com a tabela 22.

Considera-se que essa será a equipa mínima necessária para a concretização do objeto da RiaViva, que permitirá agilidade e autonomia dos processos, garantindo a mesma celeridade e eficiência que ocorreu nos Programas Polis.

De seguida, apresenta-se o mapa resumo com as contratações/ substituições efetuadas e/ou previstas em 2025:

Tabela 5 – Mapa de Pessoal 2024-2026 – Contratações/ Substituições

Função	2024	2025	2026	Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2025	
				Artigo 138.º Contratação de trabalhadores por pessoas coletivas de direito público e empresas do setor público empresarial	Artigo 139.º Substituição de trabalhadores em empresas do setor público empresarial
Diretor(a)	1	1	1	0	1
Jurista	1	0	0	0	0
Gestor(a) de Projeto	2	5	5	3	2
Técnico(a) Financeiro(a)	2	2	2	0	1
Administrativo(a)	0	0	0	0	0
	6	8	8	3	4

Apresenta-se ainda o mapa de recursos humanos previsto, com a caracterização dos respetivos postos de trabalho, desagregados por carreira, categoria e área de especialidade, evidenciando os postos previstos, ocupados e não ocupados, para o triénio 2025-2027.

Tabela 6 – Mapa de Recursos Humanos – Entradas e Saídas: triénio 2025-2027

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2024	Situação a 31/12/2025	Situação a 01.01.2026			Movimentos de Pessoal - 2026						Situação a 31/12/2026
			Idade média	# de trabalhadores com 60 ou mais anos	# de trabalhadores em idade de reforma	Saídas esperadas (reformas/outros)	Trabalhadores ausentes por mobilidade/cedência/licença	Autorizações de recrutamento concedidas em 2024	Substituição de saídas previstas ocorrer em 2025 (obriga a entrada para base de carreira)	Entradas ao abrigo do ... (normativo legal, despacho, etc.)	Autorizações de recrutamento solicitadas	
		(1)				(2)		(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (1) - (2) + (3) + (4) + (5) + (6)
Órgãos Sociais (OS)	5	6	67	0	0	0	0	0	0	0	0	6
Cargos de direção (s/ OS)	1	1	48	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Gestor de Projeto	1	5	48	1	0	0	0	0	0	0	0	5
Jurista	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Técnico Financeiro	1	2	42	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Administrativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	9	14	205	1	0	0	0	0	0	0	0	14

Grupo Profissional	Movimentos de Pessoal - 2027					Situação a 31/12/2027	Movimentos de Pessoal - 2028					Situação a 31/12/2028
	Saídas esperadas (reformas/outros)	Trabalhadores ausentes por mobilidade/cedência/licença	Substituição de saídas previstas ocorrer em 2026 (obriga a entrada para base de carreira)	Entradas ao abrigo do ... (normativo legal, despacho, etc.)	Autorizações de recrutamento solicitadas		Saídas esperadas (reformas/outros)	Trabalhadores ausentes por mobilidade/cedência/licença	Substituição de saídas previstas ocorrer em 2027 (obriga a entrada para base de carreira)	Entradas ao abrigo do ... (normativo legal, despacho, etc.)	Autorizações de recrutamento solicitadas	
	(2)		(4)	(5)	(6)	= '2024 - (2) + (4) + (5) + (6)	(2)		(4)	(5)	(6)	= '2025 - (2) + (4) + (5) + (6)
Órgãos Sociais (OS)						6						6
Cargos de direção (s/ OS)						1						1
Gestor de Projeto						5						5
Jurista												
Técnico Financeiro						2						2
Administrativo						0						0
Total	0	0	0	0	0	14	0	0	0	0	0	14

A análise custo-benefício desta contratação decorre da necessidade de executar o objeto social da Sociedade, o qual não seria possível sem afetação dos respetivos recursos humanos.

O modelo de governo adotado pela RiaViva e Litoral da Região de Aveiro, SA é o modelo clássico, composto pelo Conselho de Administração, Assembleia Geral e Fiscal Único, constituindo estes os seus órgãos sociais de acordo com o previsto nos estatutos da sociedade.

Ao nível dos Órgãos Sociais, podemos observar que:

- a Assembleia Geral, para além dos poderes que tem por força da lei, funciona de acordo com o previsto nos Estatutos, sendo formada pelos acionistas da Sociedade. Consideraram-se na tabela 6 o Presidente e a Secretária da Mesa da Assembleia Geral, os quais foram eleitos na Assembleia Geral de 18 de novembro de 2024 e que auferem senhas de presença definidas na mesma reunião.
- O Conselho de Administração é constituído por 3 membros - um presidente e dois vogais – os quais foram designados na Assembleia Geral de 18 de novembro de 2024. O Conselho de Administração tem as funções e responsabilidades previstas no Código das Sociedades Comerciais, não tendo sido atribuídas funções e responsabilidades específicas aos seus membros. Em 2026, os administradores não irão auferir qualquer remuneração, apesar da deliberação da Assembleia Geral de 18 de novembro de 2024, dada a sua situação de incompatibilidade, nos termos dos artigos 20.º, 22.º e 31.º do Estatuto do Gestor Público, conjugados com o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 11/2009, de 12 de janeiro. As propostas dos contratos de gestão dos membros do Conselho de Administração da RiaViva e Litoral da Região de Aveiro, SA foram enviadas à UTAM, em maio de 2025, para apreciação, aguardando-se a sua formalização.
- o Fiscal Único, Revisor Oficial de Contas da Sociedade, foi eleito em Assembleia Geral de 7 de julho de 2025, tendo poderes para o exercício da vigilância, fiscalização e verificação legalmente previstas. A sua remuneração foi acordada entre as partes, não ultrapassando o limite máximo equivalente a 22,5% da quantia correspondente a 12 meses da remuneração global mensal ilíquida atribuída, nos termos legais, ao presidente do Conselho de Administração da entidade, com a classificação empresarial de C.

VI. Informação Financeira

VI.1 Demonstrações Financeiras

No quadro seguinte, apresenta-se as demonstrações financeiras, com base nos mapas apensos às Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028.

Tabela 7 – Demonstrações Financeiras – Resumo

Demonstrações financeiras					
	Unid:				
	1 000 €				
Balanço	2024	2025	2026	2027	2028
Ativo (total)	78 181	77 798	86 123	119 990	144 389
não corrent.	72 111	72 844	81 469	118 028	143 824
corrente	6 070	4 954	4 654	1 962	565
CP (total)	77 000	77 780	86 106	119 973	144 372
result.trans.	0	0	0	0	0
Passivo (total)	1 180	17	17	17	17
não corrent.	961	0	0	0	0
corrente	219	17	17	17	17

Demonstração de resultados	2024	2025	2026	2027	2028
Volume de Negócios (incl. ICs)					
% de crescimento					
Gastos com Pessoal	✓ -337	✓ -407	✓ -512	✓ -522	✓ -533
% de crescimento		21%	26%	2%	2%
Fornecimentos e serviços externos	✓ -87	✓ -167	✓ -209	✓ -213	✓ -217
% de crescimento		92%	25%	2%	2%
EBITDA	✓ 0	✓ 0	✓ 0	✓ 0	0
% de crescimento		-100%			
EBIT	✓ 0	✓ 0	✓ 0	✓ 0	0
% de crescimento		-100%			
Resultado líquido	✓ 0	✓ 0	✓ 0	✓ 0	0
% de crescimento		-100%			

Eficiência operacional	2025	2026	2027	2028
GO/VN				

Tabela 8 – Balanço

Rubricas	Notas	2024 Execução	2025 PAO	2025 Estimativa	1.ºT2026 Previsão	2.ºT2026 Previsão	3.ºT2026 Previsão	4.ºT2026 Previsão	2027 Previsão	2028 Previsão
ATIVO										
Ativo não corrente										
Ativos fixos tangíveis		72 100 816 €	76 489 673 €	72 834 139 €	73 190 042 €	73 892 912 €	75 918 933 €	81 459 050 €	118 017 869 €	143 813 811 €
Propriedades de Investimento										
Ativos intangíveis										
Ativos biológicos										
Participações financeiras										
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis										
Clientes, contribuintes e utentes										
Acionistas / Sócios / Associados										
Diferimentos										
Outros ativos financeiros		10 104 €	10 104 €	10 104 €	10 104 €	10 104 €	10 104 €	10 104 €	10 104 €	10 104 €
Ativos por impostos diferidos										
Outras contas a receber										
Subtotal		72 110 919 €	76 499 777 €	72 844 243 €	73 200 146 €	73 903 015 €	75 929 037 €	81 469 154 €	118 027 972 €	143 823 914 €
Ativo corrente										
Inventários										
Ativos biológicos										
Devedores por transferências e subsídios não										
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis										
Clientes, contribuintes e utentes										
Estado e outros entes públicos		6 739 €	7 233 €	6 739 €	6 739 €	6 739 €	6 739 €	6 739 €	6 739 €	6 739 €
Acionistas / Sócios / Associados		4 828 424 €	4 732 424 €	4 405 162 €	3 700 176 €	3 700 176 €	3 700 176 €	3 700 176 €	1 137 222 €	0 €
Outras contas a receber		78 782 €	82 329 €	78 782 €	78 782 €	78 782 €	78 782 €	78 782 €	78 782 €	78 782 €
Diferimentos		1 326 €	2 155 €	10 692 €	10 692 €	10 692 €	10 692 €	10 692 €	10 692 €	10 692 €
Ativos financeiros detidos para negociação										
Outros ativos financeiros										
Ativos não correntes detidos para venda										
Caixa e depósitos		1 154 319 €	2 327 535 €	452 282 €	2 752 836 €	2 680 191 €	2 123 193 €	857 690 €	728 856 €	469 046 €
Subtotal		6 069 589 €	7 151 677 €	4 953 656 €	6 549 225 €	6 476 580 €	5 919 582 €	4 654 079 €	1 962 291 €	565 259 €
Total do Ativo		78 180 509 €	83 651 454 €	77 797 899 €	79 749 371 €	80 379 596 €	81 848 618 €	86 123 232 €	119 990 263 €	144 389 173 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO										
Património / Capital		30 700 000 €	33 334 000 €	30 700 000 €	30 700 000 €	30 700 000 €	30 700 000 €	30 700 000 €	30 700 000 €	30 700 000 €
Ações (quotas) próprias										
Outros instrumentos de capital próprio				730 000 €	1 475 000 €	1 475 000 €	1 475 000 €	1 475 000 €	1 475 000 €	2 023 977 €
Prémios de emissão										
Reservas										
Resultados transitados										
Ajustamentos em ativos financeiros										
Excedentes de revalorização										
Outras variações no Património Líquido		46 300 468 €	50 305 064 €	46 350 468 €	47 556 940 €	48 187 165 €	49 656 187 €	53 930 801 €	87 797 832 €	111 647 765 €
Resultado líquido do período										
Dividendos antecipados										
Interesses que não controlam										
Total do Património Líquido		77 000 468 €	83 639 064 €	77 780 468 €	79 731 940 €	80 362 165 €	81 831 187 €	86 105 801 €	119 972 832 €	144 371 742 €
PASSIVO										
Passivo não corrente										
Provisões		961 357 €								
Financiamentos obtidos										
Fornecedores de investimentos										
Fornecedores										
Responsabilidade por benefícios pós-emprego										
Diferimentos										
Passivos por impostos diferidos										
Outras contas a pagar										
Subtotal		961 357 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Passivo corrente										
Credores por transferências e subsídios concedidos										
Fornecedores		9 475 €	3 814 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes										
Estado e outros entes públicos		8 576 €	8 576 €	17 431 €	17 431 €	17 431 €	17 431 €	17 431 €	17 431 €	17 431 €
Acionistas / Sócios / Associados										
Financiamentos obtidos										
Fornecedores de investimentos										
Outras contas a pagar										
Diferimentos										
Passivos financeiros detidos para negociação										
Outros passivos financeiros		200 633 €								
Subtotal		218 684 €	12 390 €	17 431 €	17 431 €	17 431 €	17 431 €	17 431 €	17 431 €	17 431 €
Total do Passivo		1 180 041 €	12 390 €	17 431 €	17 431 €	17 431 €	17 431 €	17 431 €	17 431 €	17 431 €
Total do Património Líquido e Passivo		78 180 509 €	83 651 454 €	77 797 899 €	79 749 371 €	80 379 596 €	81 848 619 €	86 123 232 €	119 990 263 €	144 389 174 €

Tabela 9 – Demonstração individual dos resultados por naturezas

Unidade euros										
Rubricas	Notas	2024	2025	2025	1.ºT2026	2.ºT2026	3.ºT2026	4.ºT2026	2027	2028
		Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
Fluxos de caixa de atividades operacionais										
Recebimentos de clientes										
Recebimentos de contribuintes										
Recebimentos de utentes										
Pagamentos a fornecedores		-110 645 €	-260 541 €	-187 320 €	-55 200 €	-110 399 €	-165 599 €	-220 799 €	-224 975 €	-229 474 €
Pagamentos ao pessoal		-177 293 €	-265 712 €	-227 111 €	-63 234 €	-144 496 €	-207 730 €	-288 992 €	-294 772 €	-300 667 €
Caixa gerada pelas operações	-	287 939 € -	526 253 € -	414 431 € -	118 434 € -	254 895 € -	373 329 € -	509 791 € -	519 746 € -	530 141 € -
Outros recebimentos/pagamentos		-143 000 €	-1 849 027 €	-1 331 170 €	-45 399 €	-105 739 €	-366 179 €	-1 271 159 €	-6 400 591 €	-4 729 749 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	-	430 938 € -	2 375 280 € -	1 745 601 € -	163 833 € -	360 634 € -	739 508 € -	1 780 949 € -	6 920 337 € -	5 259 890 € -
Fluxos de caixa das atividades de investimento										
Pagamentos respeitantes a:										
Ativos fixos tangíveis			-2 966 667 €	-159 699 €	-192 070 €	-698 138 €	-2 345 286 €	-6 843 961 €	-29 638 481 €	-20 536 052 €
Ativos intangíveis										
Propriedades de investimento										
Investimentos financeiros										
Outros Ativos										
Recebimentos provenientes de:										
Ativos fixos tangíveis										
Ativos intangíveis										
Propriedades de investimento										
Investimentos financeiros										
Outros Ativos										
Subsídios ao investimento		1 123 777 €	3 004 050 €	0 €	0 €	630 225 €	2 099 248 €	6 373 861 €	29 628 084 €	21 047 228 €
Transferências de capital										
Juros e rendimentos similares										
Dividendos										
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		1 123 777 €	37 383 € -	159 699 € -	192 070 € -	67 913 € -	246 038 € -	470 100 € -	10 397 €	511 176 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento										
Recebimentos provenientes de:										
Financiamentos obtidos										
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			2 730 000 €	1 153 262 €	1 449 986 €	1 449 986 €	1 449 986 €	1 449 986 €	2 562 954 €	1 686 199 €
Cobertura de prejuízos										
Doações										
Outras operações de financiamento			1 000 000 €	50 000 €	1 206 472 €	1 206 472 €	1 206 472 €	1 206 472 €	4 238 947 €	2 802 705 €
Pagamentos respeitantes a:										
Financiamentos obtidos										
Juros e gastos similares		-18 €								
Dividendos										
Reduções de capital e outros instrumentos de capital										
Outras operações de financiamento										
Fluxos de caixa de atividades de financiamento (c)	-	18 €	3 730 000 €	1 203 263 €	2 656 457 €	2 656 457 €	2 656 457 €	2 656 457 €	6 801 901 €	4 488 904 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a + b + c)		692 821 €	1 392 103 € -	702 037 €	2 300 555 €	2 227 910 €	1 670 911 €	405 408 € -	128 834 € -	259 810 €
Caixa e seus equivalentes no início do período		461 498 €	935 432 €	1 154 319 €	452 282 €	452 282 €	452 282 €	452 282 €	857 690 €	728 856 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 154 319 €	2 327 535 €	452 282 €	2 752 836 €	2 680 192 €	2 123 193 €	857 690 €	728 856 €	469 046 €

Tabela 10 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Rendimentos e Gastos	Notas	Unidade euros								
		2024 Execução	2025 PAO	2025 Estimativa	1.ºT2026 Previsão	2.ºT2026 Previsão	3.ºT2026 Previsão	4.ºT2026 Previsão	2027 Previsão	2028 Previsão
Impostos e taxas										
Vendas										
Prestações de serviços										
Transferências e subsídios correntes à exploração obtidos										
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos										
Variação de inventários da produção										
Trabalhos para a própria entidade										
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas										
Fornecimentos e serviços externos		-86 922 €	-260 541 €	-166 720 €	-52 200 €	-104 399 €	-156 599 €	-208 799 €	-212 975 €	-217 234 €
Gastos com pessoal		-337 495 €	-471 048 €	-406 905 €	-111 633 €	-256 235 €	-367 868 €	-512 470 €	-522 479 €	-532 929 €
Transferências e subsídios concedidos										
Prestações sociais										
Imparidades de inventários (perdas/reversões)										
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)										
Provisões (aumentos/reduções)										
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)										
Aumentos / reduções de justo valor										
Outros rendimentos e ganhos		430 045 €	731 589 €	573 624 €	163 833 €	360 634 €	524 467 €	721 269 €	735 454 €	750 163 €
Outros gastos e perdas		-5 627 €								
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento (EBITDA)		0 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Gastos / reversões de depreciação e amortização										
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)										
Resultado operacional (EBIT)		0 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor										
Juros e rendimentos similares obtidos										
Juros e gastos similares suportados										
Resultado antes de impostos		0 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Imposto sobre o rendimento										
Resultado líquido do período		0 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €

Enquadramento no Orçamento de Estado para 2026

Sendo esta Sociedade uma EPR do regime simplificado, e perante as regras orçamentais, a proposta de OE 2026 foi registada no SOE – Sistema de Informação do Orçamento de Estado em julho de 2025, tendo também sido registados no site da DGO e mesmo do SISEE, os respetivos instrumentos previsionais de gestão.

O valor OE previsto para 2026, à data da sua inscrição, foi de 8.635.769€, conforme se mostra nos mapas seguintes, em linha com o previsto no PAO2026, conforme apresentado no capítulo IV.

Tabela 11 - Mapa de Despesa submetido no SOE – OE2026

ORÇAMENTO: 2026 Orçamento de Estado
SERVIÇO: 5798 RIAVIVA E LITORAL DA REGIÃO DE AVEIRO, S.A.
ORGÂNICA: 141900300 RIAVIVA E LITORAL DA REGIÃO DE AVEIRO, S.A.

PROGRAMA	MEDIDA	FUNCIONAL	ECONÓMICA	RUBRICA	ACTIVIDADE	PROJECTO	FONTE FIN.	PROPOSTO	APROVADO
017	033	0660	07 03 06	00.00	123	00000.00000	482	6.424.160	6.424.160
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO								6.424.160	6.424.160
017	033	0660	01 01 04	00.00	123	00000.00000	513	359.081	359.081
017	033	0660	01 01 14	00.00	123	00000.00000	513	51.663	51.663
017	033	0660	01 02 14	00.00	123	00000.00000	513	1.700	1.700
017	033	0660	01 03 10	00.00	123	00000.00000	513	88.026	88.026
017	033	0660	02 01 21	00.00	123	00000.00000	513	21.000	21.000
017	033	0660	02 02 25	00.00	123	00000.00000	513	199.799	199.799
017	033	0660	07 01 15	00.00	123	00000.00000	513	32.000	32.000
017	033	0660	07 03 06	00.00	123	00000.00000	513	1.458.340	1.458.340
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO								2.211.609	2.211.609
TOTAL DA ORGÂNICA								8.635.769	8.635.769
TOTAL DO SERVIÇO								8.635.769	8.635.769

Tabela 12 - Mapa de Receita submetido no SOE – OE2026

ORÇAMENTO: 2026 Orçamento de Estado
SERVIÇO: 5798 RIAVIVA E LITORAL DA REGIÃO DE AVEIRO, S.A.
ORGÂNICA: 141900300 RIAVIVA E LITORAL DA REGIÃO DE AVEIRO, S.A.

Prog/Med	Económica	Fonte	Aprovado	Diploma	Num. Diploma	Data Diploma	Descrição Diploma
017 033	10 09 01 00.00	482	6.424.160	Decreto-Lei n.º	11/2009	12/01/2009	DECRETO DE LEI DA CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO			6.424.160				
017 033	13 01 99 00.00	513	2.211.609	Decreto-Lei n.º	11/2009	12/01/2009	DECRETO LEI DA CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO			2.211.609				
TOTAL DA ORGÂNICA			8.635.769				
TOTAL DO SERVIÇO			8.635.769				

Tabela 13 – Demonstração de Fluxos de Caixa vs. Orçamento do Estado

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA - SNC	DFC	OE	Explicação de diferenças	Classificação Económica
ATIVIDADES OPERACIONAIS - método direto				
Recebimentos de clientes				R.04 (...) R.07.01 R.07.02 R.(...)
Pagamentos a fornecedores	220 798,68	220 799,00		D.02 (...) D.01.02.06 D.01.03.09
Pagamentos ao pessoal	288 991,95	293 582,00		D.(...) D.01 (...) D.01.01.07 D.01.01.12 D.01.02.12 D.01.02.13
Caixa gerada pelas operações	509 790,63	514 381,00		D.(...)
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento				D.06.02.01 (...)
Outros recebimentos / pagamentos	1 271 158,60	206 888,00	Diferença deve-se ao valor do IVA das Empreitadas e impostos pessoal que na DFC está registado em Pagamentos ao pessoal e AFT	D.04 (...) R.06 (...) R.08.01.99 R.12(...) D.(...) R.(...)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	1 780 949,23	721 269,00		
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Pagamentos respeitantes a:	6 843 961,18	7 914 500,00		
Ativos fixos tangíveis	6 843 961,18	7 914 500,00	Diferença deve-se ao valor do IVA das Empreitadas que na DFC está registado em Outros recebimentos/pagamentos	D.07 D.(...)
Ativos intangíveis				D.07 (...) D.08 (...) D.(...)
Investimentos financeiros				D.09 (...) D.(...)
Outros ativos				D.07 D.(...)
Recebimentos provenientes de:	-	-		
Ativos fixos tangíveis				R.05(...) R.09(...) R.10.09 (...) R.(...)
Ativos intangíveis				R.05(...) R.(...)
Investimentos financeiros				R.11
Outros ativos				R.(...)
Subsídios ao investimento				R.(...)
Juros e rendimentos similares				R.05.01 a R.05.06
Dividendos				R.05.07 a R.05.09
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	6 843 961,18	7 914 500,00		
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de:	9 030 318,59	8 635 769,00		
Financiamentos obtidos	6 373 861,28	6 424 160,00		R.12 (...) R.(...)
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	1 449 985,68	1 005 137,00		R.12.07.03 R.(...)
Cobertura de prejuízos				R.12.07.03
Doações				
Outras operações de financiamento	1 206 471,63	1 206 472,00		R.10 (...) R.11 (...) R.(...)
Pagamentos respeitantes a:	-	-		
Financiamentos obtidos				D.10 (...) D.(...)
Juros e gastos similares				D.03.03 (...) D.(...)
Dividendos				D.(...)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio				D.(...)
Outras operações de financiamento				D.(...)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	9 030 318,59	8 635 769,00		
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	405 408,18	-		
Efeito das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no início do período	452 281,71			
Caixa e seus equivalentes no fim do período	857 689,88	-		

VI.2 Plano de Investimentos

Na tabela 13, apresentam-se os investimentos previstos para o triénio 2026-2028, encontrando-se desagregados por trimestre para o ano 2026, e verificando-se que o 3.º e 4.º trimestres serão o de maior

investimento, dado que nesses trimestres se encontram em elaboração/ conclusão vários projetos e serão iniciadas algumas empreitadas.

Tabela 14 – Mapa de investimentos da RiaViva previstos para o triénio 2026-2028

Investimentos	Notas	2025	2025	1.ºT2026	2.ºT2026	3.ºT2026	4.ºT2026	2027	2028
		PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
Nota: Identificar se se trata de investimento de substituição ou de expansão, e se está contingente na concretização de financiamentos (v.g., de candidaturas a fundos estruturais)									
Alimentação artificial de praias (RV1.1)	Previsto no PAO 2025	49 000 €	0 €	0 €	133 333 €	266 667 €	400 000 €	350 000 €	9 625 000 €
Fundo Ambiental		7 350 €	0 €	0 €	113 333 €	226 667 €	340 000 €	297 500 €	8 181 250 €
Financiamento comunitário - PACS		41 650 €	0 €	0 €	20 000 €	40 000 €	60 000 €	52 500 €	1 443 750 €
Capital Social - CIRA		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
VAL estimado (em €)									
Quebra-Mar Destacado do Furadouro e Cortegaça (RV1.2)	Previsto no PAO 2025	105 000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Fundo Ambiental		15 750 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Financiamento comunitário - PACS		89 250 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Capital Social - CIRA		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
VAL estimado (em €)									
Recuperação e Estabilização do Cordão Dunar de Ovar até Mira (RV1.3.1)	Previsto no PAO 2025	80 000 €	0 €	0 €	20 000 €	40 000 €	80 000 €	1 040 000 €	960 000 €
Fundo Ambiental		12 000 €	0 €	0 €	3 000 €	6 000 €	12 000 €	156 000 €	144 000 €
Financiamento comunitário - PACS		68 000 €	0 €	0 €	17 000 €	34 000 €	68 000 €	884 000 €	816 000 €
Capital Social - CIRA		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
VAL estimado (em €)									
Reabilitação/ reconstrução do dique de contenção das águas da ria entre a Gafanha de Aquém e a Gafanha da Boavista (RV1.3.2.a)	Previsto no PAO 2025	30 000 €	5 000 €	15 000 €	15 000 €	32 500 €	37 500 €	1 857 500 €	0 €
Fundo Ambiental		2 700 €	450 €	1 350 €	1 350 €	2 925 €	3 375 €	167 175 €	0 €
Financiamento comunitário - PACS		25 500 €	4 250 €	12 750 €	12 750 €	27 625 €	31 875 €	1 578 875 €	0 €
Capital Social - CIRA		1 800 €	300 €	900 €	900 €	1 950 €	2 250 €	111 450 €	0 €
VAL estimado (em €)									
Reabilitação / reconstrução da estrada da Riamar na Barra, com reforço das suas características de estrada-dique (RV1.3.2.b)	Previsto no PAO 2025	30 000 €	0 €	15 000 €	20 000 €	25 000 €	42 500 €	907 500 €	0 €
Fundo Ambiental		2 700 €	0 €	1 350 €	1 800 €	2 250 €	3 825 €	81 675 €	0 €
Financiamento comunitário - PACS		25 500 €	0 €	12 750 €	17 000 €	21 250 €	36 125 €	771 375 €	0 €
Capital Social - CIRA		1 800 €	0 €	900 €	1 200 €	1 500 €	2 550 €	54 450 €	0 €
VAL estimado (em €)									
Defesa e Proteção dos Campos Agrícolas na Frente Lagunar de Ovar da Intrusão Salina (RV1.3.2.c)	Previsto no PAO 2025	0 €	0 €	3 500 €	14 000 €	17 500 €	29 750 €	470 250 €	0 €
Fundo Ambiental		0 €	0 €	315 €	1 260 €	1 575 €	2 678 €	42 323 €	0 €
Financiamento comunitário - PACS		0 €	0 €	2 975 €	11 900 €	14 875 €	25 288 €	399 713 €	0 €
Capital Social - CIRA		0 €	0 €	210 €	840 €	1 050 €	1 785 €	28 215 €	0 €
VAL estimado (em €)									
Construção de motas de proteção entre a Ribeira da Aldeia e a Ribeira do Mourão (RV1.3.2.d)	Previsto no PAO 2025	30 000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	840 000 €	1 260 000 €	0 €
Fundo Ambiental		2 700 €	0 €	0 €	0 €	0 €	75 600 €	113 400 €	0 €
Financiamento comunitário - PACS		25 500 €	0 €	0 €	0 €	0 €	714 000 €	1 071 000 €	0 €
Capital Social - CIRA		1 800 €	0 €	0 €	0 €	0 €	50 400 €	75 600 €	0 €
VAL estimado (em €)									
Construção de motas de proteção entre a Ribeira das Teixugueiras e a Ribeira da Aldeia (RV1.3.2.e)	Previsto no PAO 2025	30 000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	440 000 €	660 000 €	0 €
Fundo Ambiental		2 700 €	0 €	0 €	0 €	0 €	39 600 €	59 400 €	0 €
Financiamento comunitário - PACS		25 500 €	0 €	0 €	0 €	0 €	374 000 €	561 000 €	0 €
Capital Social - CIRA		1 800 €	0 €	0 €	0 €	0 €	26 400 €	39 600 €	0 €
VAL estimado (em €)									
Construção de motas de proteção entre o Esteiro de Estarreja e a Ribeira Nova (RV1.3.2.f)	Previsto no PAO 2025	30 000 €	0 €	5 000 €	15 000 €	15 000 €	32 500 €	1 442 500 €	0 €
Fundo Ambiental		2 700 €	0 €	450 €	1 350 €	1 350 €	2 925 €	129 825 €	0 €
Financiamento comunitário - PACS		25 500 €	0 €	4 250 €	12 750 €	12 750 €	27 625 €	1 226 125 €	0 €
Capital Social - CIRA		1 800 €	0 €	300 €	900 €	900 €	1 950 €	86 550 €	0 €
VAL estimado (em €)									



Investimentos	Notas	2025	2025	1.ºT2026	2.ºT2026	3.ºT2026	4.ºT2026	2027	2028
		PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
Construção da Mota de Proteção entre a Ribeira do Martinho e a Ribeira das Teixugueiras (RV1.3.2.g)	Previsto no PAO 2025	30 000 €	9 840 €	11 070 €	11 070 €	11 070 €	388 417 €	301 743 €	0 €
Fundo Ambiental		2 700 €	886 €	996 €	996 €	996 €	34 958 €	27 157 €	0 €
Financiamento comunitário - PACS		25 500 €	8 364 €	9 410 €	9 410 €	9 410 €	330 155 €	256 482 €	0 €
Capital Social - CIRA		1 800 €	590 €	664 €	664 €	664 €	23 305 €	18 105 €	0 €
VAL estimado (em €)									
Reforço de motas de proteção entre a Ponte da Varela e o Cais do Mancão (RV1.3.2.h)	Previsto no PAO 2025	60 000 €	0 €	0 €	10 000 €	40 000 €	50 000 €	1 550 000 €	0 €
Fundo Ambiental		5 400 €	0 €	0 €	900 €	3 600 €	4 500 €	139 500 €	0 €
Financiamento comunitário - PACS		51 000 €	0 €	0 €	8 500 €	34 000 €	42 500 €	1 317 500 €	0 €
Capital Social - CIRA		3 600 €	0 €	0 €	600 €	2 400 €	3 000 €	93 000 €	0 €
VAL estimado (em €)									
Consolidação de taludes da marginal entre a Ponte da Varela e a Bestida (RV1.3.2.i)	Previsto no PAO 2025	0 €	7 500 €	22 500 €	30 000 €	30 000 €	56 250 €	1 886 250 €	0 €
Fundo Ambiental		0 €	675 €	2 025 €	2 700 €	2 700 €	5 063 €	169 763 €	0 €
Financiamento comunitário - PACS		0 €	6 375 €	19 125 €	25 500 €	25 500 €	47 813 €	1 603 313 €	0 €
Capital Social - CIRA		0 €	450 €	1 350 €	1 800 €	1 800 €	3 375 €	113 175 €	0 €
VAL estimado (em €)									
Consolidação de taludes da marginal nos Ameirinhos (RV1.3.2.j)	Previsto no PAO 2025	0 €	4 000 €	12 000 €	16 000 €	16 000 €	30 000 €	456 000 €	0 €
Fundo Ambiental		0 €	360 €	1 080 €	1 440 €	1 440 €	2 700 €	41 040 €	0 €
Financiamento comunitário - PACS		0 €	3 400 €	10 200 €	13 600 €	13 600 €	25 500 €	387 600 €	0 €
Capital Social - CIRA		0 €	240 €	720 €	960 €	960 €	1 800 €	27 360 €	0 €
VAL estimado (em €)									
Proteção das margens da Ria e redução da erosão costeira com sedimentos provenientes das dragagens das bacias dos cais da Ria de Aveiro (RV1.3.2.k)	Previsto no PAO 2025	0 €	0 €	0 €	1 750 €	5 250 €	7 000 €	1 578 750 €	394 250 €
Fundo Ambiental		0 €	0 €	0 €	263 €	788 €	1 050 €	236 813 €	59 138 €
Financiamento comunitário - PACS		0 €	0 €	0 €	1 488 €	4 463 €	5 950 €	1 341 938 €	335 113 €
Capital Social - CIRA		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
VAL estimado (em €)									
Construção e Consolidação de motas e diques no Lago do Paraíso (RV1.3.2.l)	Previsto no PAO 2025	0 €	0 €	0 €	41 000 €	164 000 €	205 000 €	3 223 500 €	3 891 000 €
Fundo Ambiental		0 €	0 €	0 €	6 150 €	24 600 €	30 750 €	483 525 €	583 650 €
Financiamento comunitário - PACS		0 €	0 €	0 €	34 850 €	139 400 €	174 250 €	2 739 975 €	3 307 350 €
Capital Social - CIRA		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
VAL estimado (em €)									
Proteção e Qualificação das Margens do Canal de Mira (Vagueira-Areão) (RV1.3.2.m)	Previsto no PAO 2025	0 €	0 €	0 €	7 500 €	30 000 €	37 500 €	1 067 500 €	1 045 000 €
Fundo Ambiental		0 €	0 €	0 €	675 €	2 700 €	3 375 €	96 075 €	94 050 €
Financiamento comunitário - PACS		0 €	0 €	0 €	6 375 €	25 500 €	31 875 €	907 375 €	888 250 €
Capital Social - CIRA		0 €	0 €	0 €	450 €	1 800 €	2 250 €	64 050 €	62 700 €
VAL estimado (em €)									
Dragagens dos canais da Ria de Aveiro com transposição de sedimentos nos sistemas litorais (RV1.4.a)	Previsto no PAO 2025	30 000 €	0 €	0 €	0 €	20 000 €	80 000 €	90 000 €	678 673 €
Fundo Ambiental		4 500 €	0 €	0 €	0 €	3 000 €	12 000 €	13 500 €	101 801 €
Financiamento comunitário - PACS		25 500 €	0 €	0 €	0 €	17 000 €	68 000 €	76 500 €	576 872 €
Capital Social - CIRA		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
VAL estimado (em €)									
Recuperação do Sistema Aquático, Dique-fusível e Consolidação Dunar na Barrinha de Esmoriz (RV1.4.b)	Previsto na PLRA	1 815 000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	3 650 000 €	0 €
Fundo Ambiental		272 250 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	547 500 €	0 €
Financiamento comunitário - PACS		1 542 750 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	3 102 500 €	0 €
Capital Social - CIRA		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
VAL estimado (em €)									
Sensibilização e divulgação dos valores naturais (RV1.5.a)	Previsto no PAO 2025	50 000 €	47 125 €	20 000 €	25 000 €	30 000 €	35 000 €	5 000 €	5 000 €
Fundo Ambiental		2 250 €	2 121 €	900 €	1 125 €	1 350 €	1 575 €	225 €	225 €
Financiamento comunitário - PACS		42 500 €	40 056 €	17 000 €	21 250 €	25 500 €	29 750 €	4 250 €	4 250 €
Capital Social - CIRA		5 250 €	4 948 €	2 100 €	2 625 €	3 150 €	3 675 €	525 €	525 €
VAL estimado (em €)									



Investimentos	Notas	2025	2025	1.ºT2026	2.ºT2026	3.ºT2026	4.ºT2026	2027	2028
		PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
Desassoreamento para reforço de margens na Pateira de Fermentelos e construção de açude no rio Águeda (RV1.6.a)	Previsto na PLRA	945 000 €	6 150 €	0 €	140 485 €	1 480 869 €	4 290 504 €	823 346 €	0 €
Fundo Ambiental		207 900 €	1 353 €	0 €	30 907 €	325 791 €	943 911 €	181 136 €	0 €
Financiamento comunitário - PRCentro		737 100 €	4 797 €	0 €	109 578 €	1 155 078 €	3 346 593 €	642 210 €	0 €
Capital Social - CIRA		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
VAL estimado (em €)									
Proteção e qualificação ambiental dos rios Águeda, Cértima e Levira (RV1.6.b)	Previsto no PAO 2025	0 €	5 000 €	20 000 €	40 000 €	60 000 €	80 000 €	1 160 000 €	1 155 000 €
Fundo Ambiental		0 €	550 €	2 200 €	4 400 €	6 600 €	8 800 €	127 600 €	127 050 €
Financiamento comunitário - PRCentro		0 €	3 900 €	15 600 €	31 200 €	46 800 €	62 400 €	904 800 €	900 900 €
Capital Social - CIRA		0 €	550 €	2 200 €	4 400 €	6 600 €	8 800 €	127 600 €	127 050 €
VAL estimado (em €)									
Projeto Integrado de Requalificação das margens dos rios Vouga, Antuã e Caima (RV1.6.c)	Previsto no PAO 2025	15 000 €	0 €	0 €	0 €	15 000 €	60 000 €	1 489 969 €	1 450 031 €
Fundo Ambiental		1 650 €	0 €	0 €	0 €	1 650 €	6 600 €	163 897 €	159 503 €
Financiamento comunitário - PRCentro		11 700 €	0 €	0 €	0 €	11 700 €	46 800 €	1 162 176 €	1 131 024 €
Capital Social - CIRA		1 650 €	0 €	0 €	0 €	1 650 €	6 600 €	163 897 €	159 503 €
VAL estimado (em €)									
Proteção e qualificação ambiental das margens do rio Cáster (RV1.6.d)	Previsto no PAO 2025	4 000 €	6 824 €	12 000 €	12 000 €	22 177 €	22 177 €	691 000 €	0 €
Fundo Ambiental		440 €	751 €	1 320 €	1 320 €	2 439 €	2 439 €	76 010 €	0 €
Financiamento comunitário - PRCentro		3 120 €	5 323 €	9 360 €	9 360 €	17 298 €	17 298 €	538 980 €	0 €
Capital Social - CIRA		440 €	751 €	1 320 €	1 320 €	2 439 €	2 439 €	76 010 €	0 €
VAL estimado (em €)									
Proteção e qualificação ambiental das margens do Rio Lambo até à Barrinha de Esmoriz (RV1.6.e)	Previsto no PAO 2025	0 €	3 739 €	12 000 €	12 000 €	28 044 €	28 044 €	793 217 €	0 €
Fundo Ambiental		0 €	411 €	1 320 €	1 320 €	3 085 €	3 085 €	87 254 €	0 €
Financiamento comunitário - PRCentro		0 €	2 916 €	9 360 €	9 360 €	21 874 €	21 874 €	618 709 €	0 €
Capital Social - CIRA		0 €	411 €	1 320 €	1 320 €	3 085 €	3 085 €	87 254 €	0 €
VAL estimado (em €)									
Qualificação da zona sul do Parque da Quinta do Ega e sua ligação ao Cais das Folsas Novas (RV1.6.f)	Previsto no PAO 2025	0 €	0 €	5 000 €	20 000 €	20 000 €	42 500 €	537 500 €	0 €
Fundo Ambiental		0 €	0 €	550 €	2 200 €	2 200 €	4 675 €	59 125 €	0 €
Financiamento comunitário - PRCentro		0 €	0 €	3 900 €	15 600 €	15 600 €	33 150 €	419 250 €	0 €
Capital Social - CIRA		0 €	0 €	550 €	2 200 €	2 200 €	4 675 €	59 125 €	0 €
VAL estimado (em €)									
Requalificação Ambiental da Lagoa do Moitão / Covão do Lobo (RV2.1.a)	Previsto no PAO 2025	85 000 €	0 €	6 000 €	8 000 €	15 000 €	15 000 €	335 000 €	0 €
Fundo Ambiental		9 350 €	0 €	660 €	880 €	1 650 €	1 650 €	36 850 €	0 €
Financiamento comunitário - PRCentro		66 300 €	0 €	4 680 €	6 240 €	11 700 €	11 700 €	261 300 €	0 €
Capital Social - CIRA		9 350 €	0 €	660 €	880 €	1 650 €	1 650 €	36 850 €	0 €
VAL estimado (em €)									
Limpeza infestantes (jacintos de água, entre outras) na Pateira de Fermentelos, no rio Vouga e afluentes (RV2.1.b)	Previsto no PAO 2025	36 000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	34 000 €	255 333 €
Fundo Ambiental		4 752 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	4 488 €	33 704 €
Financiamento comunitário - PRCentro		28 080 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	26 520 €	199 160 €
Capital Social - CIRA		3 168 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	2 992 €	22 469 €
VAL estimado (em €)									
Restauração e conservação de ecossistemas marinhos/estuarinos (RV2.1.c)	Previsto no PAO 2025	0 €	0 €	0 €	0 €	2 000 €	8 000 €	174 000 €	168 000 €
Fundo Ambiental		0 €	0 €	0 €	0 €	308 €	1 232 €	26 796 €	25 872 €
Financiamento comunitário - PRCentro		0 €	0 €	0 €	0 €	1 560 €	6 240 €	135 720 €	131 040 €
Capital Social - CIRA		0 €	0 €	0 €	0 €	132 €	528 €	11 484 €	11 088 €
VAL estimado (em €)									



Investimentos	Notas	2025	2025	1.ºT2026	2.ºT2026	3.ºT2026	4.ºT2026	2027	2028
		PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
Controlo de espécies invasoras em sistemas costeiros (RV2.1.d)	Previsto no PAO 2025	0 €	0 €	0 €	0 €	1 000 €	4 000 €	196 000 €	0 €
Fundo Ambiental		0 €	0 €	0 €	0 €	132 €	528 €	25 872 €	0 €
Financiamento comunitário - PRCentro		0 €	0 €	0 €	0 €	780 €	3 120 €	152 880 €	0 €
Capital Social - CIRA		0 €	0 €	0 €	0 €	88 €	352 €	17 248 €	0 €
VAL estimado (em €)									
Promoção, sensibilização e comunicação do valor do património natural (RV2.1.e)	Previsto no PAO 2025	20 000 €	0 €	5 000 €	10 000 €	15 000 €	20 000 €	20 000 €	20 000 €
Fundo Ambiental		1 320 €	0 €	330 €	660 €	990 €	1 320 €	1 320 €	1 320 €
Financiamento comunitário - PRCentro		15 600 €	0 €	3 900 €	7 800 €	11 700 €	15 600 €	15 600 €	15 600 €
Capital Social - CIRA		3 080 €	0 €	770 €	1 540 €	2 310 €	3 080 €	3 080 €	3 080 €
VAL estimado (em €)									
Sistema de mobilidade intermunicipal multimodal sustentável Ovar – S. Jacinto (RV3.1.a)	Previsto no PAO 2025	40 000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	5 365 200 €	5 365 200 €
Fundo Ambiental		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Financiamento comunitário - PRCentro		34 000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	4 560 420 €	4 560 420 €
Capital Social - CIRA		6 000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	804 780 €	804 780 €
VAL estimado (em €)									
Reabilitação do cais da Boca da Marinha (RV4.1.a)	previsto na PLRA	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Fundo Ambiental		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Financiamento comunitário - FEAMPA		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Capital Social - CIRA		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
VAL estimado (em €)									
Reabilitação do Cais dos Moliceiros das Quintas do Norte (RV4.1.b)	previsto na PLRA	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	400 000 €	0 €
Fundo Ambiental		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	36 000 €	0 €
Financiamento comunitário - FEAMPA		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	280 000 €	0 €
Capital Social - CIRA		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	84 000 €	0 €
VAL estimado (em €)									
Reabilitação das estruturas flutuantes do Cais da Cova do Chegado (RV4.1.c)	Previsto no PAO 2025	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	250 000 €	0 €
Fundo Ambiental		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	22 500 €	0 €
Financiamento comunitário - FEAMPA		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	175 000 €	0 €
Capital Social - CIRA		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	52 500 €	0 €
VAL estimado (em €)									
Reabilitação do Cais Poente do Porto de Abrigo do Bico (RV4.1.d)	Previsto no PAO 2025	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Fundo Ambiental		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Financiamento comunitário - FEAMPA		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Capital Social - CIRA		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
VAL estimado (em €)									
Qualificação das condições de acostagem no cais da Ribeira de Pardelhas (RV4.1.e)	Previsto no PAO 2025	135 000 €	0 €	15 000 €	60 000 €	112 500 €	472 500 €	1 027 500 €	0 €
Fundo Ambiental		12 150 €	0 €	1 350 €	5 400 €	10 125 €	42 525 €	92 475 €	0 €
Financiamento comunitário - FEAMPA		94 500 €	0 €	10 500 €	42 000 €	78 750 €	330 750 €	719 250 €	0 €
Capital Social - CIRA		28 350 €	0 €	3 150 €	12 600 €	23 625 €	99 225 €	215 775 €	0 €
VAL estimado (em €)									
Reabilitação do cais da Bestida (RV4.1.f)	Novo	0 €	0 €	5 000 €	20 000 €	20 000 €	37 500 €	697 500 €	0 €
Fundo Ambiental		0 €	0 €	450 €	1 800 €	1 800 €	3 375 €	62 775 €	0 €
Financiamento comunitário - FEAMPA		0 €	0 €	3 500 €	14 000 €	14 000 €	26 250 €	488 250 €	0 €
Capital Social - CIRA		0 €	0 €	1 050 €	4 200 €	4 200 €	7 875 €	146 475 €	0 €
VAL estimado (em €)									
Total investimento		3 649 000 €	95 178 €	184 070 €	682 138 €	2 534 576 €	7 871 642 €	35 790 725 €	25 012 487 €
Total financiamento		3 649 000 €	95 178 €	184 070 €	682 138 €	2 534 576 €	7 871 642 €	35 790 725 €	25 012 487 €

O Valor Atual Líquido (VAL) não se ajusta à natureza desta Sociedade, que está voltada para objetivos ambientais e sociais, de interesse público, e com uma duração limitada. Esses projetos não são concebidos para gerar lucro direto, mas sim para atender a questões mais amplas, como o desenvolvimento sustentável e a melhoria ambiental da região. Portanto, o uso de VAL seria inaplicável para medir o sucesso desses projetos, sendo mais apropriado o uso de outras metodologias de avaliação que considerem os benefícios ambientais e sociais de longo prazo.

VI.3 Eficiência Operacional

No que respeita aos gastos operacionais, a Sociedade, dado que este ano foi o de arranque da Sociedade, em 2026 estará com a sua atividade em pleno, aumentando inevitavelmente os encargos respeitantes a fornecimentos de serviços externos e gastos com pessoal, ainda que diligenciando no sentido da máxima otimização dos seus gastos.

No que respeita a gastos com pessoal, conforme referido no Capítulo V, a Sociedade procedeu em 2025 à contratação de recursos humanos para fazer face à concretização do seu objeto social, tendo efetuado 4 substituições dos trabalhadores que cessaram o vínculo com a sociedade, ao abrigo do disposto no artigo 139.º do Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março, e 2 recrutamentos, ao abrigo do disposto no artigo 138.º do Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março, e da autorização concedida através de despacho do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças (que autorizou a contratação de 3 trabalhadores), perspetivando-se a contratação de mais um até ao final de 2025, ou, no limite durante o ano de 2026. Assim, os valores em 2026 refletem a equipa completa para todo o período de um ano, enquanto os valores de 2025 ainda não refletem a equipa completa, nem para o período total de um ano, dado que a maioria da equipa iniciou no 2.º trimestre de 2025.

Relativamente aos gastos com o Fornecimento e Serviços Externos, os mesmos irão também sofrer um incremento face à estimativa prevista para 2025, mas inferior ao previsto no PAO2025, dado o aumento da atividade da empresa, incrementando também os custos de funcionamento da empresa.

A necessidade para estes aumentos encontra-se fundamentada no capítulo VII onde se apresenta o quadro Síntese de autorizações requeridas.

Na tabela seguinte, apresenta-se o mapa de eficiência operacional para o triénio 2026-2028, e a sua comparação com os anos anteriores, verificando-se o referido aumento necessário à concretização do objeto social da empresa.

Atendendo à especificidade desta empresa, em que o volume de negócios e o CMVMC são nulos, considera-se não aplicável a medida de otimização de desempenho respeitante ao rácio dos gastos operacionais (GO) sobre o volume de negócios (VN). O desempenho/ indicador deverá ser antes definido pelo investimento realizado através das obras e por critérios intangíveis, cujo objetivo primordial será o desenvolvimento sustentável da Região de Aveiro, conjugando qualidade ambiental, com competitividade económica e coesão sócio territorial.

Tabela 15 - Mapa de Eficiência Operacional

Eficiência operacional	Unidade							Δ (2026-2025)	
	2024 Execução	2025 PAO	2025 Estimativa	2026 Previsão	2027 Previsão	2028 Previsão	Valor	%	
Gastos operacionais (GO)	-424 417	-731 589	-573 624	-721 269	-735 454	-750 163	-147 644	-25,7%	
CMVMC									
FSE	-86 922	-260 541	-166 720	-208 799	-212 975	-217 234	-42 079	-25,2%	
Gastos com pessoal	-337 495	-471 048	-406 905	-512 470	-522 479	-532 929	-105 565	-25,9%	
Impactos decorrentes de obrigações legais*									
Gastos operacionais ajustados	424 417	731 589	573 624	721 269	735 454	750 163	147 644	25,7%	
Volume de negócios									
Vendas									
Prestações de Serviços									
Indemnizações Compensatórias (conforme Contrato Serv. Público)									
Impacto na receita decorrente de obrigações legais**									
Volume de Negócios ajustado									
Gastos Operacionais/Volume de Negócio (GO/VN)									

* Se aplicável: Os impactos/gastos excecionais devem ser justificados em sede de PAO e devidamente discriminados

** Se aplicável: outros rendimentos que concorram para o VN, que devem ser justificados em sede de PAO

Nota: Quando a natureza da empresa não permite aferir a eficiência operacional, deverá a empresa apresentar uma proposta de um indicador de eficiência operacional alternativo na proposta de PAO, o qual deve ser mantido, pelo menos, nos exercícios de 2025 e 2026, a autorizar expressamente pelos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pela área setorial

Fonte: Proposta de PAO para 2026-2028

VI.4 Pessoal

Apresenta-se na tabela 16 o mapa de evolução dos gastos com pessoal para o triénio 2026-2028 e sua comparação com os anos anteriores, verificando-se um necessário incremento, de acordo com o já atrás explicitado.

Note-se que relativamente aos gastos com cargos de direção, os mesmos foram considerados no PAO2025, por lapso, em remuneração do pessoal, razão pela qual a célula do PAO2025 para essa rubrica surge a zero.

Conforme anteriormente referido, o acréscimo dos gastos com pessoal em 2026, face a 2025, resulta do facto de a maioria da equipa ter iniciado funções apenas no segundo trimestre de 2025, estando ainda prevista a entrada de mais um colaborador, conforme estabelecido no PAO 2025 e devidamente autorizado. Assim, os valores projetados para 2026 correspondem a um exercício completo, enquanto os de 2025 refletem apenas o período parcial relativo à efetiva entrada dos novos elementos.

No valor com Órgãos Sociais o valor da estimativa para 2025 é superior ao valor do PAO2025 pela substituição do Fiscal Único em julho de 2025, o que implicou o pagamento até essa data dos dois Revisores em simultâneo o que incrementou o valor do ano.

Tabela 16 – Evolução dos Gastos com Pessoal – triénio 2026-2028

Pessoal	Unidade							Δ (2026-2025)	
	2024 Execução	2025 PAO	2025 Estimativa	2026 Previsão	2027 Previsão	2028 Previsão		Valor	%
N.º Total de Trabalhadores	9	15	14	14	14	14		0	0%
N.º de membros dos órgãos sociais	5	6	6	6	6	6		0	0%
N.º de membros cargos de direção	1	1	1	1	1	1		0	0%
N.º dos restantes trabalhadores	3	8	7	7	7	7		0	0%
Gastos totais com pessoal*	337 495	471 048	406 905	512 470	522 479	532 928		105 565	26%
Gastos com órgãos sociais**	15 669 €	18 562 €	23 150 €	13 700 €	13 734 €	14 009 €		-9 450	-41%
Gastos com cargos de direção	77 066 €	0 €	49 394 €	66 742 €	68 077 €	69 438 €		17 348	35%
Remuneração do pessoal	161 697 €	338 527 €	227 067 €	337 165 €	343 908 €	350 785 €		110 098	48%
Benefícios pós-emprego	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €		0	0%
Ajudas de custo	126 €	1 000 €	1 000 €	6 837 €	6 974 €	7 113 €		5 837	584%
Rescisões / Indemnizações	23 573 €	0 €	37 895 €	0 €	0 €	0 €		-37 895	-100%
Restantes encargos	59 364 €	112 959 €	68 399 €	88 026 €	89 787 €	91 582 €		19 627	29%
Informação adicional									
(i) Gastos com as contratações autorizadas ou previstas em 2025		103 334 €	78 286 €					-78 286	-100%
(ii) Gastos com as contratações previstas em anos subsequentes									
(iii) Cumprimento de disposições legais									
(iv) Orientações expressas do acionista Estado									
(v) Valorizações remuneratórias obrigatórias	10 137 €	9 030 €	7 655 €	12 298 €	10 035 €	10 236 €		4 643	61%
(vi) Outras valorizações remuneratórias									
(vii) Rescisões por mútuo acordo									
Correções para efeitos de rácio									
(-) Gastos com órgãos sociais*	-15 669	-18 562	-23 150	-13 700	-13 734	-14 009		9 450	41%
(-) Cumprimento de disposições legais									
(-) Valorizações remuneratórias obrigatórias	-10 137	-9 030	-7 655	-12 298	-10 035	-10 236		-4 643	-61%
(-) Rescisões contratuais excluindo por mútuo acordo									
(+) Absentismo	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €		0	
Gastos com pessoal ajustados para efeitos de rácio	311 688	443 456	376 100	486 472	498 710	508 683		110 372	29%

* O detalhe dos gastos com pessoal deve ser preenchido com os respetivos encargos com a Segurança Social

** Sobre a remuneração dos gestores incide a redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Gastos com pessoal / Gastos com pessoal ajustados	52%	76%	60%	69%	69%	69%	0	15%
Gastos com dirigentes / Gastos com pessoal ajustados	25%	0%	13%	14%	14%	14%	0	4%
Gastos com OS / Gastos com pessoal ajustados	5%	4%	6%	3%	3%	3%	0	-54%

VI.5 Endividamento / PMP / FSE / Frota Automóvel

Endividamento

A Sociedade, desde a sua constituição, não recorreu a qualquer financiamento bancário, nem prevê que venha a recorrer até à sua extinção, não estando, portanto, previsto o recurso à obtenção de capitais por endividamento.

Tabela 17 – Endividamento – triénio 2026-2028

Endividamento (fórmula)	2024	2025	2025	2026	2027	2028	Δ (2026-2025)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Capital estatutário	30 700 000	33 334 000	30 700 000	30 700 000	30 700 000	30 700 000	0	0%
Financiamento remunerado								
(-) Novos investimentos com expressão material								
Δ de endividamento (%)		8,58%						

Prazo médio de pagamentos a fornecedores

No âmbito do Programa Pagar a Tempo e Horas, criado pela Resolução de Conselho de Ministros nº. 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril, será dado cumprimento ao que se encontra determinado para os deveres especiais de informação das empresas públicas.

A Sociedade não possui nem prevê possuir qualquer pagamento em atraso, de acordo com a definição constante do Artigo 1.º do DL 65-A/2011, de 17 de maio, em que «Atraso no pagamento», significa o não pagamento de fatura correspondente ao fornecimento dos bens e serviços referidos no artigo seguinte após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma.

Tabela 18 – Prazo Médio de Pagamentos, Pagamento em Atraso – triénio 2026-2028

Outros	Unidade Dias						Δ (2026-2025)	
	2024 Execução	2025 PAO	2025 Estimativa	2026 Previsão	2027 Previsão	2028 Previsão	Valor	%
Prazo Médio de Pagamento	87	30	30	60	60	60	30	100%
Pagamentos em Atraso (Arrears)	0	0	0	0	0	0	0	

Fornecimento de Serviços Externos

Relativamente à rubrica “Fornecimento de Serviços Externos”, os mesmos encontram-se desagregados de acordo com a tabela 19.

No que respeita a Fornecimento de Serviços Externos - custos de estrutura, estão previstos os encargos respeitantes a rendas, comunicações fixas e móveis, de voz e de dados, serviços de contabilidade, equipamentos informáticos, software informático, serviços de assistência técnica, entre outros.

Nas restantes rubricas de Fornecimento de Serviços Externos respeitantes aos custos de investimento encontram-se os estudos, projetos e outros, como serviços previstos no âmbito da comunicação, e ainda fiscalização e empreitadas, que correspondem ao objeto social e que se apresentam na tabela seguinte.

Conforme atrás indicado, esta rubrica irá aumentar substancialmente no que se refere a estudos, projetos, fiscalização e empreitadas, decorrente da normal atividade da RiaViva, que implicará um incremento da despesa a todos os níveis.

Já no que se refere a custos de estrutura, prevê-se um ligeiro acréscimo, que tenderá para a estabilização dos valores anuais, dado que a equipa ficará completa e que as despesas se referem a despesas correntes de gestão.

Será ainda de realçar que não foram considerados encargos relativos a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, uma vez que tais encargos estão considerados nas rubricas anteriores (“Custos de estrutura”, e em “Estudos, Projetos e outros”).

Tabela 19 – Fornecimento de Serviços Externos – triénio 2026-2028

Detalhe de Fornecimentos e serviços externos	2024	2025	2025	2026	2027	2028	Δ (2026-2025)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Fornecimentos e serviços externos - Custos de Estrutura	86 922	213 541	198 241	171 762	175 197	178 701	-26 479	-13%
Fornecimentos e serviços externos - Estudos, Projetos e outros	0	878 000	95 178	2 004 654	1 254 543	160 250	1 909 476	2006%
Fornecimentos e serviços externos - Serviços de Fiscalização	0	101 000	0	200 000	1 472 500	735 000	200 000	
Fornecimentos e serviços externos - Empreitadas	0	2 670 000	961 357	5 666 988	33 060 681	24 117 237	4 705 631	489%
Deslocações e alojamento	0	2 000	2 000	3 000	3 060	3 121	1 000	50%
Ajudas de custo	126	0	1 000	6 837	6 974	7 113	5 837	584%
Associados à frota automóvel	22 266	45 000	30 000	59 200	60 384	61 592	29 200	97%
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	0					0		
TOTAL	109 314	3 909 541	1 287 776	8 112 441	36 033 339	25 263 014	6 824 665	530%

Fonte: Proposta de PAO para 2026-2028

Frota Automóvel

Face ao acréscimo previsto da atividade da Sociedade no triénio 2026–2028, estima-se um aumento dos encargos com a frota automóvel relativamente ao ano anterior. Este aumento resulta da necessidade de um maior número de deslocações a locais de intervenção, bem como a instalações de outras entidades no âmbito da realização de reuniões e ações de acompanhamento técnico e administrativo.

Embora estivesse autorizada a contratação de uma nova viatura em 2025, esta não se concretizou nesse exercício, sendo previsível que o incremento da frota ocorra em 2026. Este acréscimo de meios encontra-se igualmente refletido na Tabela 22, onde constam as autorizações a requerer.

A tabela seguinte apresenta o detalhamento dos encargos previstos com as viaturas, incluindo custos com combustíveis, seguros, manutenção e locação operacional.

Tabela 20 – Frota Automóvel – triénio 2026-2028

Frota automóvel	2024	2025	2025	2026	2027	2028	Δ (2026-2025)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Operacional - EUR	22 266	45 000	30 000	59 200	60 384	61 592	29 200	97%
Operacional - n.º de viaturas	2	3	2	3	3	3	1	50%
Não operacional - EUR	0							
Não operacional - n.º de viaturas	0							

VI.6 IEPAO 2026-2028

De seguida, apresenta-se o mapa resumo das IEPAO 2026-2028, onde se constatará que estes indicadores não são aplicáveis a esta Sociedade, dado que o volume de negócios, resultado líquido e EBITDA são nulos.

Tabela 21 – Mapa Resumo – triénio 2026-2028

IEPAO	Unidade: 1 000 €				2026 vs 2025	2027 vs 2026	2028 vs 2027	Variação média anual	Cumpre 1.º ano			Cumpre Triénio		
	2025	2026	2027	2028					S	N	N/A	S	N	N/A
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão										
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO														
Taxa de crescimento nominal PIB	5,0	4,7	3,7	3,7	4,7%	3,7%	3,7%	4,0%						
Taxa de crescimento real PIB	2,0	2,2	1,7	1,8	2,2%	1,7%	1,8%	1,9%						
Taxa de crescimento IHPC	2,1	2,0	2,0	2,0	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%						
a) Volume de negócios														
b) EBIT, liq. de provisões, imparidades e correções de justo valor	0	0	0	0	0	0	0	0	S			S		
c) Resultado líquido	0	0	0	0	0	0	0	0	S			S		
d) Rentabilidade do Ativo (ROA)	0%	0%	0%	0%	0,0 p.p.	0,0 p.p.	0,0 p.p.	0,0 p.p.	S			S		
e) Rentabilidade dos RH	-	-	-	-	-	-	-	-	S			S		
f) Rentabilidade do Capital Próprio (ROE)	0%	0%	0%	0%	0,0 p.p.	0,0 p.p.	0,0 p.p.	0,0 p.p.	S			S		
g) Financiamento líquido de novos investimentos	30 700	30 700	30 700	30 700	-	-	-	-						
h) Pagamentos em Atraso (Arrears)	0	0	0	0	0	0	0	0						
i) Volume de negócios (real)														
ii) Gastos operacionais (%)	574	721	735	750	26%	2%	2%	9%	S			S		
OTIMIZAÇÃO DE GASTOS														
Gastos operacionais (corrigido do IHPC)	574	707	721	735	134	14	14	54	N			N		



VII. Quadro Síntese de autorizações requeridas

No Plano de Atividades e Orçamento para 2026, a RiaViva e Litoral da Região de Aveiro, SA vem requerer as autorizações apresentadas na tabela seguinte:

Tabela 22 – Quadro Síntese de autorizações requeridas

Autorizações Necessárias	Fundamentação	Normativo Aplicável	Página do PAO correspondente
Aumento do quadro de pessoal em 1 trabalhador, a contratar no 4.º trimestre de 2025 ou durante o ano de 2026, cuja contratação foi autorizada pelo SETF aquando da aprovação do PAO2025	Capítulo V e VI.3	artigo 138.º do Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março	39-42; 52-54
Incremento de 1 viatura por aumento da atividade, que implica um aumento de deslocações às intervenções, cuja contratação foi autorizada pelo SETF aquando da aprovação do PAO2025	Capítulo VI	nº 4 e 5 do artigo 140.º do do Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março	56
Aumento do conjunto de despesas com gastos operacionais. Com o aumento da atividade da sociedade é expetável que haja um aumento de todos os gastos que sejam considerados operacionais, incluindo deslocações, alojamentos, ajudas de custo, frota automóvel, telecomunicações, telemóveis, material informático, seguros, economato, etc...	Capítulo VI	nº 4 e 5 do artigo 140.º do do Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março	55-56

VIII. Considerações Finais

O presente Plano de Atividades e Orçamento para 2026 da RiaViva e Litoral da Região de Aveiro, S.A. marca um novo ciclo de intervenções que têm como objetivo a continuidade das ações de requalificação e valorização da Ria de Aveiro, assegurando a preservação dos seus recursos naturais, a resiliência das suas infraestruturas e o desenvolvimento económico e social da região. Este plano, elaborado com base nas orientações a integrar no aditamento ao Plano Estratégico da Sociedade e ao próprio Plano, visa a implementação das ações estruturantes e operacionais que irão contribuir para a melhoria da área de intervenção, no âmbito das políticas públicas de proteção do litoral e de adaptação às alterações climáticas.

A requalificação da Ria de Aveiro continua a ser um desafio complexo, que exige uma abordagem integrada e multidisciplinar, alinhada com as políticas nacionais e europeias de sustentabilidade, proteção ambiental e desenvolvimento territorial. As intervenções propostas, como a reposição do equilíbrio hidrodinâmico, a consolidação das margens, o combate à erosão costeira e a valorização dos ecossistemas naturais, são essenciais para mitigar os riscos associados às mudanças climáticas e para promover a adaptação da região a novos desafios.

Além disso, o plano reflete o compromisso da RiaViva em gerar benefícios duradouros para as comunidades locais, promovendo a fruição pública do litoral e dinamizando atividades económicas, culturais e turísticas sustentáveis. O alinhamento com os programas operacionais nacionais, como o Fundo Ambiental, e europeus, como o PACS, o Programa Regional do Centro e o MAR2030, garante que as ações estarão em sintonia com os grandes objetivos estratégicos para a região e o país.

Em termos financeiros, o plano prevê investimentos robustos e diversificados, com um orçamento total estimado de 88,1 milhões de euros para o período de vigência da Sociedade 2025-2030.

Conforme previsto no Plano de Atividades e Orçamento para 2025, durante o presente ano, e após a auscultação dos municípios e a validação pela Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, foram efetuados alguns ajustamentos às ações inicialmente previstas para execução pela Sociedade, os quais visam responder de forma mais eficaz às necessidades reais identificadas na área de intervenção da RiaViva, assegurando simultaneamente a sustentabilidade financeira da Sociedade, através da otimização dos recursos disponíveis. Prevê-se, ainda, que novos ajustamentos possam vir a ser realizados ao longo do período de vigência da Sociedade, sempre que tal se revele necessário, sem, contudo, alterar o âmbito e mantendo o alinhamento dos objetivos estruturantes da RiaViva.

O ano de 2025 correspondeu ao ano de arranque da Sociedade, marcado pela contratação do pessoal e dos serviços essenciais ao seu funcionamento. Paralelamente, registaram-se avanços significativos nas ações programadas, encontrando-se alguns projetos já contratados e em execução.

Não obstante, verificaram-se alguns atrasos face ao planeado, sobretudo no que respeita às empreitadas previstas para este ano. Embora os projetos tenham sido concluídos pela Polis, a sua execução não pôde avançar de imediato, em virtude da necessidade de revisão técnica e da submissão de candidaturas a financiamento comunitário, dependentes da abertura dos respetivos avisos.

Adicionalmente, houve ainda o facto de a equipa ter sido contratada mais tarde do que o previsto, decorrente de burocracias com a contratação de pessoal e da necessidade de um período natural de adaptação à estrutura organizacional, bem como uma análise aprofundada das ações a desenvolver e a realização de reuniões preparatórias com os municípios. Em alguns casos, as respostas obtidas foram menos céleres do que o expectável, possivelmente devido ao contexto eleitoral, que poderá ter condicionado a disponibilidade das autarquias.

Apesar destes constrangimentos iniciais, considera-se que os atrasos registados são recuperáveis e que o ritmo de execução se reforçará nos anos seguintes, permitindo atingir os objetivos operacionais e estratégicos definidos para o triénio.

A garantia do recebimento dos financiamentos previstos constitui um fator determinante para o sucesso da operação da Sociedade. Tal inclui, por um lado, o financiamento proveniente dos acionistas e, por outro, o apoio do Fundo Ambiental, cuja Resolução do Conselho de Ministros, indispensável à transferência plurianual das verbas correspondentes, se encontra ainda em fase de aprovação.

Acresce a necessidade de abertura de avisos para candidaturas a fundos comunitários, sem os quais não será possível avançar com as empreitadas previstas para o próximo ano. Estes elementos configuram condicionantes essenciais à execução dos projetos e à prossecução dos objetivos estratégicos da Sociedade, sendo a sua concretização fundamental para assegurar a sustentabilidade e continuidade da intervenção no território.

Aveiro, 29 de outubro de 2025

O Conselho de Administração

José Carlos Pimenta Machado

(Presidente)



Eng.º José Ribau Esteves

(Vogal)

Eng.º Nuno Banza

(Vogal)



IX. Anexos

Anexo 1 – Planeamento Físico

Anexo 2 – Fichas de Projeto

Anexo 3 – Mapa de Investimento Plurianual

Anexo 4 – Mapa de Investimento e Financiamento

Anexo 5 – Plano Financeiro Plurianual

Anexo 6 – Balanço Previsional

Anexo 7 – Demonstração de Resultados por Natureza Previsional

Anexo 8 – Demonstração de Fluxos de Caixa Previsional

Anexo 9 – Mapa de Recursos Humanos – triénio 2026-2028

Anexo 10 – Parecer do Revisor Oficial de Contas

Anexo 1 – Planeamento Físico

Planeamento da RIAVIVA Outubro 2025
PAO2026

ID	Nome da Tarefa	Duração	Início	Conclusão	Predece	2025				2026				2027				2028				2029				2030				2031			
						T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4				
1	RIAVIVA e Litoral da Região de Aveiro, SA	5739 dias?	Qui 01/01/09	Seg 30/12/30																													
2	Ações da Sociedade	1565 dias	Ter 31/12/24	Seg 30/12/30																													
3	AG de retoma da atividade e alteração do nome	1 dia	Ter 31/12/24	Ter 31/12/24																													
4	Desenvolvimento das ações da Ria viva	1486 dias	Ter 18/02/25	Ter 29/10/30 3;6CC																													
5	Dissolução da Sociedade	44 dias	Qua 30/10/30	Seg 30/12/30 4																													
6	RV1 - Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas em ecossistemas	5695 dias?	Qui 01/01/09	Ter 29/10/30																													
7	RV1.1 - Alimentação artificial de praias	1238 dias	Qua 23/04/25	Sex 18/01/30																													
8	RV1.1.1 - Troço Norte	1230 dias	Qua 23/04/25	Ter 08/01/30																													
9	Projeto	773 dias	Qua 23/04/25	Sex 07/04/28																													
22	EIA	618 dias	Qui 15/01/26	Seg 29/05/28																													
34	Empreitada	457 dias	Seg 10/04/28	Ter 08/01/30																													
46	RV1.1.2 - Troço Sul	1238 dias	Qua 23/04/25	Sex 18/01/30																													
47	Projeto	781 dias	Qua 23/04/25	Qua 19/04/28																													
61	EIA	626 dias	Qui 15/01/26	Qui 08/06/28																													
73	Empreitada	457 dias	Qui 20/04/28	Sex 18/01/30																													
85	RV1.2 - Construção e/ou reabilitação de estruturas de defesa costeira	1 dia	Qui 01/01/09	Qui 01/01/09																													
86	RV1.2.1 - Quebra-Mar Destacado do Furadouro e Cortegaça - a anular	1 dia	Qui 01/01/09	Qui 01/01/09																													
87	RV1.3 - Reforço de sistemas naturais de proteção costeira	1449 dias	Qui 10/04/25	Ter 29/10/30																													
88	RV1.3.1 - Recuperação e Estabilização do Cordão Dunar de Ovar até Mira	1440 dias	Qua 23/04/25	Ter 29/10/30																													
89	Projeto	497 dias	Qua 23/04/25	Qui 18/03/27																													
103	Empreitada (todos os anos)	943 dias	Sex 19/03/27	Ter 29/10/30																													
115	RV1.3.2 - Defesa e proteção costeira nas margens da Ria em Domínio Público Marítimo	849 dias	Qui 10/04/25	Ter 11/07/28																													
116	RV1.3.2.a - Reabilitação/ reconstrução do dique de contenção das águas da ria entre a Gafanha de Aquém e a Gafanha da Boavista	656 dias	Ter 13/05/25	Ter 16/11/27																													
117	Projeto	331 dias	Ter 13/05/25	Ter 18/08/26																													
125	Empreitada	325 dias	Qua 19/08/26	Ter 16/11/27																													
136	RV1.3.2.b - Reabilitação / reconstrução da estrada da Riamar na Barra, com reforço das suas características de estrada-dique	744 dias	Ter 13/05/25	Sex 17/03/28																													
137	Projeto	419 dias	Ter 13/05/25	Sex 18/12/26																													
151	Empreitada	325 dias	Seg 21/12/26	Sex 17/03/28																													
162	RV1.3.2.c - Defesa e Proteção dos Campos Agrícolas na Frente Lagunar de Ovar da Intrusão Salina	749 dias	Sex 23/05/25	Qua 05/04/28																													
163	Projeto	424 dias	Sex 23/05/25	Qua 06/01/27																													
177	Empreitada	325 dias	Qui 07/01/27	Qua 05/04/28																													
188	RV1.3.2.d - Construção de motas de proteção entre a Ribeira da Aldeia e a Ribeira do Mourão	476 dias	Qua 11/06/25	Qua 07/04/27																													
189	Projeto	195 dias	Qua 11/06/25	Ter 10/03/26																													
195	Empreitada	281 dias	Qua 11/03/26	Qua 07/04/27																													
206	RV1.3.2.e - Construção de motas de proteção entre a Ribeira das Teixugueiras e a Ribeira da Aldeia	476 dias	Qua 11/06/25	Qua 07/04/27																													
207	Projeto	195 dias	Qua 11/06/25	Ter 10/03/26																													
213	Empreitada	281 dias	Qua 11/03/26	Qua 07/04/27																													
224	RV1.3.2.f - Construção de motas de proteção entre o Esteiro de Estarreja e a Ribeira Nova	713 dias	Qua 11/06/25	Sex 03/03/28																													
225	Projeto	432 dias	Qua 11/06/25	Qui 04/02/27																													
239	Empreitada	281 dias	Sex 05/02/27	Sex 03/03/28																													
250	RV1.3.2.g - Construção da Mota de Proteção entre a Ribeira do Martinho e a Ribeira das Teixugueiras	513 dias	Sex 09/05/25	Ter 27/04/27																													
251	Projeto	232 dias	Sex 09/05/25	Seg 30/03/26																													
259	Empreitada	281 dias	Ter 31/03/26	Ter 27/04/27																													
270	RV1.3.2.h - Reforço de motas de proteção entre a Ponte da Varela e o Cais do Mancão	726 dias	Sex 09/05/25	Sex 18/02/28																													
271	Projeto	412 dias	Sex 09/05/25	Seg 07/12/26																													
285	Empreitada	314 dias	Ter 08/12/26	Sex 18/02/28																													
297	RV1.3.2.i - Consolidação de taludes da marginal entre a Ponte da Varela e a Bestida	617 dias	Sex 09/05/25	Seg 20/09/27																													
298	Projeto	303 dias	Sex 09/05/25	Ter 07/07/26																													
312	Empreitada	314 dias	Qua 08/07/26	Seg 20/09/27																													
324	RV1.3.2.j - Consolidação de taludes da marginal nos Ameirinhos	617 dias	Sex 09/05/25	Seg 20/09/27																													
325	Projeto	303 dias	Sex 09/05/25	Ter 07/07/26																													
339	Empreitada	314 dias	Qua 08/07/26	Seg 20/09/27																													
351	RV1.3.2.k - Proteção das margens da Ria e redução da erosão costeira com sedimentos provenientes das dragagens das bacias dos cais da Ria de Aveiro	575 dias	Seg 12/01/26	Sex 24/03/28																													
352	Projeto	294 dias	Seg 12/01/26	Qui 25/02/27																													
359	Empreitada	281 dias	Sex 26/02/27	Sex 24/03/28																													
370	RV1.3.2.l - Construção e Consolidação de motas e diques no Lago do Paraíso	849 dias	Qui 10/04/25	Ter 11/07/28																													
371	Projeto	412 dias	Qui 10/04/25	Sex 06/11/26											</																		

Planeamento da RIAVIVA Outubro 2025
PAO2026

ID	Nome da Tarefa	Duração	Início	Conclusão	Predece	2025				2026				2027				2028				2029				2030				2031			
						T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4
671	RV2 - Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição	1419 dias	Qua 01/01/25	Seg 10/06/30																													
672	RV2.1 - Conservação da natureza, biodiversidade e património natural	1419 dias	Qua 01/01/25	Seg 10/06/30																													
673	RV2.1.1 - Requalificação Ambiental da Lagoa do Molitão	738 dias	Qui 24/04/25	Seg 21/02/28																													
674	Projeto	457 dias	Qui 24/04/25	Sex 22/01/27																													
688	Empreitada	281 dias	Seg 25/01/27	Seg 21/02/28																													
699	RV2.1.2 - Limpeza infestantes (jacintos de água, entre outras) na Pateira de Fermentelos, no rio Vouga e afluentes	1357 dias	Sex 28/03/25	Seg 10/06/30																													
700	Projeto	508 dias	Sex 28/03/25	Ter 09/03/27																													
714	Empreitada (todos os anos)	849 dias	Qua 10/03/27	Seg 10/06/30																													
725	RV2.1.3 - Restauração e conservação de ecossistemas marinhos/ estuarinos	633 dias	Sex 02/01/26	Ter 06/06/28																													
726	Projeto	352 dias	Sex 02/01/26	Seg 10/05/27																													
740	Empreitada	281 dias	Ter 11/05/27	Ter 06/06/28																													
751	RV2.1.4 - Controlo de espécies invasoras em sistemas costeiros	546 dias	Seg 01/06/26	Seg 03/07/28																													
752	Projeto	353 dias	Seg 01/06/26	Qua 06/10/27																													
766	Empreitada	193 dias	Qui 07/10/27	Seg 03/07/28																													
777	RV2.1.5 - Promoção, sensibilização e comunicação do valor do património natural português	1350 dias	Qua 01/01/25	Ter 05/03/30																													
778	RV3 - Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas	736 dias	Qui 10/04/25	Qui 03/02/28																													
779	RV3.1 - Reforço do sistema urbano, nos desafios da descarbonização, digitalização, competitividade e reforço do modelo policêntrico	736 dias	Qui 10/04/25	Qui 03/02/28																													
780	RV3.1.1 - Sistema de mobilidade intermunicipal multimodal sustentável Ovar – S. Jacinto	736 dias	Qui 10/04/25	Qui 03/02/28																													
781	Projeto	290 dias	Qui 10/04/25	Qua 20/05/26																													
785	Empreitada	446 dias	Qui 21/05/26	Qui 03/02/28																													
797	RV4 - Reforçar as atividades de pesca sustentáveis do ponto de vista económico, social e ambiental	5157 dias	Qui 01/01/09	Qui 05/10/28																													
798	RV4.1 - Intervenções em portos e lotas existentes, bem como em locais de desembarque e abrigos	5157 dias	Qui 01/01/09	Qui 05/10/28																													
799	RV4.1.1 - Reabilitação do cais da Boca da Marinha - a anular	1 dia	Qui 01/01/09	Qui 01/01/09																													
800	RV4.1.2 - Reabilitação do Cais dos Moliceiros das Quintas do Norte	266 dias	Seg 02/02/26	Seg 08/02/27																													
801	Projeto	22 dias	Seg 02/02/26	Ter 03/03/26																													
803	Empreitada	244 dias	Qua 04/03/26	Seg 08/02/27																													
814	RV4.1.3 - Reabilitação das estruturas flutuantes do Cais da Cova do Chegado	377 dias	Seg 02/02/26	Ter 13/07/27																													
815	Projeto	96 dias	Seg 02/02/26	Seg 15/06/26																													
819	Empreitada	281 dias	Ter 16/06/26	Ter 13/07/27																													
830	RV4.1.4 - Reabilitação do Cais Poente do Porto de Abrigo do Bico - a anular	1 dia	Qui 01/01/09	Qui 01/01/09																													
831	RV4.1.5 - Qualificação das condições de acostagem no cais da Ribeira de Pardelhas	677 dias	Seg 02/02/26	Ter 05/09/28																													
832	Projeto	352 dias	Seg 02/02/26	Ter 08/06/27																													
846	Empreitada	325 dias	Qua 09/06/27	Ter 05/09/28																													
857	RV4.1.6 - Qualificação das condições de acostagem no cais da Bestida	699 dias	Seg 02/02/26	Qui 05/10/28																													
858	Projeto	374 dias	Seg 02/02/26	Qui 08/07/27																													
872	Empreitada	325 dias	Sex 09/07/27	Qui 05/10/28																													

Anexo 2 – Fichas de Projeto

Fichas de Projeto

RiaViva e Litoral da Região de Aveiro, SA

FICHA DE PROJETO

RV1.1

OBJETIVO ESTRATÉGICO	Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas em ecossistemas
TIPOLOGIA	Alimentação Artificial de Praias
PROJETO/AÇÃO	Proteger o litoral e contrariar o recuo da linha de costa através da alimentação do sistema costeiro com sedimentos
OBJETIVO	Realizar intervenções de proteção costeira de alimentação artificial de praias, que configura técnica de proteção/ defesa costeira e de regeneração de praias, considerada ambientalmente aceitável, utilizadas como solução local ou como estratégia de gestão à escala regional e de longo prazo.
LOCALIZAÇÃO	Entre Ovar e Mira
DESCRIÇÃO	Ações preparatórias: > Definir preliminarmente as áreas de maior risco/ vulnerabilidade, os volumes de areia necessários e identificar diferentes origens dos materiais inertes, e compatíveis, a utilizar; ação a desenvolver em estreita articulação com o Programa de Monitorização da Faixa Costeira de Portugal Continental – COSMO (APA, IP). Projetos e Obras: > Alimentação artificial de praias através de recarga artificial com inertes provenientes de offshore; > Alimentação artificial de praias, recorrendo à transposição de sedimentos dos canais de Ovar e de Mira (se compatíveis), com descarga direta na zona de rebentação para promover a lavagem dos sedimentos e sua entrada na deriva litoral.
RELAÇÃO COM OUTRAS AÇÕES	RV1.2.a Quebra-Mar Destacado do Furadouro e Cortegaça; RV1.3.1 Recuperação e estabilização do cordão dunar; RV1.3.2.k Proteção das margens da Ria e redução da erosão costeira com sedimentos provenientes das dragagens das bacias dos cais da Ria de Aveiro; RV1.4.a Dragagens de manutenção dos canais da Ria de Aveiro com transposição de sedimentos nos sistemas litorais
ENTIDADES ENVOLVIDAS	MAEN / APA, IP / DGRM / APA, SA
ORIENTAÇÕES /OBSERVAÇÕES	Necessária análise prévia dos sedimentos, com vista a verificação de compatibilidade para a utilização e local de destino. As intervenções de alimentação artificial de praias deverão, preferencialmente, ser realizadas no período de menor perturbação para a ictiofauna.

INVESTIMENTO – ESTIMATIVA PRELIMINAR (€)	20.000.000				
FONTES DE FINANCIAMENTO – ESTIMATIVA PRELIMINAR (€)	COMUNITÁRIO			NACIONAL	
	Fundo de Coesão	FEDER	Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e Aquicultura	Fundo Ambiental	CIRA
	PACS	PR CENTRO	MAR2030		
	17.000.000	-	-	3.000.000	-

FICHA DE PROJETO

RV1.2

OBJETIVO ESTRATÉGICO	Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas em ecossistemas
----------------------	---

TIPOLOGIA	Construção e/ou reabilitação de estruturas de defesa costeira
-----------	---

PROJETO/AÇÃO Quebra-Mares destacados do Furadouro e de Cortegaça

OBJETIVO	Realizar intervenções de proteção costeira através da construção de quebra-mares destacados com o objetivo de manutenção de zonas litorais em processo de erosão, protegendo a frente urbana e induzindo o desenvolvimento de uma saliência arenosa na zona abrigada.
LOCALIZAÇÃO	Ovar
DESCRIÇÃO	Ações preparatórias: > Estudo em desenvolvimento pelo LNEC; Projetos e Obras: > Quebra-Mar destacado do Furadouro; > Quebra-Mar destacado de Cortegaça; > Alimentação artificial das futuras zonas abrigadas através de recarga artificial com inertes provenientes de offshore.
RELAÇÃO COM OUTRAS AÇÕES	RV1.1.a Proteger o litoral e contrariar o recuo da linha de costa através da alimentação do sistema costeiro com sedimentos
ENTIDADES ENVOLVIDAS	MAEN / APA, IP / DGRM
ORIENTAÇÕES /OBSERVAÇÕES	As intervenções deverão, preferencialmente, ser realizadas no período de menor perturbação para a ictiofauna. Analisar a possibilidade de conjugar outras funções nestas estruturas, para além da função principal de defesa costeira, particularmente o aproveitamento do potencial energético das ondas, contribuindo para a descarbonização do sistema energético.

INVESTIMENTO – ESTIMATIVA PRELIMINAR (€)	0,00
--	------

FONTES DE FINANCIAMENTO – ESTIMATIVA PRELIMINAR (€)	COMUNITÁRIO			NACIONAL	
	Fundo de Coesão	FEDER	Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e Aquicultura	Fundo Ambiental	CIRA
	PACS	PR CENTRO	MAR2030		
	0,00	-	-	0,00	-

FICHA DE PROJETO

RV1.3.1

OBJETIVO ESTRATÉGICO	Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas em ecossistemas
----------------------	---

TIPOLOGIA	Reforço de sistemas naturais de proteção costeira
-----------	---

PROJETO/AÇÃO Recuperação e estabilização do cordão dunar

OBJETIVO	Manutenção e reposição das condições naturais do ecossistema costeiro e lagunar que assegurem a sua estabilidade biofísica e minimizem situações de risco (risco de erosão e/ou cheias) para pessoas e bens por via da implementação de ações de recuperação dunar. As ações de reforço do cordão dunar deverão ser realizadas recorrendo aos inertes (quando compatíveis) provenientes das dragagens de manutenção dos canais da Ria, ou outras fontes compatíveis com o fim a que destinam.
LOCALIZAÇÃO	Entre Ovar e Mira
DESCRIÇÃO	Ações preparatórias: > Definir preliminarmente as áreas de maior risco / necessidade, os volumes de areia necessários e identificar diferentes origens dos materiais inertes, e compatíveis, a utilizar; Projetos e Obras: > Reforço do cordão dunar recorrendo à transposição de sedimentos dos canais da Ria de Aveiro (sempre que compatíveis) depositados segundo um traçado “paralelo” ao previsto para a linha litoral e numa situação de equilíbrio estático, ou seja, localizado numa posição mais recuada onde se espera que o processo evolutivo estabilize; > Recuperação e renaturalização do sistema dunar (soluções específicas para cada situação a determinar: recuperação dunar, plantação de espécies florísticas autóctones (excluindo as espécies alóctones, mesmo naturalizadas), instalação de paliçadas e valorização dos espaços.
RELAÇÃO COM OUTRAS AÇÕES	RV1.3.2.k Proteção das margens da Ria e redução da erosão costeira com sedimentos provenientes das dragagens das bacias dos cais da Ria de Aveiro; RV1.4.a Dragagens de manutenção dos canais da Ria de Aveiro com transposição de sedimentos nos sistemas litorais; RV1.4.b Recuperação do Sistema Aquático, Dique-fusível e Consolidação Dunar na Barrinha de Esmoriz;
ENTIDADES ENVOLVIDAS	MAEN / APA, IP
ORIENTAÇÕES /OBSERVAÇÕES	As intervenções deverão, preferencialmente, ser realizadas no período de menor perturbação para a avifauna.

INVESTIMENTO – ESTIMATIVA PRELIMINAR (€)	4.000.000				
FONTES DE FINANCIAMENTO – ESTIMATIVA PRELIMINAR (€)	COMUNITÁRIO			NACIONAL	
	Fundo de Coesão	FEDER	Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e Aquicultura	Fundo Ambiental	CIRA
	PACS	PR CENTRO	MAR2030		
	3.400.000	-	-	600.000	-

FICHA DE PROJETO

RV1.3.2

OBJETIVO ESTRATÉGICO	Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas em ecossistemas
----------------------	---

TIPOLOGIA	Reforço de sistemas naturais de proteção costeira
-----------	---

PROJETO/AÇÃO Defesa e proteção costeira nas margens da Ria em Domínio Público Marítimo

OBJETIVO	Recuperação e criação de sistemas de proteção das margens lagunares, em áreas particularmente ameaçadas pela erosão e por risco de cheias, de forma a salvaguardar a biodiversidade presente, pessoas e bens, e as atividades económicas, de base tradicional, associadas à Ria de Aveiro.
----------	--

LOCALIZAÇÃO	Ria de Aveiro (margens em DPM)
-------------	--------------------------------

DESCRIÇÃO	Estudos > Elaboração de estudo de caracterização e identificação dos habitats presentes que permita definir as melhores soluções (sempre que possível recorrendo a técnicas de engenharia natural) para a execução dos projetos para a defesa e proteção costeira nas margens da Ria. Projetos e Obras a) Recuperação de diques e de motas de proteção na zona do Salgado > Reconstrução e/ou recuperação dos muros de proteção das antigas marinhas de sal e das proteções marginais junto dos canais principais utilizando materiais compatíveis, dando preferência a técnicas de engenharia natural e com diques revestidos a pedra, sempre que as condições locais o revelem necessário; > Desassoreamento dos canais de acesso e estabilização das margens (se necessário) recorrendo a estes dragados (se compatíveis). b) Outras motas e diques: > Recuperação e criação de sistemas de proteção das margens lagunares em zonas com danos significativos e/ou em zonas ameaçadas pela subida do nível médio das águas, recorrendo sempre que necessário à transferência de sedimentos das áreas envolventes (se compatíveis) e ao revestimento dos taludes em enrocamento, sempre que as condições locais o revelem necessário, ou outros materiais, dando preferência a técnicas de engenharia natural. > Criação de pequenas zonas de repouso e lazer, e circuitos pedonais em algumas motas, quando possível. > Áreas que se propõe intervencionar, já identificadas segundo os critérios acima definidos: - o Reabilitação/ reconstrução do dique de contenção das águas da ria entre a Gafanha de Aquém e a Gafanha da Boavista; - o Reabilitação / reconstrução da estrada da Riamar na Barra, com reforço das suas características de estrada-dique; - o Defesa e Proteção dos Campos Agrícolas na Frente Lagunar de Ovar da Intrusão Salina; - o Construção de motas de proteção entre a Ribeira da Aldeia e a Ribeira do Mourão;
-----------	---

- o Construção de motas de proteção entre a Ribeira das Teixugueiras e a Ribeira da Aldeia;
- o Construção de motas de proteção entre o Esteiro de Estarreja e a Ribeira Nova;
- o Construção da Mota de Proteção entre a Ribeira do Martinho e a Ribeira das Teixugueiras;
- o Reforço de motas de proteção entre a Ponte da Varela e o Cais do Mancão;
- o Consolidação de taludes da marginal entre a Ponte da Varela e a Bestida;
- o Consolidação de taludes da marginal nos Ameirinhos;
- o Construção e Consolidação de motas e diques no Lago do Paraíso;
- o Proteção das margens da Ria e redução da erosão costeira com sedimentos provenientes das dragagens das bacias dos cais da Ria de Aveiro;
- o Proteção e Qualificação das Margens do Canal de Mira (Vagueira-Areão).

RELAÇÃO COM OUTRAS
AÇÕES

RV1.4.a Dragagens dos canais da Ria de Aveiro com transposição de sedimentos nos sistemas litorais

ENTIDADES ENVOLVIDAS

MAEN / APA, IP / ICNF

ORIENTAÇÕES
/OBSERVAÇÕES

As intervenções deverão, preferencialmente, ser realizadas no período de menor perturbação para a ictiofauna e para a avifauna.

INVESTIMENTO –
ESTIMATIVA
PRELIMINAR (€)

25.005.000

FONTES DE FINANCIAMENTO – ESTIMATIVA PRELIMINAR (€)	COMUNITÁRIO			NACIONAL	
	Fundo de Coesão	FEDER	Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e Aquicultura	Fundo Ambiental	CIRA
	PACS	PR CENTRO	MAR2030		
	21.254.250	-	-	3.208.950	541.800

FICHA DE PROJETO

RV1.4.a

OBJETIVO ESTRATÉGICO	Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas em ecossistemas
TIPOLOGIA	Ações estruturantes de desassoreamento de rias e lagoas costeiras
PROJETO/AÇÃO	Dragagens dos canais da Ria de Aveiro com transposição de sedimentos nos sistemas litorais
OBJETIVO	Reposição das condições naturais do ecossistema costeiro e lagunar que assegurem a sua estabilidade biofísica e minimizem situações de risco (risco de erosão e/ou cheias) para pessoas e bens por via da implementação de ações de transposição de sedimentos de locais com problemas de assoreamento (principais canais de navegação e/ou outros), repondo cotas anteriormente verificadas, para locais a definir onde haja défice sedimentar ou para reforço de margens e/ou cordão dunar, sempre que compatíveis.
LOCALIZAÇÃO	Canais de Ovar, Murtosa, Mira, Ílhavo/ Rio Boco (inclui canais do Lago do Paraíso) e centrais da zona do "Salgado de Aveiro"
DESCRIÇÃO	Projetos e Obras: > Análise dos sedimentos, com vista a verificação do destino final dos mesmos. > Dragagem dos canais e transporte dos dragados aos locais adequados, privilegiando locais selecionados em operações anteriores, consoante a sua qualidade e natureza, devendo sempre que possível serem utilizados para o reforço de sistemas de proteção costeira ou das margens, tais como reforço do cordão dunar, de motas, para a estabilização das margens e/ou para recuperação/ estabelecimento de algumas zonas de recreio fluvial.
RELAÇÃO COM OUTRAS AÇÕES	RV1.3.2 Defesa e proteção costeira nas margens da Ria em Domínio Público Marítimo
ENTIDADES ENVOLVIDAS	MAEN / APA, IP / ICNF
ORIENTAÇÕES /OBSERVAÇÕES	As intervenções deverão, preferencialmente, ser realizadas no período de menor perturbação para a ictiofauna e para a avifauna.

INVESTIMENTO – ESTIMATIVA PRELIMINAR (€)	3.000.000
--	-----------

FONTES DE FINANCIAMENTO – ESTIMATIVA PRELIMINAR (€)	COMUNITÁRIO			NACIONAL	
	Fundo de Coesão	FEDER	Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e Aquicultura	Fundo Ambiental	CIRA
	PACS	PR CENTRO	MAR2030		
	2.550.000	-	-	450.000	-

FICHA DE PROJETO

RV1.4.b

OBJETIVO ESTRATÉGICO	Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas em ecossistemas
TIPOLOGIA	Ações estruturantes de desassoreamento de rias e lagoas costeiras
PROJETO/AÇÃO	Recuperação do Sistema Aquático, Dique-fusível e Consolidação Dunar na Barrinha de Esmoriz
OBJETIVO	Manutenção e reposição das condições naturais do ecossistema costeiro e lagunar que assegurem a sua estabilidade biofísica e minimizem situações de risco (risco de erosão e/ou cheias) para pessoas e bens por via da implementação de ações de transposição de sedimentos de locais com problemas de assoreamento (principais canais de navegação e/ou outros), repondo cotas anteriormente verificadas, para locais a definir onde haja défice sedimentar ou para reforço de margens e/ou cordão dunar, sempre que compatíveis.
LOCALIZAÇÃO	Ovar (Esmoriz) e Espinho (Paramos)
DESCRIÇÃO	Projeto (concluído) e Obra: > Execução de ações de desassoreamento com vista à recuperação do sistema aquático, e deposição dos dragados em destino final adequado; > Recuperação do dique-fusível e consolidação dunar, cuja destabilização teve origem em temporais de 2019/2020.
RELAÇÃO COM OUTRAS AÇÕES	RV1.3.1 Recuperação e estabilização do cordão dunar
ENTIDADES ENVOLVIDAS	MAEN / APA, IP / ICNF
ORIENTAÇÕES /OBSERVAÇÕES	As intervenções deverão, preferencialmente, ser realizadas no período de menor perturbação para a ictiofauna e para a avifauna.

INVESTIMENTO – ESTIMATIVA PRELIMINAR (€)

3.650.000

FONTES DE FINANCIAMENTO – ESTIMATIVA PRELIMINAR (€)	COMUNITÁRIO			NACIONAL	
	Fundo de Coesão	FEDER	Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e Aquicultura	Fundo Ambiental	CIRA
	PACS	PR CENTRO	MAR2030		
	3.102.500	-	-	547.500	-

FICHA DE PROJETO

RV1.5

OBJETIVO ESTRATÉGICO	Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas em ecossistemas
----------------------	---

TIPOLOGIA	Campanhas de comunicação e informação
-----------	---------------------------------------

PROJETO/AÇÃO Sensibilização e divulgação dos valores naturais

OBJETIVO	Sensibilização e divulgação dos valores naturais presentes no território da Região de Aveiro com ações dirigidas a públicos e agentes económicos dos diferentes setores
----------	---

LOCALIZAÇÃO	Toda a área de intervenção
-------------	----------------------------

DESCRIÇÃO	Desenvolvimento de um plano de sensibilização e divulgação e subsequente implementação das ações, considerando: > Produção do logotipo e normas gráficas da sociedade, > Realização de levantamento fotográfico e videográfico da zona de intervenção da RiaViva; > Edição de material de divulgação ambiental e patrimonial, nomeadamente material específico para cada ação a implementar no âmbito do presente objetivo estratégico; > Criação de página da internet e/ou outros suportes digitais destinados a uma sensibilização e divulgação dos valores naturais presentes no território da Região de Aveiro de maior proximidade, em especial com o público mais jovem; > Compatibilização da atividade turística com a sensibilidade ambiental deste território e com as restantes atividades desenvolvidas na laguna; > Instalação de sinalética informativa e de divulgação adequada e homogénea; > Elaboração de mapas, guias e brochuras.
-----------	--

RELAÇÃO COM OUTRAS AÇÕES	Com todas as ações do presente objetivo estratégico
--------------------------	---

ENTIDADES ENVOLVIDAS	MAEN / APA, IP / ICNF / CIRA
----------------------	------------------------------

ORIENTAÇÕES
/OBSERVAÇÕES

INVESTIMENTO – ESTIMATIVA PRELIMINAR (€)	100.000
--	---------

FONTES DE FINANCIAMENTO – ESTIMATIVA PRELIMINAR (€)	COMUNITÁRIO			NACIONAL	
	Fundo de Coesão	FEDER	Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e Aquicultura	Fundo Ambiental	CIRA
	PACS	PR CENTRO	MAR2030		
	85.000	-	-	4.500	10.500

FICHA DE PROJETO

RV1.6

OBJETIVO ESTRATÉGICO	Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas em ecossistemas
----------------------	---

TIPOLOGIA	Gestão dos recursos hídricos
-----------	------------------------------

PROJETO/AÇÃO Gestão de recursos hídricos

OBJETIVO	Reabilitação e valorização da rede hidrográfica, desassoreamento de cursos de água e contenção de espécies invasoras
----------	--

LOCALIZAÇÃO	Toda a área de intervenção
-------------	----------------------------

DESCRIÇÃO	Projetos e Obras: > Reabilitação e valorização da rede hidrográfica, através da aplicação de soluções técnicas de engenharia natural; > Desassoreamento, desobstrução e remoção de material dos cursos de água e de albufeiras e criação de espaços de inundação natural; > Contenção de espécies invasoras nos recursos hídricos, tendo em consideração os Planos de Gestão de Riscos (e.g. Planos de Gestão de Riscos de Inundação e Planos de Gestão de Região Hidrográfica).
-----------	--

Pateira de Fermentelos (RV1.6.a)

- > Desassoreamento de zonas degradadas na Pateira, com o objetivo de revitalizar e recuperar o ecossistema aquático e possibilitar atividades de recreio e lazer;
- > Limpeza de margens, com recurso a meios e processos adequados que não comprometam a sua naturalização e função;
- > Requalificação do coberto vegetal, com criação de novas zonas de vegetação e erradicação de espécies infestantes (jacinto-de-água) valorizando a galeria ripícola e a vegetação autóctone;

Proteção e qualificação ambiental dos rios Águeda, Cértima e Levira (RV1.6.b)

- > Rio Águeda: Requalificação ambiental, estabilização de margens e proteção das povoações marginais;
- > Rio Cértima: Requalificação ambiental, estabilização de margens e proteção de pessoas e do património natural e imaterial da região. Assume particular relevo a proteção da zona termal da Curia e a linha ferroviária do norte que acompanha o rio Cértima e ainda as povoações de Tamengos, Curia, Espairo, Canha e Avelãs de Caminho;
- > Rio Levira: Requalificação ambiental, estabilização de margens e proteção das povoações de Levira, Madureira e Amoreira da Gândara.

Projeto Integrado de requalificação das margens dos rios Vouga, Antuá e Caima (RV1.6.c)

- > Estabilização de margens e proteção de pessoas e do património natural e imaterial da região. Proporcionar mais segurança e conforto às pessoas e bens que circulam ao longo das margens do Rio Vouga e Caima, através da requalificação ou criação de trilhos. Criar zonas tampão de forma a aumentar a proteção da floresta contra os incêndios. Estabilizar taludes; consolidar e preservar os ecossistemas e habitats das margens ribeirinhas;

- > No Rio Antuã pretende-se a diminuição de risco de inundação, de risco de pressão das inundações do rio sobre a margem sul do Esteiro de Estarreja e a melhoria de condições para atividade agrícola.

Proteção e qualificação ambiental das margens do rio Cáster (RV1.6.d)

- > Estabilização e aumento da cota das margens. Proteção de pessoas e bens na população no lugar da Ribeira.

Proteção e qualificação ambiental das margens do Rio Lambo até à Barrinha de Esmoriz (RV1.6.e)

- > Alargamento, desobstrução e remoção de material do leito, estabilização das margens e aumento das suas cotas para proteção dos campos agrícolas e aglomerados urbanos nas freguesias de Esmoriz, Cortegaça e Maceda.

Qualificação da zona sul do Parque da Quinta do Ega e sua ligação ao Cais das Folsas Novas (RV1.6.f)

- > Estabilização de margens e proteção de pessoas e do património natural e imaterial da região. Proporcionar mais segurança e conforto às pessoas que circulam ao longo das margens do Rio Boco, através da requalificação ou criação de trilhos, tirando partido da paisagem lagunar e da presença da diversidade de avifauna.

RELAÇÃO COM OUTRAS
AÇÕES

Com todas as ações do presente objetivo estratégico

ENTIDADES ENVOLVIDAS

MAEN / APA, IP / ICNF / CIRA

ORIENTAÇÕES
/OBSERVAÇÕES

INVESTIMENTO – ESTIMATIVA PRELIMINAR (€)	12.645.000
--	------------

FONTES DE FINANCIAMENTO – ESTIMATIVA PRELIMINAR (€)	COMUNITÁRIO			NACIONAL	
	Fundo de Coesão	FEDER	Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e Aquicultura	Fundo Ambiental	CIRA
	PACS	PR CENTRO	MAR2030		
		9.863.100	-	2.063.600	718.300

FICHA DE PROJETO

RV2.1

OBJETIVO ESTRATÉGICO	Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição
----------------------	---

TIPOLOGIA	Conservação da natureza, biodiversidade e património natural
-----------	--

PROJETO/AÇÃO **Conservação da natureza, biodiversidade e património natural**

OBJETIVO	Recuperação e proteção de habitats naturais. Recuperação de ecossistemas degradados. Prevenção, controlo e erradicação de espécies exóticas invasoras
----------	---

LOCALIZAÇÃO	Toda a área de intervenção
-------------	----------------------------

DESCRIÇÃO	Requalificação Ambiental da Lagoa do Moitão/ Covão do Lobo (RV2.1.a) > Promover a qualidade ambiental e paisagística do território, enquanto fator distinto, valorizando o seu património natural, afirmando a região como destino turístico de excelência. > Pretende-se efetuar a limpeza de um passivo ambiental de anos, num local que é um riquíssimo património ambiental, ao nível da flora e da fauna. Este local durante vários anos foi "escolhido" para ser o depósito de todo o tipo de resíduos das Freguesias de Covão do Lobo e Fonte de Angeão. A intervenção pretende repor este património paisagístico único, dotando-o de mecanismos eficazes para evitar que tal situação volte a ocorrer. Ao mesmo tempo pretende-se dotar o espaço de infraestruturas que permita a fruição pouco intensiva do mesmo, promovendo ações de observação da natureza e de visitas ao património natural. Limpeza infestantes (jacintos de água, entre outras) na Pateira de Fermentelos, no rio Vouga e afluentes (RV2.1.b) > Controlo, contenção ou erradicação da espécie exótica invasora jacinto-de-água (<i>Eichhornia crassipes</i>), em associação ou não com outras espécies exóticas invasoras aquáticas, como sejam as ervas-pinheirinhas (<i>Myriophyllum aquaticum</i>, <i>M. brasiliensis</i> e <i>M. heterophyllum</i>), a elódea-africana (<i>Lagarosiphon major</i>) e a azola (<i>Azolla filiculoides</i>), à escala da bacia ou sub-bacia hidrográfica. Restauração e conservação de ecossistemas marinhos/ estuarinos (RV2.1.c) > Pretende-se desenvolver projetos inovadores na Ria de Aveiro que permitam a restauração e conservação de ecossistemas marinhos/ estuarinos, podendo integrar ações como replantação de ervas marinhas, plantação de áreas de sapal/ juncal, instalação de boias sinalizadoras das áreas a preservar, que permitirão conciliar atividades náuticas com a conservação e recuperação da biodiversidade das águas da Ria de Aveiro. Controlo de espécies invasoras em sistemas costeiros (RV2.1d) > Definir planos de ação a implementar, para controlo de espécies invasoras nos sistemas costeiros dunares, nomeadamente através do controlo, contenção ou erradicação de quatro espécies de acácias de origem australiana: <i>Acacia longifolia</i>, <i>A. mearnsii</i>, <i>A. melanoxylon</i> e <i>A. dealbata</i>, da erva-das-pampas (<i>Cortaderia selloana</i>), do chorão (<i>Carpobrotus edulis</i>), entre outras que venham a ser identificadas/ cartografadas. As intervenções devem ainda integrar o arranque ou corte de espécies comumente presentes como as canas (cana-comum: <i>Arundo donax</i>) e as silvas (<i>Rubus ulmifolius</i>).
-----------	--

Promoção, sensibilização e comunicação do valor do património natural português (RV2.1.e)

Desenvolvimento de um plano de promoção, sensibilização e comunicação do valor do património natural da Região de Aveiro, considerando:

- > Edição de material de divulgação ambiental e patrimonial, nomeadamente material específico para cada ação a implementar no âmbito do presente objetivo estratégico;
- > Criação de página da internet e/ou outros suportes digitais destinados a uma sensibilização e divulgação dos valores naturais presentes no território da Região de Aveiro de maior proximidade, em especial com o público mais jovem;
- > Instalação de sinalética informativa e de divulgação adequada e homogénea;
- > Elaboração de mapas, guias e brochuras.

RELAÇÃO COM OUTRAS
AÇÕES

Com todas as ações do presente objetivo estratégico

ENTIDADES ENVOLVIDAS

MAEN / APA, IP / ICNF / CIRA

ORIENTAÇÕES
/OBSERVAÇÕES

INVESTIMENTO –
ESTIMATIVA
PRELIMINAR (€)

1.800.000

FONTES DE FINANCIAMENTO – ESTIMATIVA PRELIMINAR (€)	COMUNITÁRIO			NACIONAL	
	Fundo de Coesão	FEDER	Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e Aquicultura	Fundo Ambiental	CIRA
	PACS	PR CENTRO	MAR2030		
	-	1.404.000	-	231.000	165.000

FICHA DE PROJETO

RV3.1.a

OBJETIVO ESTRATÉGICO	Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas
TIPOLOGIA	Reforço do sistema urbano, nos desafios da descarbonização, digitalização, competitividade e reforço do modelo policêntrico
PROJETO/AÇÃO	Sistema de mobilidade intermunicipal multimodal sustentável Ovar – S. Jacinto
OBJETIVO	Criação de condições para a promoção de formas ambientalmente sustentáveis de fruição das zonas costeiras e margens lagunares, nomeadamente pela criação de um sistema de mobilidade intermunicipal multimodal sustentável que associe as vertentes culturais e naturais existentes neste território.
LOCALIZAÇÃO	Ria de Aveiro entre Ovar e S. Jacinto (Ovar, Murtosa e Aveiro)
DESCRIÇÃO	Projetos e Obras > Construção de sistema de mobilidade intermunicipal multimodal sustentável entre Ovar e S. Jacinto; > Colocação de sinalização territorial e informativa (turística e ambiental): > Criação de zonas de descanso e de contemplação paisagística; > Requalificação paisagística das envolventes à plataforma, promovendo ações de limpeza e de eliminação de espécies infestantes, bem como a plantação de vegetação autóctone, criando corredores verdes.
RELAÇÃO COM OUTRAS AÇÕES	RV2.1.e Promoção, sensibilização e comunicação do valor do património natural português
ENTIDADES ENVOLVIDAS	MAEN / APA, IP / ICNF / CIRA / Infraestruturas de Portugal, IP
ORIENTAÇÕES /OBSERVAÇÕES	As intervenções deverão, preferencialmente, ser realizadas no período de menor perturbação para a ictiofauna e para a avifauna.

INVESTIMENTO – ESTIMATIVA PRELIMINAR (€)

10.730.400

FONTES DE FINANCIAMENTO – ESTIMATIVA PRELIMINAR (€)	COMUNITÁRIO			NACIONAL	
	Fundo de Coesão	FEDER	Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e Aquicultura	Fundo Ambiental	CIRA
	PACS	PR CENTRO	MAR2030		
	-	9.120.840	-	-	1.609.560

FICHA DE PROJETO

RV4.1

OBJETIVO ESTRATÉGICO	Reforçar as atividades de pesca sustentáveis do ponto de vista económico, social e ambiental
TIPOLOGIA	Intervenções em portos e lotas existentes, bem como em locais de desembarque e abrigos

PROJETO/AÇÃO Reabilitação e qualificação de cais na Ria de Aveiro

OBJETIVO	Implementação de ações para reforço das condições de segurança das infraestruturas de descarga, atracação e condições operacionais dos pequenos portos/ cais existentes na Ria de Aveiro, adaptando-as às necessidades específicas da pequena pesca.
----------	--

LOCALIZAÇÃO	Murtosa
-------------	---------

DESCRIÇÃO	Reabilitação do cais da Boca da Marinha (com projeto concluído) (RV4.1.a) > Com a intervenção pretende-se reabilitar um cais que outrora teve atividade e relevância social e económica. Fruto das profundas alterações na hidrodinâmica da ria o cais foi progressivamente degradando-se ficando submerso durante parte da maré. A obra proposta caracteriza-se por uma intervenção profunda ao nível de consolidação das margens com a alteração da altimetria por forma a evitar que o cais fique submerso. Também a acessibilidade rodoviária ao cais será melhorada para potenciar a sua utilização e ainda serão colocadas estruturas flutuantes para permitir uma adequada acostagem das embarcações. A acessibilidade ao cais foi recentemente melhorada por ação de dragagem no âmbito do Polis Litoral Ria de Aveiro. Reabilitação do Cais dos Moliceiros das Quintas do Norte (com projeto concluído) (RV4.1.b) > Pretende-se reabilitar um antigo cais de acostagem de Barcos Moliceiros conferindo-lhe condições para potenciar a atividade profissional da pesca tendo em conta que no lugar das Quintas do Norte habitam cerca de duas dezenas de pescadores que não possuem qualquer infraestrutura de apoio para a sua atividade. A intervenção, para além de considerar a instalação de estruturas flutuantes prevê também a reabilitação e consolidação das margens com alterações da cota e ainda a qualificação dos acessos e respetivas zonas de estacionamento. Reabilitação das estruturas flutuantes do Cais da Cova do Chegado (RV4.1.c) > Pretende-se com a intervenção, qualificar as estruturas flutuantes, melhorando significativamente as condições de segurança para a acostagem das embarcações e para os profissionais da pesca. São objetivos a redução dos prejuízos atualmente causados nas embarcações pela falta de condições de segurança e a redução do risco de acidente para os profissionais que utilizam a infraestrutura. Reabilitação do Cais Poente do Porto de Abrigo do Bico (RV4.1d) > Pretende-se com esta intervenção reabilitar o cais poente do Porto de Abrigo do Bico consolidando as suas margens que se apresentam fortemente degradadas, alteando também as cotas, em termos altimétricos, evitando assim os sucessivos galgamentos a que a infraestrutura atualmente é sujeita. As soluções de acostagem atualmente existentes (palafita) não se revelam minimamente ajustadas à necessidade da comunidade local, e assim, assume-se também como necessária a criação de condições adequadas de acostagem através da instalação de estruturas flutuantes.
-----------	---

Qualificação das condições de acostagem no cais da Ribeira de Pardelhas (RV4.1.e)

- > Pretende-se com esta intervenção dotar o cais da Ribeira de Pardelhas de condições mínimas de acostagem que permitam qualificar o trabalho dos profissionais da pesca que protegem as suas embarcações no referido ancoradouro

Reabilitação do Cais da Bestida (RV4.1.f)

- > Pretende-se com a intervenção, qualificar as estruturas flutuantes e o pontão existente a norte, melhorando significativamente as condições de segurança para a acostagem das embarcações e para os profissionais da pesca. São objetivos a redução dos prejuízos atualmente causados nas embarcações pela falta de condições de segurança e a redução do risco de acidente para os profissionais que utilizam a infraestrutura.

RELAÇÃO COM OUTRAS
AÇÕES

Com todas as ações do presente objetivo estratégico

ENTIDADES ENVOLVIDAS

MAEN / APA, IP / CIRA

ORIENTAÇÕES
/OBSERVAÇÕES

INVESTIMENTO –
ESTIMATIVA
PRELIMINAR (€)

2.885.000

FONTES DE FINANCIAMENTO – ESTIMATIVA PRELIMINAR (€)	COMUNITÁRIO			NACIONAL	
	Fundo de Coesão	FEDER	Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e Aquicultura	Fundo Ambiental	CIRA
	PACS	PR CENTRO	MAR2030		
	-	-	2.019.500	431.081	434.419

Anexo 3 – Mapa de Investimento Plurianual

Mapa de Investimento Plurianual																			(valores em Euros, com IVA)						
Codificação e Designação dos Projetos / Ações / e Naturezas de Despesa							Investimento Total Plano Estratégico (Aditamento)	RiaVIVA																	
								2024	2025 I Trim	2025 II Trim	2025 III Trim	2025 IV Trim	2025	2026 I Trim	2026 II Trim	2026 III Trim	2026 IV Trim	2026	2027	2028	2029	2030	Previsionais 2024/2030	Total da Intervenção	
RV	99	99	99				TOTAL Polis Ria de Aveiro	96 516 777	430 184	0	0	0	961 357	961 357	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1 391 541	73 804 390
	RO			Cod. Ação	nbito Territ	Designação																			
RV	01	00	00			Custos de Estrutura e de Gestão da Intervenção	4 329 748	0	129 399	105 023	201 671	202 053	638 146	171 833	204 802	171 833	204 802	753 269	768 094	783 456	799 125	587 659	4 329 748	4 329 748	
RV	01	01	00			Instalações e Funcionamento	872 284	0	22 024	48 261	62 830	37 723	170 838	36 777	36 777	36 777	36 777	147 108	150 050	153 051	156 112	95 124	872 284	872 284	
RV	01	02	00			Custos Administrativos	3 457 464	0	107 374	56 762	138 841	164 330	467 308	135 056	168 025	135 056	168 025	606 161	618 044	630 405	643 013	492 535	3 457 464	3 457 464	
RV	02	00	00	RV1		Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas em ecossistemas (FC)	68 400 000	0	17 574	6 150	0	71 454	95 178	153 070	431 068	1 786 688	4 943 815	7 314 642	27 291 525	19 203 953	12 783 977	1 710 725	68 400 000	68 400 000	
RV	02	01	00	RV1.1	Multimunicipal	Proteger o litoral e contrariar o recuo da linha de costa através da alimentação do sistema costeiro com sedimentos - alimentação artificial de praias (RV1.1)	20 000 000	0	0	0	0	0	0	0	133 333	133 333	133 333	400 000	350 000	9 625 000	9 625 000	0	20 000 000	20 000 000	
RV	02	02	00	RV1.2	Ovar	Quebra-Mar Destacado do Furadouro e Cortegaça (RV1.2) Não executada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
RV	02	03	00	RV1.3.1	Multimunicipal	Recuperação e Estabilização do Cordão Dunar de Ovar até Mira (RV1.3.1)	4 000 000	0	0	0	0	0	0	0	20 000	20 000	40 000	80 000	1 040 000	960 000	960 000	960 000	4 000 000	4 000 000	
RV	02	04	00	RV1.3.2.a	Ílhavo	Reabilitação/ reconstrução do dique de contenção das águas da ria entre a Gafanha de Aquém e a Gafar	1 900 000	0	0	0	5 000	5 000	15 000	0	17 500	5 000	37 500	1 857 500	0	0	0	1 900 000	1 900 000		
RV	02	05	00	RV1.3.2.b	Ílhavo	Reabilitação / reconstrução da estrada da Riamar na Barra, com reforço das suas características de estr	950 000	0	0	0	0	0	0	15 000	5 000	5 000	17 500	42 500	907 500	0	0	0	950 000	950 000	
RV	02	06	00	RV1.3.2.c	Ovar	Defesa e Proteção dos Campos Agrícolas na Frente Lagunar de Ovar da Intrusão Salina (RV1.3.2.c)	500 000	0	0	0	0	0	0	3 500	10 500	3 500	12 250	29 750	470 250	0	0	0	500 000	500 000	
RV	02	07	00	RV1.3.2.d	Estarreja	Construção de motas de proteção entre a Ribeira da Aldeia e a Ribeira do Mourão (RV1.3.2.d)	2 100 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	840 000	840 000	1 260 000	0	0	0	2 100 000	2 100 000	
RV	02	08	00	RV1.3.2.e	Estarreja	Construção de motas de proteção entre a Ribeira das Teixugueiras e a Ribeira da Aldeia (RV1.3.2.e)	1 100 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	440 000	440 000	660 000	0	0	0	1 100 000	1 100 000	
RV	02	09	00	RV1.3.2.f	Estarreja	Construção de motas de proteção entre o Esteiro de Estarreja e a Ribeira Nova (RV1.3.2.f)	1 475 000	0	0	0	0	0	0	5 000	10 000	0	17 500	32 500	1 442 500	0	0	0	1 475 000	1 475 000	
RV	02	10	00	RV1.3.2.g	Murtosa	Construção da Mota de Proteção entre a Ribeira do Martinho e a Ribeira das Teixugueiras (RV1.3.2.g)	700 000	0	0	0	0	9 840	9 840	11 070	0	0	377 347	388 417	301 743	0	0	0	700 000	700 000	
RV	02	11	00	RV1.3.2.h	Murtosa	Reforço de motas de proteção entre a Ponte da Varela e o Cais do Manceão (RV1.3.2.h)	1 600 000	0	0	0	0	0	0	0	10 000	30 000	10 000	50 000	1 550 000	0	0	0	1 600 000	1 600 000	
RV	02	12	00	RV1.3.2.i	Murtosa	Consolidação de taludes da marginal entre a Ponte da Varela e a Bestida (RV1.3.2.i)	1 950 000	0	0	0	0	0	7 500	7 500	22 500	7 500	0	26 250	56 250	1 886 250	0	0	0	1 950 000	1 950 000
RV	02	13	00	RV1.3.2.j	Murtosa	Consolidação de taludes da marginal nos Ameirinhos (RV1.3.2.j)	490 000	0	0	0	0	0	4 000	4 000	12 000	4 000	0	14 000	30 000	456 000	0	0	0	490 000	490 000
RV	02	14	00	RV1.3.2.k	Multimunicipal	Proteção das margens da Ria e redução da erosão costeira com sedimentos provenientes das dragagens	1 980 000	0	0	0	0	0	0	0	1 750	5 250	0	7 000	1 578 750	394 250	0	0	1 980 000	1 980 000	
RV	02	15	00	RV1.3.2.l	Aveiro	Construção e Consolidação de motas e diques no Lago do Paraíso (RV1.3.2.l)	8 110 000	0	0	0	0	0	0	0	41 000	123 000	41 000	205 000	3 223 500	3 891 000	790 500	0	8 110 000	8 110 000	
RV	02	16	00	RV1.3.2.m	Vagos	Proteção e Qualificação das Margens do Canal de Mira (Vagueira-Areão) (RV1.3.2.m)	2 150 000	0	0	0	0	0	0	0	7 500	22 500	7 500	37 500	1 067 500	1 045 000	0	0	2 150 000	2 150 000	
RV	02	17	00	RV1.4.a	Multimunicipal	Dragagens dos canais da Ria de Aveiro com transposição de sedimentos nos sistemas litorais (RV1.4.a)	3 000 000	0	0	0	0	0	0	0	0	20 000	60 000	80 000	90 000	678 673	1 403 477	747 850	3 000 000	3 000 000	
RV	02	18	00	RV1.4.b	Espinho/Ovar	Recuperação do Sistema Aquático, Dique-fusível e Consolidação Dunar na Barrinha de Esmoriz (RV1.4.i	3 650 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3 650 000	0	0	0	3 650 000	3 650 000	
RV	02	19	00	RV1.5.a	Multimunicipal	Sensibilização e divulgação dos valores naturais (RV1.5.a)	100 000	0	17 574	0	0	29 551	47 125	20 000	5 000	5 000	5 000	35 000	5 000	5 000	5 000	2 875	100 000	100 000	
RV	02	20	00	RV1.6.a	veiro/Oliveira	Desassoreamento para reforço de margens na Pateira de Fermentelos e construção de açude no rio Águ	5 120 000	0	0	6 150	0	0	6 150	0	140 485	1 340 385	2 809 635	4 290 504	823 346	0	0	0	5 120 000	5 120 000	
RV	02	21	00	RV1.6.b	nadia/Oliveira	Proteção e qualificação ambiental dos rios Águeda, Cártima e Levira (RV1.6.b)	2 400 000	0	0	0	5 000	5 000	20 000	20 000	20 000	20 000	20 000	80 000	1 160 000	1 155 000	0	0	2 400 000	2 400 000	
RV	02	22	00	RV1.6.c	Albergaria-a	Projeto Integrado de Requalificação das margens dos rios Vouga, Antuã e Caima (RV1.6.c)	3 000 000	0	0	0	0	0	0	0	0	15 000	45 000	60 000	1 489 969	1 450 031	0	0	3 000 000	3 000 000	
RV	02	23	00	RV1.6.d	Ovar	Proteção e qualificação ambiental das margens do rio Cáster (RV1.6.d)	720 000	0	0	0	0	6 824	6 824	12 000	0	10 177	0	22 177	691 000	0	0	0	720 000	720 000	
RV	02	24	00	RV1.6.e	Ovar	Proteção e qualificação ambiental das margens do Rio Lambo até à Barrinha de Esmoriz (RV1.6.e)	825 000	0	0	0	0	3 739	3 739	12 000	0	16 044	0	28 044	793 217	0	0	0	825 000	825 000	
RV	02	25	00	RV1.6.f	Vagos	Qualificação da zona sul do Parque da Quinta do Ega e sua ligação ao Cais das Folsas Novas (RV1.6.f)	580 000	0	0	0	0	0	0	5 000	15 000	0	22 500	42 500	537 500	0	0	0	580 000	580 000	
RV	03	00	00	RV2		Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição	1 800 000	0	0	0	0	0	0	11 000	7 000	15 000	14 000	47 000	759 000	443 333	275 333	275 333	1 800 000	1 800 000	
RV	03	01	00	RV2.1.a	Vagos	Requalificação Ambiental da Lagoa do Moitão / Covão do Lobo (RV2.1.a)	350 000	0	0	0	0	0	0	6 000	2 000	7 000	0	15 000	335 000	0	0	0	350 000	350 000	
RV	03	02	00	RV2.1.b	a-Velha/Aveir	Limpeza infestantes (jacintos de água, entre outras) na Pateira de Fermentelos, no rio Vouga e afluentes	800 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	34 000	255 333	255 333	255 333	800 000	800 000	
RV	03	03	00	RV2.1.c	Murtosa, Aveir	Restauração e conservação de ecossistemas marinhos/ estuários (RV2.1.c)	350 000	0	0	0	0	0	0	0	2 000	6 000	8 000	174 000	168 000	0	0	0	350 000	350 000	
RV	03	04	00	RV2.1.d	Multimunicipal	Controlo de espécies invasoras em sistemas costeiros (RV2.1.d)	200 000	0	0	0	0	0	0	0	0	1 000	3 000	4 000	196 000	0	0	0	200 000	200 000	
RV	03	05	00	RV2.1.e	Multimunicipal	Promoção, sensibilização e comunicação do valor do património natural (RV2.1.e)	100 000	0	0	0	0	0	0	5 000	5 000	5 000	5 000	20 000	20 000	20 000	20 000	20 000	100 000	100 000	
RV	04	00	000																						

Mapa de Investimento Plurianual																	(valores em Euros, com IVA)		
Codificação e Designação dos Projetos / Ações / e Naturezas de Despesa		Investimento Total Plano Estratégico (Aditamento)	RiaVIVA																
			2024	2025 I Trim	2025 II Trim	2025 III Trim	2025 IV Trim	2025	2026 I Trim	2026 II Trim	2026 III Trim	2026 IV Trim	2026	2027	2028	2029	2030	Previsionais 2024/2030	Total da Intervenção
02	Consumos	223 313	0	4 709	5 709	9 164	9 164	28 745	9 347	9 347	9 347	9 347	37 388	38 136	38 898	39 676	40 470	223 313	223 313
03	Limpezas / Reparações	31 541	0	0	1 667	1 667	1 667	5 000	1 275	1 275	1 275	1 275	5 100	5 202	5 306	5 412	5 520	31 541	31 541
04	Mobiliário e Equipamentos	201 413	0	923	22 493	33 106	8 000	64 521	8 000	8 000	8 000	8 000	32 000	32 640	33 293	33 959	5 000	201 413	201 413
05	Despesas de Funcionamento	416 017	0	16 393	18 393	18 893	18 893	72 572	18 155	18 155	18 155	18 155	72 620	74 072	75 554	77 065	44 134	416 017	416 017
10	Remunerações Pessoal	2 816 034	0	96 136	43 124	106 503	137 992	383 755	108 633	140 752	108 633	140 752	498 770	508 745	518 920	529 299	376 546	2 816 034	2 816 034
11	Remuneração Órgãos Sociais	93 456	0	5 150	4 300	9 850	3 850	23 150	3 000	3 850	3 000	3 850	13 700	13 734	14 009	14 289	14 575	93 456	93 456
12	Remuneração Serviços Externos	519 703	0	6 089	8 589	21 738	21 738	58 153	22 173	22 173	22 173	22 173	88 691	90 465	92 274	94 119	96 002	519 703	519 703
13	Despesas Representação	28 270	0	0	750	750	750	2 250	1 250	1 250	1 250	1 250	5 000	5 100	5 202	5 306	5 412	28 270	28 270
36	Estudos e Planos	670 000	0	17 574	0	0	29 551	47 125	25 000	112 985	119 135	112 985	370 104	179 896	25 000	25 000	22 875	670 000	670 000
41	Aquisição de Terrenos e/ou Edifícios	175 000	0	0	0	0	0	0		87 500	87 500	0	175 000	0	0	0	0	175 000	175 000
45	Projetos	2 812 500	0	0	6 150	0	41 903	48 053	159 070	297 583	460 054	542 843	1 459 550	1 077 647	135 250	72 500	19 500	2 812 500	2 812 500
50	Empreitadas	77 215 400	0	0	0	0	0	0	0	0	1 150 000	4 516 988	5 666 988	33 060 681	24 117 237	12 571 811	1 798 683	77 215 400	77 215 400
51	Fiscalização	2 942 500	0	0	0	0	0	0	0	0	37 500	162 500	200 000	1 472 500	735 000	390 000	145 000	2 942 500	2 942 500
Total RiaViva		88 145 148	0	146 973	111 173	201 671	273 507	733 324	355 903	702 869	2 026 021	5 540 117	8 624 910	36 558 819	25 795 942	13 858 436	2 573 717	88 145 148	88 145 148

Anexo 4 – Mapa de Investimento e Financiamento

Codificação e Designação dos Projetos / Ações / Naturezas						Financiamento do Investimento										Financiamento Total	
						Investimento Total em Sede de Plano	Financiamento Total até 31.12.2024 Polis Ria de Aveiro (FC e outros)	Financiamento Comunitário Portugal 2030 a Contratar					Capital Social				Outros Financiamentos
								PACS - RSO 2.4	PR Centro - RSO 2.4	PR Centro - RSO 2.7	PR Centro - RSO 5.1	FEAMPA - OE 1.1	Total	Estado	CIRA		Fundo Ambiental
TOTAL Polis Ria Aveiro						73 804 390	47 915 157					25 889 233	17 209 657	8 679 576		73 804 390	
RO		Cod. Ação		Designação		Âmbito Territorial											
RV	01	00	00	Custos de Estrutura e de Gestão da Intervenção		4 329 748	0	0	0	0	0	4 329 748	1 457 343	2 872 405	0	4 329 748	
RV	01	01	00	Instalações e Funcionamento		872 284	0					872 284	300 203	572 080	0	872 284	
RV	01	02	00	Custos Administrativos		3 457 464	0					3 457 464	1 157 139	2 300 325	0	3 457 464	
RV	02	00	00	RV1	Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas em ecossistemas	68 400 000	0	47 391 750	9 863 100	0	0	1 270 600	0	1 270 600	9 874 550	68 400 000	
RV	02	01	00	RV1.1	Proteger o litoral e contrariar o recuo da linha de costa através da alimentação do sistema costeiro com sedimentos - alimentação artificial de praias (RV1.1)	20 000 000		17 000 000				0	0	0	3 000 000	20 000 000	
RV	02	02	00	RV1.2	Quebra-Mar Destacado do Furadouro e Cortegaça (RV1.2)	0		0				0	0	0	0	0	
RV	02	03	00	RV1.3.1	Recuperação e Estabilização do Cordão Dunar de Ovar até Mira (RV1.3.1)	4 000 000		3 400 000				0	0	0	600 000	4 000 000	
RV	02	04	00	RV1.3.2.a	Reabilitação/ reconstrução do dique de contenção das águas da ria entre a Gafanha de Aquém e a Gafanha da Boavista (RV1.3.2.a)	1 900 000		1 615 000				57 000	0	57 000	228 000	1 900 000	
RV	02	05	00	RV1.3.2.b	Reabilitação / reconstrução da estrada da Riamar na Barra, com reforço das suas características de estrada-dique (RV1.3.2.b)	950 000		807 500				57 000	0	57 000	85 500	950 000	
RV	02	06	00	RV1.3.2.c	Defesa e Proteção dos Campos Agrícolas na Frente Lagunar de Ovar da Intrusão Salina (RV1.3.2.c)	500 000		425 000				30 000	0	30 000	45 000	500 000	
RV	02	07	00	RV1.3.2.d	Construção de motas de proteção entre a Ribeira da Aldeia e a Ribeira do Mourão (RV1.3.2.d)	2 100 000		1 785 000				51 000	0	51 000	264 000	2 100 000	
RV	02	08	00	RV1.3.2.e	Construção de motas de proteção entre a Ribeira das Teixugueiras e a Ribeira da Aldeia (RV1.3.2.e)	1 100 000		935 000				33 000	0	33 000	132 000	1 100 000	
RV	02	09	00	RV1.3.2.f	Construção de motas de proteção entre o Esteiro de Estarreja e a Ribeira Nova (RV1.3.2.f)	1 475 000		1 253 750				19 800	0	19 800	201 450	1 475 000	
RV	02	10	00	RV1.3.2.g	Construção da Mota de Proteção entre a Ribeira do Martinho e a Ribeira das Teixugueiras (RV1.3.2.g)	700 000		595 000				33 000	0	33 000	72 000	700 000	
RV	02	11	00	RV1.3.2.h	Reforço de motas de proteção entre a Ponte da Varela e o Cais do Mancelão (RV1.3.2.h)	1 600 000		1 360 000				96 000	0	96 000	144 000	1 600 000	
RV	02	12	00	RV1.3.2.i	Consolidação de taludes da marginal entre a Ponte da Varela e a Bestida (RV1.3.2.i)	1 950 000		1 657 500				69 000	0	69 000	223 500	1 950 000	
RV	02	13	00	RV1.3.2.j	Consolidação de taludes da marginal nos Ameirinhos (RV1.3.2.j)	490 000		416 500				21 000	0	21 000	52 500	490 000	
RV	02	14	00	RV1.3.2.k	Proteção das margens da Ria e redução da erosão costeira com sedimentos provenientes das dragagens das bacias de Ovar, Murtosa, Estarreja, Aveiro, Ílhavo e Vagos (RV1.3.2.k)	1 980 000		1 683 000				0	0	0	297 000	1 980 000	
RV	02	15	00	RV1.3.2.l	Construção e Consolidação de motas e diques no Lago do Paraíso (RV1.3.2.l)	8 110 000		6 893 500				0	0	0	1 216 500	8 110 000	
RV	02	16	00	RV1.3.2.m	Proteção e Qualificação das Margens do Canal de Mira (Vagueira-Areão) (RV1.3.2.m)	2 150 000		1 827 500				75 000	0	75 000	247 500	2 150 000	
RV	02	17	00	RV1.4.a	Dragagens dos canais da Ria de Aveiro com transposição de sedimentos nos sistemas litorais (RV1.4.a)	3 000 000		2 550 000				0	0	0	450 000	3 000 000	
RV	02	18	00	RV1.4.b	Recuperação do Sistema Aquático, Dique-fusível e Consolidação Dunar na Barrinha de Esmoriz (RV1.4.b)	3 650 000		3 102 500				0	0	0	547 500	3 650 000	
RV	02	19	00	RV1.5.a	Sensibilização e divulgação dos valores naturais (RV1.5.a)	100 000		85 000				10 500	0	10 500	4 500	100 000	
RV	02	20	00	RV1.6.a	Desassoreamento para reforço de margens na Pateira de Fermentelos e construção de açude no rio Águeda (RV1.6.a)	5 120 000		0	3 993 600			0	0	0	1 126 400	5 120 000	
RV	02	21	00	RV1.6.b	Proteção e qualificação ambiental dos rios Águeda, Cértima e Levira (RV1.6.b)	2 400 000		0	1 872 000			264 000	0	264 000	264 000	2 400 000	
RV	02	22	00	RV1.6.c	Projeto Integrado de Requalificação das margens dos rios Vouga, Antuá e Caima (RV1.6.c)	3 000 000		0	2 340 000			330 000	0	330 000	330 000	3 000 000	
RV	02	23	00	RV1.6.d	Proteção e qualificação ambiental das margens do rio Cáster (RV1.6.d)	720 000		0	561 600			27 500	0	27 500	130 900	720 000	
RV	02	24	00	RV1.6.e	Proteção e qualificação ambiental das margens do Rio Lambo até à Barrinha de Esmoriz (RV1.6.e)	825 000		0	643 500			33 000	0	33 000	148 500	825 000	
RV	02	25	00	RV1.6.f	Qualificação da zona sul do Parque da Quinta do Ega e sua ligação ao Cais das Folsas Novas (RV1.6.f)	580 000		0	452 400			63 800	0	63 800	63 800	580 000	
RV	03	00	00	RV2	Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição	1 800 000		0	0	1 404 000	0	0	165 000	0	165 000	231 000	1 800 000
RV	03	01	00	RV2.1.a	Requalificação Ambiental da Lagoa do Moitão / Covão do Lobo (RV2.1.a)	350 000				273 000		38 500	0	38 500	38 500	350 000	
RV	03	02	00	RV2.1.b	Limpeza infestantes (jacintos de água, entre outras) na Pateira de Fermentelos, no rio Vouga e afluentes (RV2.1.b)	800 000				624 000		70 400	0	70 400	105 600	800 000	
RV	03	03	00	RV2.1.c	Restauração e conservação de ecossistemas marinhos/ estuarinos (RV2.1.c)	350 000				273 000		23 100	0	23 100	53 900	350 000	
RV	03	04	00	RV2.1.d	Controlo de espécies invasoras em sistemas costeiros (RV2.1.d)	200 000				156 000		17 600	0	17 600	26 400	200 000	
RV	03	05	00	RV2.1.e	Promoção, sensibilização e comunicação do valor do património natural (RV2.1.e)	100 000				78 000		15 400	0	15 400	6 600	100 000	
RV	04	00	00	RV3	Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas	10 730 400		0	0	0	9 120 840	0	1 609 560	0	1 609 560	0	10 730 400
RV	04	01	00	RV3.1.a	Sistema de mobilidade intermunicipal multimodal sustentável Ovar – S. Jacinto	10 730 400					9 120 840	1 609 560	0	1 609 560	0	10 730 400	
RV	05	00	00	RV4	Reforçar as atividades de pesca sustentáveis do ponto de vista económico, social e ambiental	2 885 000		0	0	0	2 019 500	434 419	0	434 419		431 081	2 885 000
RV	05	01	00	RV4.1.a	Reabilitação do cais da Boca da Marinha (RV4.1.a)	0					0	0	0	0	0	0	0
RV	05	02	00	RV4.1.b	Reabilitação do Cais dos Moliceiros das Quintas do Norte (RV4.1.b)	400 000					280 000	84 000	0	84 000	36 000	400 000	
RV	05	03	00	RV4.1.c	Reabilitação das estruturas flutuantes do Cais da Cova do Chegado (RV4.1.c)	250 000					175 000	52 500	0	52 500	22 500	250 000	
RV	05	04	00	RV4.1.d	Reabilitação do Cais Poente do Porto de Abrigo do Bico (RV4.1.d)	0					0	0	0	0	0	0	0
RV	05	05	00	RV4.1.e	Qualificação das condições de acostagem no cais da Ribeira de Pardelhas (RV4.1.e)	1 500 000					1 050 000	143 569	0	143 569	306 431	1 500 000	
RV	05	06	00	RV4.1.f	Reabilitação do cais da Bestida (RV4.1.f)	735 000					514 500	154 350	0	154 350	66 150	735 000	
TOTAL RiaViva						88 145 148	0	47 391 750	9 863 100	1 404 000	9 120 840	2 019 500	7 809 327	1 457 343	6 351 984	10 536 631	88 145 148
TOTAL Polis Ria Aveiro e RiaViva						161 949 538	47 915 157	47 391 750	9 863 100	1 404 000	9 120 840	2 019 500	33 698 560	18 667 000	15 031 560	10 536 631	161 949 538
Capital Social subscrito/ Adicional protocolado												30 700 000	17 192 000	13 508 000	0	Valores Solicitados	
Capital Social Realizado												25 871 576	17 192 000	8 679 576	0	Diferença	
Capital a Realizar face ao Orçamento													1 475 000	6 351 984	10 536 631		

Anexo 5 – Plano Financeiro Plurianual

	Financiamento Total até 31.12.2023 Polis Ria de Aveiro	2024	2025	I trim 2026	II trim 2026	III trim 2026	IV trim 2026	2026	2027	2028	2029	2030	PAO2024/2030 Financiamento Total Polis e RiaViva 2024_2030	Total da Intervenção Polis Litoral e RiaViva
1. Despesa Total (valores com IVA)	72 412 849	430 184	1 694 681	355 903	702 869	2 026 021	5 540 117	8 624 910	36 558 819	25 795 942	13 858 436	2 573 717	89 536 689	161 949 538
1.1 Investimento Direto da Sociedade Polis Ria Aveiro	72 412 849	430 184	961 357	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1 391 541	73 804 390
1.2 Investimento Direto da Sociedade RiaViva	0	0	733 324	355 903	702 869	2 026 021	5 540 117	8 624 910	36 558 819	25 795 942	13 858 436	2 573 717	88 145 148	88 145 148
2. Financiamento Total	72 662 956	1 123 777	1 203 263	2 656 457	630 225	1 469 023	4 274 614	9 030 319	36 429 985	25 536 132	13 592 714	2 370 392	89 286 582	161 949 538
2.1. Capital Social	25 871 576	0	423 262	704 986	0	0	0	704 986	2 562 954	1 137 222	0	0	4 828 424	30 700 000
ESTADO	17 192 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	17 192 000
CIRA	8 679 576	0	423 262	704 986	0	0	0	704 986	2 562 954	1 137 222	0	0	4 828 424	13 508 000
2.2. Prestações Suplementares	0	0	730 000	745 000	0	0	0	745 000	0	548 977	557 749	416 833	2 998 560	2 998 560
ESTADO	0	0	730 000	745 000	0	0	0	745 000	0	0	0	0	1 475 000	1 475 000
CIRA	0	0	0					0		548 977	557 749	416 833	1 523 560	1 523 560
2.2. Outros Financiamentos	0	0	50 000	1 206 472	0	0	0	1 206 472	4 238 947	2 802 705	1 953 824	284 683	10 536 631	10 536 631
Fundo Ambiental	0	0	50 000	1 206 472	0	0	0	1 206 472	4 238 947	2 802 705	1 953 824	284 683	10 536 631	10 536 631
2.3. Financiamento Comunitário	43 315 565	1 123 777	0	0	630 225	1 469 023	4 274 614	6 373 861	29 628 084	21 047 228	11 081 141	1 668 876	70 922 967	114 238 532
POSEUR TOTAL CONTRATADO	25 698 742	1 123 777	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1 123 777	26 822 519
FINANCIAMENTO DIVERSO A CONTRATAR RIA VIVA	0	0	0	0	630 225	1 469 023	4 274 614	6 373 861	29 628 084	21 047 228	11 081 141	1 668 876	69 799 190	69 799 190
PACS - RSO 2.4	0	0	0	0	368 151	327 321	1 739 678	2 435 150	18 527 019	14 109 084	10 866 381	1 454 116	47 391 750	47 391 750
PR Centro - RSO 2.4	0	0	0	0	192 034	1 093 252	2 259 765	3 545 051	4 286 125	2 031 924	0	0	9 863 100	9 863 100
PR Centro - RSO 2.7	0	0	0	0	14 040	11 700	10 920	36 660	592 020	345 800	214 760	214 760	1 404 000	1 404 000
PR Centro - RSO 5.1	0	0	0	0	0	0	0	0	4 560 420	4 560 420	0	0	9 120 840	9 120 840
FEAMPA - OE 1.1	0	0	0	0	56 000	36 750	264 250	357 000	1 662 500	0	0	0	2 019 500	2 019 500
2.4. Fin Adicional Total público	1 841 346	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1 841 346
2.5. Fin Privado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.6. Outras Receitas	1 634 469	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1 634 469
3. Saldo da Intervenção (Financiamento - Investimento) - No Período	250 107	693 593	-491 418	2 300 555	-72 645	-556 998	-1 265 503	405 408	-128 834	-259 810	-265 722	-203 325	-250 107	0
4. Saldo da Intervenção (Financiamento - Investimento) - Acumulado	250 107	943 700	452 282	2 752 837	2 680 192	2 123 193	857 690	857 690	728 857	469 047	203 325	0	0	0

Anexo 6 – Balanço Previsional

BALANÇO

Rubricas	Notas	Unidade: euros								
		2024	2025	2025	1.ºT2026	2.ºT2026	3.ºT2026	4.ºT2026	2027	2028
		Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
ATIVO										
Ativo não corrente										
Ativos fixos tangíveis		72 100 816 €	76 489 673 €	72 834 139 €	73 190 042 €	73 892 912 €	75 918 933 €	81 459 050 €	118 017 869 €	143 813 811 €
Propriedades de Investimento										
Ativos intangíveis										
Ativos biológicos										
Participações financeiras										
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis										
Clientes, contribuintes e utentes										
Acionistas / Sócios / Associados										
Diferimentos										
Outros ativos financeiros		10 104 €	10 104 €	10 104 €	10 104 €	10 104 €	10 104 €	10 104 €	10 104 €	10 104 €
Ativos por impostos diferidos										
Outras contas a receber										
Subtotal		72 110 919 €	76 499 777 €	72 844 243 €	73 200 146 €	73 903 015 €	75 929 037 €	81 469 154 €	118 027 972 €	143 823 914 €
Ativo corrente										
Inventários										
Ativos biológicos										
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis										
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis										
Clientes, contribuintes e utentes										
Estado e outros entes públicos		6 739 €	7 233 €	6 739 €	6 739 €	6 739 €	6 739 €	6 739 €	6 739 €	6 739 €
Acionistas / Sócios / Associados		4 828 424 €	4 732 424 €	4 405 162 €	3 700 176 €	3 700 176 €	3 700 176 €	3 700 176 €	1 137 222 €	0 €
Outras contas a receber		78 782 €	82 329 €	78 782 €	78 782 €	78 782 €	78 782 €	78 782 €	78 782 €	78 782 €
Diferimentos		1 326 €	2 155 €	10 692 €	10 692 €	10 692 €	10 692 €	10 692 €	10 692 €	10 692 €
Ativos financeiros detidos para negociação										
Outros ativos financeiros										
Ativos não correntes detidos para venda										
Caixa e depósitos		1 154 319 €	2 327 535 €	452 282 €	2 752 836 €	2 680 191 €	2 123 193 €	857 690 €	728 856 €	469 046 €
Subtotal		6 069 589 €	7 151 677 €	4 953 656 €	6 549 225 €	6 476 580 €	5 919 582 €	4 654 079 €	1 962 291 €	565 259 €
Total do Ativo		78 180 509 €	83 651 454 €	77 797 899 €	79 749 371 €	80 379 596 €	81 848 618 €	86 123 232 €	119 990 263 €	144 389 173 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO										
Património / Capital		30 700 000 €	33 334 000 €	30 700 000 €	30 700 000 €	30 700 000 €	30 700 000 €	30 700 000 €	30 700 000 €	30 700 000 €
Ações (quotas) próprias										
Outros instrumentos de capital próprio				730 000 €	1 475 000 €	1 475 000 €	1 475 000 €	1 475 000 €	1 475 000 €	2 023 977 €
Prémios de emissão										
Reservas										
Resultados transitados										
Ajustamentos em ativos financeiros										
Excedentes de revalorização										
Outras variações no Património Líquido		46 300 468 €	50 305 064 €	46 350 468 €	47 556 940 €	48 187 165 €	49 656 187 €	53 930 801 €	87 797 832 €	111 647 765 €
Resultado líquido do período										
Dividendos antecipados										
Interesses que não controlam										
Total do Património Líquido		77 000 468 €	83 639 064 €	77 780 468 €	79 731 940 €	80 362 165 €	81 831 187 €	86 105 801 €	119 972 832 €	144 371 742 €
PASSIVO										
Passivo não corrente										
Provisões		961 357 €								
Financiamentos obtidos										
Fornecedores de investimentos										
Fornecedores										
Responsabilidade por benefícios pós-emprego										
Diferimentos										
Passivos por impostos diferidos										
Outras contas a pagar										
Subtotal		961 357 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Passivo corrente										
Credores por transferências e subsídios concedidos										
Fornecedores		9 475 €	3 814 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes										
Estado e outros entes públicos		8 576 €	8 576 €	17 431 €	17 431 €	17 431 €	17 431 €	17 431 €	17 431 €	17 431 €
Acionistas / Sócios / Associados										
Financiamentos obtidos										
Fornecedores de investimentos										
Outras contas a pagar										
Diferimentos										
Passivos financeiros detidos para negociação										
Outros passivos financeiros		200 633 €								
Subtotal		218 684 €	12 390 €	17 431 €	17 431 €	17 431 €	17 431 €	17 431 €	17 431 €	17 431 €
Total do Passivo		1 180 041 €	12 390 €	17 431 €	17 431 €	17 431 €	17 431 €	17 431 €	17 431 €	17 431 €
Total do Património Líquido e Passivo		78 180 509 €	83 651 454 €	77 797 899 €	79 749 371 €	80 379 596 €	81 848 619 €	86 123 232 €	119 990 263 €	144 389 174 €

Anexo 7 – Demonstração de Resultados por Natureza Previsional

Anexo 8 – Demonstração de Fluxos de Caixa Previsional

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Unidade: euros

Rubricas	Notas	2024	2025	2025	1.ºT2026	2.ºT2026	3.ºT2026	4.ºT2026	2027	2028
		Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
Fluxos de caixa de atividades operacionais										
Recebimentos de clientes										
Recebimentos de contribuintes										
Recebimentos de utentes										
Pagamentos a fornecedores		-110 645 €	-260 541 €	-187 320 €	-55 200 €	-110 399 €	-165 599 €	-220 799 €	-224 975 €	-229 474 €
Pagamentos ao pessoal		-177 293 €	-265 712 €	-227 111 €	-63 234 €	-144 496 €	-207 730 €	-288 992 €	-294 772 €	-300 667 €
Caixa gerada pelas operações	-	287 939 €	526 253 €	414 431 €	118 434 €	254 895 €	373 329 €	509 791 €	519 746 €	530 141 €
Outros recebimentos/pagamentos		-143 000 €	-1 849 027 €	-1 331 170 €	-45 399 €	-105 739 €	-366 179 €	-1 271 159 €	-6 400 591 €	-4 729 749 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	-	430 938 €	2 375 280 €	1 745 601 €	163 833 €	360 634 €	739 508 €	1 780 949 €	6 920 337 €	5 259 890 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento										
Pagamentos respeitantes a:										
Ativos fixos tangíveis			-2 966 667 €	-159 699 €	-192 070 €	-698 138 €	-2 345 286 €	-6 843 961 €	-29 638 481 €	-20 536 052 €
Ativos intangíveis										
Propriedades de investimento										
Investimentos financeiros										
Outros Ativos										
Recebimentos provenientes de:										
Ativos fixos tangíveis										
Ativos intangíveis										
Propriedades de investimento										
Investimentos financeiros										
Outros Ativos										
Subsídios ao investimento		1 123 777 €	3 004 050 €	0 €	0 €	630 225 €	2 099 248 €	6 373 861 €	29 628 084 €	21 047 228 €
Transferências de capital										
Juros e rendimentos similares										
Dividendos										
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		1 123 777 €	37 383 €	159 699 €	192 070 €	67 913 €	246 038 €	470 100 €	10 397 €	511 176 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento										
Recebimentos provenientes de:										
Financiamentos obtidos										
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			2 730 000 €	1 153 262 €	1 449 986 €	1 449 986 €	1 449 986 €	1 449 986 €	2 562 954 €	1 686 199 €
Cobertura de prejuízos										
Doações										
Outras operações de financiamento			1 000 000 €	50 000 €	1 206 472 €	1 206 472 €	1 206 472 €	1 206 472 €	4 238 947 €	2 802 705 €
Pagamentos respeitantes a:										
Financiamentos obtidos										
Juros e gastos similares		-18 €								
Dividendos										
Reduções de capital e outros instrumentos de capital										
Outras operações de financiamento										
Fluxos de caixa de atividades de financiamento (c)	-	18 €	3 730 000 €	1 203 263 €	2 656 457 €	2 656 457 €	2 656 457 €	2 656 457 €	6 801 901 €	4 488 904 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a + b + c)		692 821 €	1 392 103 €	702 037 €	2 300 555 €	2 227 910 €	1 670 911 €	405 408 €	128 834 €	259 810 €
Caixa e seus equivalentes no início do período		461 498 €	935 432 €	1 154 319 €	452 282 €	452 282 €	452 282 €	452 282 €	857 690 €	728 856 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 154 319 €	2 327 535 €	452 282 €	2 752 836 €	2 680 192 €	2 123 193 €	857 690 €	728 856 €	469 046 €

Anexo 9 – Mapa de Recursos Humanos – triénio 2026-2028



Unidade								
Pessoal	2024	2025	2025	2026	2027	2028	Δ (2026-2025)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
N.º Total de Trabalhadores	9	15	14	14	14	14	0	0%
N.º de membros dos órgãos sociais	5	6	6	6	6	6	0	0%
N.º de membros cargos de direção	1	1	1	1	1	1	0	0%
N.º dos restantes trabalhadores	3	8	7	7	7	7	0	0%
Gastos totais com pessoal*	337 495	471 048	406 905	512 470	522 479	532 928	105 565	26%
Gastos com órgãos sociais**	15 669 €	18 562 €	23 150 €	13 700 €	13 734 €	14 009 €	-9 450	-41%
Gastos com cargos de direção	77 066 €	0 €	49 394 €	66 742 €	68 077 €	69 438 €	17 348	35%
Remuneração do pessoal	161 697 €	338 527 €	227 067 €	337 165 €	343 908 €	350 785 €	110 098	48%
Benefícios pós-emprego	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0	
Ajudas de custo	126 €	1 000 €	1 000 €	6 837 €	6 974 €	7 113 €	5 837	584%
Rescisões / Indemnizações	23 573 €	0 €	37 895 €		0 €	0 €	-37 895	-100%
Restantes encargos	59 364 €	112 959 €	68 399 €	88 026 €	89 787 €	91 582 €	19 627	29%
Informação adicional								
(i) Gastos com as contratações autorizadas ou previstas em		103 334 €	78 286 €				-78 286	-100%
(ii) Gastos com as contratações previstas em anos subsequentes								
(iii) Cumprimento de disposições legais								
(iv) Orientações expressas do acionista Estado								
(v) Valorizações remuneratórias obrigatórias	10 137 €	9 030 €	7 655 €	12 298 €	10 035 €	10 236 €	4 643	61%
(vi) Outras valorizações remuneratórias								
(vii) Rescisões por mútuo acordo								
Correções para efeitos de rácio								
(-) Gastos com órgãos sociais*	-15 669	-18 562	-23 150	-13 700	-13 734	-14 009	9 450	41%
(-) Cumprimento de disposições legais								
(-) Valorizações remuneratórias obrigatórias	-10 137	-9 030	-7 655	-12 298	-10 035	-10 236	-4 643	-61%
(-) Rescisões contratuais excluindo por mútuo acordo								
(+) Absentismo	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0	
Gastos com pessoal ajustados para efeitos de rácio	311 688	443 456	376 100	486 472	498 710	508 683	110 372	29%

* O detalhe dos gastos com pessoal deve ser preenchido com os respetivos encargos com a Segurança Social

** Sobre a remuneração dos gestores incide a redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Gastos com pessoal / Gastos com pessoal ajustados	52%	76%	60%	69%	69%	69%	0	15%
Gastos com dirigentes / Gastos com pessoal ajustados	25%	0%	13%	14%	14%	14%	0	4%
Gastos com OS / Gastos com pessoal ajustados	5%	4%	6%	3%	3%	3%	0	-54%

Anexo 10 – Parecer do Revisor Oficial de Contas



RiaViva
Aveiro, a região que nos une.